



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JODAIR MORENO PEREIRA

GARANTIA CULTURAL LGBTQIA+:
UM ESTUDO À LUZ DA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL
EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO



Londrina
2026

JODAIR MORENO PEREIRA

**GARANTIA CULTURAL LGBTQIA+: UM ESTUDO À LUZ DA
PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL EM ORGANIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Projeto de Mestrado apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência da Informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de
Albuquerque

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio de
Moraes

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P436j Pereira, Jodair Moreno .

Garantia Cultural LGBTQIA+ : Um estudo à luz da perspectiva sociocultural em Organização e Representação do Conhecimento / Jodair Moreno Pereira. - Londrina, 2026.
197 f.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.

Coorientador: Marcos Antônio de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Garantia Cultural - Tese. 2. Organização do Conhecimento - Tese. 3. Ciência da Informação - Tese. 4. Movimento LGBTQIA+ - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina de. II. Moraes, Marcos Antônio de. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

CDU 02

JODAIR MORENO PEREIRA

**GARANTIA CULTURAL LGBTQIA+: UM ESTUDO À LUZ DA
PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL EM ORGANIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Dissertação de mestrado apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marcos Antônio de Moraes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Ilemar Christina Lanson Wey Berti
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Raimunda Fernanda dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte - UFRN

Londrina, ____ de ____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer, preciso dedicar este trabalho ao meu grande amigo, irmão e incentivador de todos os momentos desta pesquisa e da minha vida: Marcos Antônio de Moraes. Muito obrigado por todos esses anos de companheirismo por todos os ensinamentos, por toda a sua dedicação e, principalmente, por sempre acreditar em mim, mesmo quando nem eu mesmo acreditei.

Agradeço à minha orientadora Ana Cristina de Albuquerque, muito obrigado por todo o cuidado e carinho durante esse processo. Obrigado por permitir que eu me encontrasse enquanto pesquisador, por todas as orientações, risadas e por ser uma grande referência para mim. Agradeço também a todos os professores que me acompanharam ao longo do mestrado, em especial às professoras Ilemar Christina Lanson Wey Berti e Raimunda Fernanda dos Santos por aceitarem o convite para a banca, assim como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento da pesquisa.

Aos meus grandes amigos: André Tobias, Dalton Albertin, Jéssica Serra, Caetano Branco, Matheus Schroder, Marcio Garcia, Nathalia Bonfim, Guilherme Pinho, Mariana Valle, Felipe Casimiro, Flavio Basseti, Gabriela Kurita, Bruno José, Edna Scheel, Maria Vitória, Laura Franchi, Aline Brasil, Pedro Augusto Vantropa, Marcos Sales, Vinicius Moreira, Everton Duszeiko, Daniel Queiroz, Thais Carreiro, Guilhermina Amaral, Thais Stelzer, Juuara Armond, Bacchi, Bruno Mazzoni, Amanda Ishibashi, Ananda Eggea, Rafa, Douglas Andreasi, Wesley Godoy, Victor Basseto, Matheus Pivetti, Gabriel Villarda, Marco Leite, Tatiane Breve, Pedro Lacerda e todos os que se fizeram presentes de alguma forma nesse processo, obrigado por todo o apoio e incentivo. Vocês são preciosos para mim!

Aos meus amigos da Biblioteconomia e da CI: Ana Cláudia Constantino, Gabs Silva, Camila Araújo dos Santos, Arlene Leandro, Gabriela Mello, Nicole Alves, Kamilly Berthier, Drielly Novack, Matheus Lepiani, Maria Lígia Triques, Caroline Polli, Roberta Garcia e ao meu grupo de pesquisa ORICRI. Obrigado por todas as trocas, risadas e aventuras que tornaram esta jornada mais prazerosa.

Por fim, agradeço à minha mãe Edilet Moreno Pereira por sempre me incentivar. Aos Deuses, aos meus ancestrais e todos aqueles que lutaram para que um dia eu pudesse chegar até aqui. Muito obrigado!

“O importante não é ser o primeiro ou a primeira, o importante é abrir caminhos”
(Conceição Evaristo)

..

RESUMO

PEREIRA, Jodair Moreno **Garantia cultural LGBTQIA+**: um estudo à luz da perspectiva sociocultural em organização e representação do conhecimento. 2026. 197fls. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

Dissertação que investiga o conceito de garantia cultural analisando a história e cultura do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Com o objetivo de analisar aspectos da garantia cultural do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros Transsexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros (LGBTQIA+), para fornecer subsídios para elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento inclusivos à essa população. A pesquisa básica, bibliográfica e documental de caráter descritivo e exploratório, apresenta um referencial teórico acerca de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), dos aspectos gerais das garantias usadas para a composição desses sistemas, especificando as características da garantia cultural e algumas relações entre a Organização do Conhecimento, a Ciência da Informação e o movimento LGBTQIA+ organizado no Brasil. A pesquisa se justifica pela necessidade da Organização e Representação do Conhecimento de elaborar produtos e processos mais inclusivos, e voltados para grupos historicamente marginalizados; pela necessidade de ampliação de estudos socioculturais no campo e pela ameaça constante aos direitos de pessoas LGBTQIA+ em democracias atingidas por discursos preconceituosos. A metodologia para compreensão cultural é a análise de domínio, envolvendo estudos históricos, estudos dos gêneros documentais, e análises terminológicas. Com esses procedimentos, observou-se que a garantia cultural se expressa na elaboração, subversão e disputa de significado dos termos, na materialização da informação a partir dos documentos, na educação por pares, na articulação política e na compreensão das dimensões socioculturais dos conceitos de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Garantia Cultural; Sistemas de Organização do Conhecimento; Organização e Representação do Conhecimento; Informação, gênero e diversidade; LGBTQIA+.

ABSTRACT

PEREIRA, Jodair Moreno. **LGBTQIA+ cultural warrant** a study from a sociocultural perspective on the organization and representation of knowledge. 2026. 197fls. Master's dissertation in Information Science – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, ano de realização– Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

Dissertation investigating the concept of cultural warrant by analyzing the history and culture of the Brazilian LGBTQIA+ movement. The objective is to analyze aspects of cultural guarantee in the Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transgender, Transsexual, Queer, Intersex, Asexual, and other (LGBTQIA+) movement, in order to provide input for the development of Knowledge Organization Systems that are inclusive of this population. The basic descriptive and exploratory research presents a theoretical framework on Knowledge Organization Systems (KOS), the general aspects of the guarantees used to compose these systems, specifying the characteristics of cultural warranty and some relationships between Knowledge Organization, Information Science, and the organized LGBTQIA+ movement in Brazil. The research is justified by the need for Knowledge Organization and Representation to develop more inclusive products and processes aimed at historically marginalized groups; by the need to expand sociocultural studies in the field; and by the constant threat to the rights of LGBTQIA+ people in democracies affected by prejudiced discourse. The methodology for cultural understanding is domain analysis, involving historical studies, studies of documentary genres, and terminological analyses. With these procedures, it was observed that cultural assurance is expressed in the elaboration, subversion, and dispute of the meaning of terms, in the materialization of information from documents, in peer education, in political articulation, and in the understanding of the sociocultural dimensions of the concepts of gender and sexuality.

Key-words: Cultural Warrant; Knowledge Organization Systems; Knowledge Organization and Representation; Information, Gender and Diversity; LGBTQIA+.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Princípios etnográficos para análise socioterminológica.....	39
Figura 2: Exemplos de SOC quanto as suas estruturas e funções.....	47
Figura 3: Uso dos termos conforme tempo histórico.....	108
Figura 4: Capa do Jornal Lampião.....	113
Figura 5: Reportagem do Jornal Lampião.....	114
Figura 6: Seção Biblioteca Universal Guei.....	115
Figura 7: Boletim Informativo do Grupo Gay da Bahia.....	119
Figura 8: Capa do Boletim Informativo da ASTRAL.....	120
Figura 9: Capa do Jornal Bis.....	121
Figura 10: Conteúdo de uma cartilha.....	126
Figura 11: Ficha técnica com fontes de financiamento.....	127
Figura 12: Índice de um guia.....	128
Figura 13: Página de um manual.....	129
Figura 14: Página de um folheto.....	132
Figura 15: Página de um panfleto.....	133
Figura 16: Cartaz do grupo Estruturação.....	134
Figura 17: Emprego do termo bicha em uma história em quadrinhos.....	140
Figura 18: Uso do termo guei.....	141
Figura 19: Adição do termo gay a outros termos.....	141
Figura 20: Uso do termo travesti no gênero masculino.....	142

Figura 21: Uso do termo travesti no gênero feminino.....	143
Figura 22: Mapa mental da garantia cultural LGBTQIA+.....	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As onze abordagens da análise de domínio segundo Hjørland.....	30
Quadro 2 - Buscas bibliográficas para elaboração de estudos epistemológicos e críticos.....	33
Quadro 3 - Estratégias de busca de fontes históricas de informação.....	35
Quadro 4: Procedimentos para cumprimento dos objetivos específicos.....	40
Quadro 5 – SOC e suas descrições.....	44
Quadro 6 - Garantias existentes verificadas por Barité.....	59
Quadro 7 - Mortes relacionadas à LGBTfobia no Brasil em 2024.....	74
Quadro 8- Natureza das fontes de pesquisa sobre mortes violentas da população transsexual no Brasil.....	75
Quadro 9 - Parâmetros de alertas em mecanismos de busca por assassinatos.....	76
Quadro 10 - Parâmetros para classificação dos dados.....	77
Quadro 11 - Conceitos básicos para o entendimento das identidades sexuais.....	81
Quadro 12 - Significado de cada letra da sigla LGBTQIA+.....	82
Quadro 13 - Exemplos do Lâmpião analisados.....	110
Quadro 14: Boletins informativos analisados.....	116
Quadro 15: Cartilhas, dicionário, guias, livreto e manuais analisados.....	122
Quadro 16: Folhetos, panfletos e cartazes analisados.....	130
Quadro 17: Outros formatos coletados.....	135
Quadro 18: Termos identificados e coletados.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABLGT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
AD	Análise de domínio
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AI-5	Ato Institucional Cinco
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
CEDOC	Centro de Documentação Profº Dr. Luiz Mott
LGBTI	
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
FLHA	Frente de Liberação Homossexual Argentina
GALF	Grupo de Ação Lésbica Feminista
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas, e Transexuais
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GT2	Grupo de Trabalho 2
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LF	Lésbico-Feminista
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e Outros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros.

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais. Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outros.
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
OI	Organização da Informação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
OSC	Organização da Sociedade Civil
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
1.3 OBJETIVOS	23
1.3.1 Objetivo Geral.....	23
1.3.2 Objetivos Específicos.....	23
1.3 SOBRE O MÉTODO.....	24
2. SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES.....	42
3. GARANTIAS: ASPECTOS GERAIS.....	55
3.1 GARANTIA CULTURAL.....	61
4. PERSPECTIVAS SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIA+ NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL.....	69
5. ABORDAGEM HISTÓRICA.....	86
5.1 OS CONTEXTOS QUE ANTECEDERAM E INFLUENCIARAM A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO.....	86
5.2 OS PRIMEIROS ANOS DE MOVIMENTO ORGANIZADO.....	89
5.3 A RESISTÊNCIA FRENTE À EPIDEMIA DE AIDS.....	95
5.4 O FORTALECIMENTO DO ATIVISMO NA DÉCADA DE 1990.....	99
5.5 OS ANOS 2000 E O ATIVISMO INSTITUCIONALIZADO.....	102
5.6 O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E OS TENSIONAMENTOS DA DÉCADA DE 2010.....	104
6. ABORDAGEM DOCUMENTAL.....	110
6.1 LAMPIÃO DA ESQUINA.....	110
6.2 BOLETINS INFORMATIVOS.....	115
6.3 CARTILHAS, DICIONÁRIOS, GUIAS E MANUAIS.....	122
6.4 FOLHETOS, PANFLETOS E CARTAZES.....	130
6.5 OUTROS FORMATOS.....	134
7. ABORDAGEM TERMINOLÓGICA.....	136

7.1 TERMINOLOGIAS DE EXCLUSÃO.....	137
7.2 SUBVERSÃO, APROPRIAÇÃO E ENFRENTAMENTO: PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE REPRESENTADOS NOS TERMOS.....	139
7.3 AS MUDANÇAS NA SIGLA COMO REPRESENTAÇÃO DAS DISPUTAS POR VISIBILIDADE.....	144
7.4 SÍNTESE DAS ABORDAGENS.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	170
APÊNDICE A – Fichas Terminológicas.....	171
APÊNDICE B – Coleta de dados documentais.....	186

1 INTRODUÇÃO

Organização e Representação do Conhecimento (ORC) é a área responsável pela organização, sistematização e representação de conceitos, não apenas em processos técnicos de catalogação, classificação e indexação, mas em criação de representações da realidade que possibilitem ao usuário a busca e a recuperação da informação de forma intuitiva, como aponta Hjørland (2008). Os sentidos restrito e amplo da ORC consistem respectivamente nas atividades relacionadas ao tratamento técnico de documentos, com procedimentos de catalogação, classificação e indexação e na organização social das instituições, mídia, assim como a produção e organização do conhecimento. Dando ênfase ao sentido restrito – que não se desenvolve sem a compreensão do sentido amplo – é possível observar a preocupação da ORC na criação e aprimoramento de ferramentas que possibilitam a organização e representação de documentos de forma a facilitar a busca e recuperação por parte do usuário.

A década de 1990, é caracterizada por Barité (2011a) como um período de processos que desencadearam na evolução e diversificação das ferramentas usadas para a organização e representação de documentos. Essas ferramentas são chamadas de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que em alguns casos, tem origem em outras áreas de conhecimento para além da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), como as taxonomias, que surgiram enquanto uma estrutura classificatória dos seres vivos, especificamente na área da Biologia. Os SOC podem ser usados não apenas no contexto de bibliotecas e outras unidades de informação, mas também em sites, redes sociais, e vários outros ambientes informacionais.

Conforme Barité (2019a) os SOC são organizados, revisados e atualizados em duas frentes: a primeira está nos termos de referência, que podem ser considerados como as terminologias de cada disciplina ou área temática, eles constituem a base das estruturas conceituais em que são construídas cada disciplina ou área temática para apresentar seus conceitos, premissas, princípios, categorias de análise, teorias, convergências e divergências de forma organizada. A segunda está nas relações estabelecidas entre esses termos de referência.

Para que os SOC sejam consistentes em suas terminologias, ou seja, que

sejam capazes de possuir a completeza dos termos que constituem o corpo de um conhecimento de cada área, assim como possuir uma adequação das unidades linguísticas que os conformam, além de estabelecer claras relações entre elas, de modo a facilitar a busca da informação desejada pelo usuário, profissionais da informação envolvidos na elaboração dessas ferramentas recorrem ao uso de garantias. As garantias são definidas por Beghtol (1986) como a autoridade usada pelo profissional da informação para justificar quais classes e conceitos devem ser inseridos em um sistema e para dividi-las em categorias e ordená-las conforme suas relações estabelecidas.

Mais de 20 tipos de garantias são identificadas por Barité (2019a), que podem ser usadas pelo profissional da informação na elaboração de um SOC. Entre elas, encontra-se a garantia cultural que Zamboni e Francelin (2016) definem como uma base para tomada de decisões éticas na construção de SOC, pois consiste nas características culturais de uma determinada comunidade, suas crenças, princípios e valores.

De acordo com Barité (2011b) o conceito de garantia cultural foi elaborado por Lee (1976), sendo aprimorado por Beghtol (2002) que o define como a fundamentação de um sistema de classificação nos preceitos, suposições e preocupações de uma determinada cultura, seja ela de um país inteiro ou de um pequeno grupo social. Entretanto, apesar do conceito de garantia cultural existir há quase 50 anos, ainda há poucos estudos sobre o tema, apesar do seu potencial relevante em possibilitar que comunidades outrora marginalizadas em razão de características físicas, geográficas, sociais, econômicas, culturais, entre outras questões, fossem acolhidas e representadas em SOC, o que amplia o acesso à informação pelos indivíduos que enfrentam dificuldades para alcançar este e outros direitos fundamentais para a sua existência.

A garantia cultural não é um conceito neutro, se contrapondo ao ideal de neutralidade e objetividade buscado na elaboração de sistemas tradicionais de classificação. Entretanto, por se tratar de uma representação da realidade, os SOC sempre refletem a cultura e o pensamento de um determinado tempo e espaço, podendo beneficiar um grupo de indivíduos em relação a outro. O ideal de neutralidade é relativizado em um SOC elaborado a partir da garantia cultural, pois ela visa por meio da eleição de termos e conceitos adequados à realidade e cultura de uma comunidade, promover a inclusão em SOC de grupos que foram historicamente

marginalizados em nossa sociedade, algo tão necessário em tempos em que a interculturalidade se mostra como um valor a ser trabalhado e buscado em toda a CI, especialmente nas abordagens críticas e socioculturais da ORC (Barité, 2011b).

O aumento da oferta de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), possibilitou nas últimas décadas o aumento significativo da oferta e da demanda de conteúdo informacional. Isso fez com que comunidades marginalizadas historicamente e socialmente, encontrassem na internet um espaço para buscar e produzir informações para a promoção da qualidade de vida de seus indivíduos. Esse é o caso da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, entre outras expressões da diversidade sexual (LGBTQIA+)¹, que mobilizam discussões em âmbito nacional, não apenas na internet e na mídia como um todo, mas em também em manifestações que levam, em grandes centros urbanos milhares de pessoas às ruas, feito inimaginável em outras épocas como apontam Simões e Fachinni (2009).

A mobilização social por direitos de pessoas LGBTQIA+ também atravessa o campo cultural e simbólico. De acordo com Simões e Fachinni (2009) o então “movimento homossexual” inicia o ativismo organizado no final da década de 1970, acompanhando e influenciando profundas transformações na sociedade. Para os autores, é o ativismo LGBTQIA+ o responsável pela difusão do termo “orientação sexual” designando a homossexualidade ou a bissexualidade enquanto condições naturais da natureza humana, assim como a heterossexualidade eliminando a ideia de inclinação voluntária ou escolha individual.

O movimento vive conquistas recentes como a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo e o respeito ao uso do nome social e tratamento adequando para pessoas trans em espaços públicos, entre outras (Reis, 2018). Entretanto, mesmo com uma série de direitos conquistados nos últimos anos, o Brasil ainda é um dos países mais perigosos para uma pessoa LGBTQIA+, e enfrenta o pouco interesse político em resolver a questão. Dados sobre a violência dessa população são produzidos a partir de pesquisas realizadas por organizações da sociedade civil (OSC) de ativismo LGBTQIA+, como Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABLGT); Associação Nacional de Travestis e Transexuais

¹ Existe uma variedade de siglas que representam o movimento e elas serão discutidas posteriormente, nesta pesquisa, foi adotada a sigla LGBTQIA+ por conta do seu uso em documentos oficiais do governo federal.

(ANTRA); e Acontece – Arte e Política LGBTI. Os estudos realizados por essas OSCs mostram que desde os anos 2000, mais de 5000 pessoas morreram de forma violenta em razão da sua sexualidade (Acontece; ANTRA; ABLGT, 2024).

Diante das colocações anteriormente apresentadas, esta pesquisa aplica os estudos e metodologias usadas da garantia cultural para a compreensão da cultura da população LGBTQIA+ brasileira, com base na atuação do movimento social organizado, para responder a seguinte questão: Quais aspectos podem se constituir como garantia cultural na caracterização de termos usados pelo movimento LGBTQIA+ no Brasil para subsidiar Sistemas de Organização do Conhecimento inclusivos a esse grupo social?

A presente pesquisa pretende analisar os aspectos da garantia cultural da população LGBTQIA+ com fins de auxiliar a elaboração Sistemas de Organização do Conhecimento, a partir da observação histórica do movimento social organizado no Brasil. Trata-se de uma pesquisa básica, descritiva, qualitativa e compreensiva. O método de pesquisa para obtenção dos resultados se dá por meio da análise de domínio (AD) elaborado por Hjørland e Albrechtsen (1995), que propõe para a CI uma abordagem de natureza social e ecológica, observando aspectos ontológicos, epistemológicos e sociológicos da informação.

Espera-se que a pesquisa, obtenha-se um panorama do uso da garantia cultural na produção de SOC, assim como as implicações consistentes do uso de tais garantias para que profissionais da informação possam, em suas unidades de informação, elaborar ferramentas que promovam o acolhimento de seus usuários, proporcionando assim a estes usuários o acesso à informação de forma a satisfazer suas necessidades e promover a cidadania.

1.2. JUSTIFICATIVA

A ORC desenvolve processos e produtos, assim como utiliza instrumentos para facilitar a busca e recuperação da informação aos usuários, entretanto, alguns estudiosos como Almeida Júnior e Rabello (2022) relatam que as visões hegemônicas acerca da recuperação da informação impedem o protagonismo dos usuários, isso acontece porque, segundo os autores, tais visões idealizam o indivíduo que busca a informação, transformando-o em um mero objeto no processo de recuperação, ignorando que pessoas possuem demandas, desejos e interesses. Essa reflexão alerta para a necessidade de elaborar pesquisas em CI e consequentemente em ORC, que considerem não apenas o protagonismo dos usuários, mas seus contextos socioculturais, algo que pode ser alcançado em pesquisa sobre a garantia cultural de comunidades de usuários.

No contexto de um mundo no qual as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aproximam fronteiras territorialmente distantes, fazendo com que a informação alcance um grande número de indivíduos com rápida velocidade, é natural pensar em respostas globais para questões que atravessam o cotidiano das pessoas. A própria ORC tinha como valor ético de seus produtos e processos a objetividade e a neutralidade. Nesse contexto, o objetivo era buscar representar assuntos de forma universal que atendessem a uma maioria de usuários. Contudo, os usuários são diferentes entre si e em seus contextos.

Dessa forma, os SOC de abordagens tradicionais, enquanto representações da realidade acabam por representar visões de uma época, um território, uma cultura podem representar também invisibilidades e marginalizações de grupos sociais que são refletidas em usuários e não-usuários de unidades de informação ao não se sentirem representados em um sistema, por consequência, seus processos de busca por satisfação de necessidades informacionais são prejudicados (Milani, 2024).

Na contramão dessa realidade, estudos de abordagem sociocultural na ORC tem sido cada vez mais publicados, fazendo com que a área passe a buscar respostas locais para usuários reais a partir do entendimento das diferenças existentes ente eles (Milani, 2024), construindo possibilidades de acolhimento a pessoas que antes sequer tinham acesso à informação, entre eles, as minorias sociais, como é o caso da população LGBTQIA+. Aqui se entende o conceito de minoria não pela quantidade de pessoas, mas pela carência em direitos e pela pouca representatividade em espaços

de decisão política e social.

Apesar do crescente interesse da ORC por trabalhos de abordagem sociocultural, a quantidade desses estudos ainda é pequena se comparada a pesquisas no histórico da área. Um levantamento realizado pelo autor desta pesquisa, observando nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) as publicações do Grupo de Trabalho dois (GT2), tendo como recorte temporal o período de 2014 a 2024 constatou apenas uma publicação que tem seu objeto empírico de pesquisa, temática LGBTQIA+. A pesquisa de Santos, Neves, Silva e Cortes (2017) analisa a contribuição do Dicionário de Gêneros – “só quem sente pode definir”- na elaboração e/ou atualização de linguagens documentárias voltadas para a diversidade sexual e de gênero, discutindo aspectos relativos à representação colaborativa da informação. Tal constatação evidencia a necessidade de avanços nas discussões sobre o tema dentro do contexto da ORC.

Lage, Lunardelli e Kawakami (2024), refletem que é parte do trabalho da CI contribuir para a redução de preconceitos e desigualdades a partir da preocupação com as distorções semânticas e com a elaboração de SOC pautados em princípios éticos.

Dessa forma, a presente pesquisa tem relevância na linha 1 (um) de Organização e Representação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL), mais especificamente no avanço quanto às discussões de perspectivas socioculturais inseridas na linha de pesquisa em ORC, presente no programa, fomentando a apresentação dos contextos históricos e culturais de comunidades marginalizadas para a coleta de termos que possam ser usados na construção de SOC inclusivos.

Ao se tratar das questões acerca da população LGBTQIA+, percebe-se que mesmo com mais de 50 anos do movimento organizado em todo o mundo, e de muitos direitos conquistados, tensionamentos econômicos, políticos, sociais e culturais constroem ofensivas para o questionamento e ataque sistemático a esses direitos. A ascensão de governos ultraconservadores ao redor do mundo unidos a *big techs*, empresas de tecnologia de comunicação e informação tem consequentemente promovido o questionamento de direitos de minorias como a população LGBTQIA+, inflamando discursos de ódio e desinformação acerca desses indivíduos. Uma prova disso é a mudança das diretrizes de comunidade da empresa Meta, que agora

permitem associarem pessoas LGBTQIA+ a doentes mentais conforme aponta o jornal O Globo (Meta, 2025). Vale lembrar que a Meta é responsável pelas redes sociais Facebook, Instagram e Whatsapp, que possuem grande alcance no Brasil.

Mesmo com leis que condenem práticas homofóbicas e transfóbicas como injúria racial (Meta, 2025), o Brasil ainda é um dos países mais perigosos para pessoas LGBTQIA+, sobretudo para pessoas transexuais. O último levantamento acerca de mortes violentas dessa população é relativo ao ano de 2023 e mostra a marca de 230 pessoas que perderam a vida em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo que a população transexual registra 142 casos, mais da metade do número total (Acontece; ANTRA; ABLGT, 2024). É fundamental que a sociedade se mobilize em torno dessa questão para reduzir desigualdades e promover a cidadania dessas pessoas, algo que a CI pode contribuir de maneira efetiva, como dito anteriormente. Também é importante evidenciar uma onda separatista que tem tomado alguns setores desse movimento social, na qual visam uma cisão com o movimento transexual, algo que contradiz sua própria existência enquanto uma comunidade. Tais fatos se configuram como uma justificativa social para a realização da pesquisa

A temática LGBTQIA+ faz parte da vida do autor desta pesquisa. Atuando como ativista desde 2018, sempre teve em seus anseios o desejo de contribuir de forma científica com as questões sociais que o rodeiam, o que justifica de forma pessoal seu envolvimento na pesquisa. Em 2021 ao ingressar no curso de Biblioteconomia, direcionou seus estudos para a promoção da cidadania LGBTQIA+ por meio do acesso à informação. Foi na ORC que o pesquisador pode desenvolver seus estudos, defendendo em 2025 seu trabalho de conclusão de curso, onde analisa as estruturas análogas a SOC em dez ambientes de informação digital voltados para seu público e percebe que o estudo da garantia cultural pode contribuir de forma mais efetiva com o desenvolvimento dessas ferramentas.

O estudo da garantia cultural também possui potencial para o desenvolvimento tecnológico, dando suporte ou auxílio ao desenvolvimento de futuros SOC, ontologias, taxonomias, entre outros, que dialogam diretamente com sistemas de recuperação da informação.

Além de um panorama acerca da garantia cultural e suas implicações na elaboração de SOC mais inclusivos e pautados no respeito à diversidade, espera-se que essa pesquisa também contribuía para a minimização de preconceitos ligados à

população LGBTQIA+, assim como reconhecer a cultura desse grupo social como um elemento a ser estudado e valorizado, promovendo assim, a cidadania desses indivíduos.

1.3. OBJETIVOS

Estão dispostos o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa seguindo a respectiva ordem.

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os aspectos da garantia cultural da população LGBTQIA+ com fins de auxiliar a elaboração Sistemas de Organização do Conhecimento, a partir da observação histórica do movimento social organizado no Brasil.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender a história e cultura LGBTQIA+ brasileira a partir da literatura acerca do movimento organizado.
- Identificar elementos que legitimem o movimento LGBTQIA+ enquanto uma comunidade discursiva.
- Evidenciar características culturais dos termos presentes em documentos voltados para o segmento LGBTQIA+ produzidos pela própria comunidade.
- Apresentar termos potenciais para a composição de fichas terminológicas correspondentes ao domínio da comunidade LGBTQIA+

1.3 SOBRE O MÉTODO

Segundo Gil (2008), a pesquisa é um processo formal e sistemático da elaboração de um método científico, visando, por meio dele, descobrir respostas para problemas. Quando se trata de uma pesquisa social, como neste caso, metodologias científicas são empregadas para obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, observando as relações humanas entre si e com as instituições sociais. A presente pesquisa é classificada a partir de Gil (2008) enquanto uma pesquisa básica ou pura, voltada para a observação e desenvolvimento de conhecimentos científicos, que dentro do escopo dessa pesquisa não serão aplicados em uma realidade prática também se trata de uma pesquisa exploratória, com o fim de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma visão geral e aproximada sobre determinado fato, com vistas a formulação de problemas mais específicos ou hipóteses para estudos posteriores. Nesta investigação serão explorados termos relacionados ao domínio LGBTQIA+ brasileiro.

A exploração de termos do domínio LGBTQIA+ se configura em um trabalho descritivo, no qual são relatadas as características de um grupo, ou fenômeno social, mas também de cunho compreensivo, buscando identificar fatores que levam a formação das características de um grupo ou fenômeno (Gil, 2008). Nesta pesquisa, o grupo a ser observado para descrição e compreensão é a população LGBTQIA+ brasileira em seu movimento organizado, a partir do final da década de 1970 até os dias atuais, por meio da análise histórica do movimento e dos termos presentes em textos e documentos voltados para o segmento LGBTQIA+. Com isso, entende-se a necessidade de um estudo baseado em fontes bibliográficas e documentais.

As fontes bibliográficas são fontes de informação constituídas por materiais já elaborados (Gil, 2008). No caso da presente pesquisa, grande parte do seu referencial teórico, foi obtido a partir de livros, artigos, teses e dissertações. As bases de dados para obtenção dessas fontes que subsidiaram o referencial teórico foram a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os textos utilizados para coleta e análise de resultados são artigos científicos coletados no Portal de Periódicos da CAPES assim como obras de referência a respeito da história do movimento LGBTQIA+. Por sua vez, os documentos observados são provenientes de ONGs e associações que atuaram em defesa da diversidade sexual e estão presentes no acervo digital do Centro de

Documentação Professor Doutor Luiz Mott - CEDOC LGBTI+, seguindo o mesmo recorte temporal das fontes bibliográficas.

Os motivos de descarte dos itens coletados são referentes a: a) repetição de itens já coletados; b) arquivos corrompidos ou restritos; c) arquivos não condizentes com o tema da pesquisa. Para a inclusão das fontes coletadas no referencial teórico, foram observados os resumos e palavras-chave usando o critério de proximidade direta com o tema. Usando o termo “Garantia Cultural”, foram coletados 25 artigos na BRAPCI e 12 trabalhos da BDTD, sendo excluídos cinco itens em ambas as bases. Dada a incidência de citações em comum entre algumas das publicações outras das fontes bibliográficas utilizadas, em sua maioria livros ou artigos pioneiros a respeito do tema foram extraídas nas referências bibliográficas dos artigos, teses e dissertações anteriormente coletados, assim como o trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia do pesquisador, elaborado no ano anterior à defesa dessa pesquisa, foi acrescentado aos estudos por apresentar reflexões que dialogam com o tema, motivando a realização desta investigação. A seção referente a Sistemas de Organização do Conhecimento utilizou de fontes bibliográficas anteriormente conhecidas pelo pesquisador por se tratar do tema de sua pesquisa anterior, sendo introduzidas mais três referências publicadas no ano de 2024 advindas da busca na BRAPCI, e do livro “Estudos críticos em organização do conhecimento” (Almeida; Segundo e Martinez-Avila, 2024), com o objetivo de indicar a continuidade e o aprofundamento do estudo. Outro ponto a ser considerado é que para o desenvolvimento das seções introdução e justificativa, além das fontes coletadas na pesquisa bibliográfica, o pesquisador utilizou de textos que fundamentavam seu posicionamento pessoal dentro da área, com a finalidade de enriquecer as justificativas e motivações para a pesquisa, entretanto, vale ressaltar que esses textos não foram utilizados ao longo do referencial teórico.

. Uma vez que coleta de resultados da pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e documentais Não foram realizadas entrevistas, estudos de caso ou pesquisas em campo para obtenção de material de análise. Para a identificação de elementos que compõem a garantia cultural, se fez necessário identificar os termos presentes na história do movimento LGBTQIA+ brasileiro em fontes bibliográficas e observar o seu uso nas fontes documentais de pesquisa. Para a identificação do corpus bibliográfico, o pesquisador usou de estratégias de buscas em bases de dados, assim como no buscador Google, para a identificação de livros e artigos a respeito do

tema. Para delimitar o corpus documental da pesquisa, o autor realizou buscas de documentos presentes no acervo digital do CEDOC LGBTI+.

O CEDOC LGBTI+ foi inaugurado pelo Grupo Dignidade em 2007, e possui um dos maiores e mais relevantes acervos da temática de diversidade sexual do país, contendo registros sobre a memória do movimento LGBTQIA+ nos mais variados suportes informacionais, segundo o próprio site da instituição (c2026). Além do acervo físico, existente na cidade de Curitiba, o centro de documentação possui um acervo digital disponível em seu site² com cerca de 144 coleções de documentos oriundo de associações de ativismo, casas noturnas, cartões postais, fotografias, materiais de Paradas do Orgulho, artigos científicos, acervos de pessoas representativas ao movimento, entre outros.

Vale ressaltar que o objetivo da pesquisa não é fazer um levantamento quantitativo de termos existentes, embora isso possa acontecer para melhor compreensão dos resultados, mas sim, explorar e descrever características culturais da população LGBTQIA+ brasileira que possam auxiliar na compreensão de conceitos. Por isso, quanto à sua abordagem, esta pesquisa é qualitativa, definida por Gil (2008) como um tipo de metodologia que estuda o problema em profundidade, sem a observação de grandes amostras, facilitando a análise e compreensão dos fenômenos e objetos em sua complexidade. A metodologia empregada para a obtenção e análise de resultados é a Análise de Domínio (AD) proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995).

O método da AD propõe uma abordagem na CI de natureza social e ecológica, que se baseia no conteúdo do conhecimento, observando como ele se constrói e se socializa, em oposição a abordagens formais e mecanicistas que prevaleceram até a década de 1980 (Hjørland; Barros, 2024), oferecendo uma base que permite compreender como o conhecimento é organizado em determinada área. Hjørland e Hartel (2003a) entendem que a AD é uma metodologia que enfatiza as dimensões sociais, históricas e culturais da informação.

Guimarães e Tognoli (2024) posicionam contextualmente a AD a partir da consolidação do campo de estudos da ORC, no qual o olhar não está mais centrado nos processos por si só, mas nos contextos em que estão inseridos, incluindo suas dimensões éticas, comportamentais, preocupações relacionadas aos atores

² Ver em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/colecoes/>

envolvidos, a fatores determinantes e valores incidentes. Conforme Hjørland e Albrechtsen (1995) é importante analisar teorias de diferentes domínios para generalizar alguns princípios de relevância e buscar a organização da informação. Mas o que pode ser entendido como domínio?

Define-se domínio como “uma especialização na divisão do trabalho cognitivo que é teoricamente coerente ou socialmente institucionalizada” (Hjørland; Barros, 2024, p.6), assim como uma unidade de análise para a construção de um SOC (Guimarães, 2014), ou uma delimitação de um determinado conhecimento (Almeida e Dias, 2019), ou uma base de conhecimento especializada (Smiraglia, 2015). Ou seja, um domínio pode ser entendido como o corpo total de informações existentes sobre um determinado assunto, questão ou problema a ser resolvido, sendo ele de natureza científica ou não.

Para além do domínio, a AD também fornece subsídios para o reconhecimento das comunidades discursivas, que segundo Guimarães e Tognoli (2024, p.6) são “criadas a partir da interação de um conjunto complexo de discursos decorrentes de perspectivas socioculturais e tecnológicas”. As comunidades discursivas são reconhecidas pelos seus objetivos em comum, pela sua natureza helicoidal, pelas suas relações interdependentes, pela flexibilidade e heterogeneidade contribuindo ao processo de inovação, além do uso de uma terminologia especializada.

Outro fator importante que pode ser ilustrado pela AD é a linguagem, entendida por Almeida e Dias (2019, p.31) como “uma instituição sociocultural e produtora de significados”. Conforme ilustram os autores, a linguagem que permite enxergar a matriz teórica de um conjunto de documentos, assim como a socialização dos atores envolvidos em um domínio, atribuindo valores funcionais aos signos, que culminam em ações de comunicação.

Guimarães e Tognoli (2024) ainda evidenciam a existência de comunidades epistêmicas, que constituem a rede de especialistas de determinado assunto a serem identificadas por meio da AD:

Aos integrantes de uma comunidade epistêmica, em especial no meio acadêmico, pressupõe-se que compartilhem um conhecimento comum e um conjunto de crenças, práticas e competências profissionais, o que se socializa primordialmente por meio de publicações, eventos, listas de discussões e outros veículos que produzem novo conhecimento e afetam o conhecimento anteriormente produzido, influenciando-o (Guimarães, Tognoli, 2024, p.6).

Do mesmo modo, Guimarães e Tognoli (2024) reconhecem que analisar um domínio envolve a construção de uma metateoria que inclui o estudo de fontes de informação, das comunidades de teóricos em torno de uma temática, das hipóteses e contextos em que um domínio se insere, os processos de teorização, possibilitando a melhor compreensão de uma teoria em determinado campo. Sendo assim, uma das maiores contribuições da AD para o avanço da ORC é a possibilidade de enxergar diversos aspectos acerca de um domínio que podem contribuir para uma representação mais aproximada da realidade dos usuários. Smiraglia (2015) relata que a AD possibilita que a ORC proporcione investigações com abordagens não apenas científicas, mas também humanistas. Isso pode ser explicado segundo Hjørland e Hartel (2003b), ao relatarem que um domínio possui três dimensões: 1) dimensão ontológica; 2) dimensão epistemológica; 3) dimensão sociológica.

A dimensão ontológica se volta para a compreensão dos processos, fenômenos, objetos, propriedades e relações da realidade (Hjørland e Hartel, 2003b). Os autores relatam que as teorias ontológicas têm a capacidade de explicar ou descrever como a realidade está estruturada. A ontologia está intimamente ligada a metafísica. Assim, os autores discorrem que ambas são importantes para saber se os fenômenos sociais podem ou não serem reduzidos a questões psicológicas.

Hjørland e Hartel (2003b) refletem que a dimensão epistemológica se dedica ao estudo do conhecimento e da forma como ele é obtido, em suas teorias, tradições, línguas e valores. O conhecimento é entendido como um sistema de informações verdadeiras que correspondem à realidade. Existem diversas teorias epistemológicas que podem levar a uma compreensão da construção do conhecimento. As seguintes teorias foram mencionadas pelos autores no estudo como as mais discutidas: a) construtivismo; b) racionalismo crítico; c) teoria crítica; d) ecletismo; e) empirismo; f) anarquismo epistemológico; g) epistemologia feminista e epistemologia do ponto de vista; h) hermenêutica; i) historicismo; j) filosofia marxista da ciência; k) teoria dos paradigmas; l) fenomenologia; m) pós-modernismo ou pós-estruturalismo; n) positivismo; o) pragmatismo; p) racionalismo; e, por fim, q) epistemologia social.

A dimensão sociológica, de acordo com Hjørland e Hartel (2003b) corresponde aos grupos de pessoas que trabalham com determinados objetos a partir de uma abordagem. Ainda segundo os autores, essa dimensão pode ser expressa por meio dos seguintes conceitos: a) disciplinas de investigação ou ensino; b)

subdisciplinas; c) comunidades discursivas; d) comunidades epistêmicas; e) profissões; f) especialidades; g) sistemas sociais da ciência; h) a variedade de coletivos da vida cotidiana.

Ao dialogar com a metodologia proposta por Hjørland, Tennis (2003) propõe dois eixos para operacionalizar a AD. Esses eixos consistem em: a) áreas de modulação; b) graus de especialização. O eixo de áreas de modulação consiste no estabelecimento de parâmetros sobre nomes e extensão do domínio, determinando o alcance que ele terá. Por sua vez, o eixo graus de especialização, qualificam e definem a intenção de um domínio. Embora, Hjørland e Barros (2024) alertam para a tendência de adotar uma possível visão *mainstream* a respeito do domínio ao operacionaliza-lo sob os eixos de Tennis (2003), determinar a área de modulação e o grau de especialização desse domínio se faz necessário para alcançar os objetivos da pesquisa.

Desse modo nesta pesquisa será considerado como domínio o Movimento LGBTQIA+ brasileiro, em sua atuação organizada, a partir da década de 1970 até os dias atuais. Nomear o domínio enquanto movimento LGBTQIA+ brasileiro determina a área de modulação a ser investigada, delimitando que a pesquisa não se debruçará sobre todo o domínio LGBTQIA+ com todas as questões que o cercam, mas sim, na atuação coletiva do movimento de forma organizada, respeitando o recorte temporal proposto. O grau de especialização do domínio Movimento LGBTQIA+ brasileiro será em descrição das características culturais desse domínio, suas transformações ao longo da história e como elas se refletem nos fluxos informacionais dessa população, buscando compreender a dimensão epistemológica na análise de sua história; a dimensão ontológica na investigação dos canais e fluxos de informação usados pelo movimento para se comunicar de forma interna entre os integrantes dessa comunidade e externa, no diálogo com a sociedade em geral; e a dimensão sociológica, na identificação das características que podem legitimar o movimento LGBTQIA+ enquanto uma comunidade discursiva.

Hjørland (2002) relata a existência de onze abordagens para a aplicação da metodologia da análise do domínio. O próprio autor sinaliza que elas não devem ser usadas isoladamente, sendo recomendado o uso combinado de duas ou mais abordagens. O quadro a seguir lista essas abordagens com suas descrições e combinações possíveis:

Quadro 1: As onze abordagens da análise de domínio segundo Hjørland

ABORDAGEM	DESCRIÇÃO	COMBINAÇÕES
Produção de guias de literatura ou portais temáticos	São publicações que descrevem os recursos de um sistema de informação em um ou mais domínios. Enfatizam as descrições idiográficas de fontes de informação e como elas se complementam entre si.	• Construção de classificações e tesouros; • Estudos de tipologias e gêneros em documentos; • Estudos epistemológicos e críticos; • Estudos das estruturas de comunicação científica;
Construção de classificações e de tesouros	Estudos que podem envolver desde classificações universais a domínios especiais. Observam os conceitos centrais de um domínio de acordo com a forma como suas relações semânticas devem estar fundamentalmente relacionadas.	• Pesquisa de especialidades em indexação e recuperação; • Estudos bibliométricos; • Estudos históricos; • Estudos epistemológicos e críticos; • Estudos terminológicos e de linguagens para fins especiais.
Pesquisa de especialidades em indexação e recuperação	Investigam e avaliam as práticas de indexação e recuperação de documentos de um domínio, com o objetivo de identificar possíveis problemas existentes nestas práticas e melhorá-los. São bastante usados em domínios da biologia, química, medicina, geografia e direito.	• Construção de classificações e de tesouros; • Estudos bibliométricos; • Estudos epistemológicos e críticos; • Estudos terminológicos e de linguagens para fins especiais.

Estudos empíricos de usuários	São usados para fornecer informações sobre usuários em diferentes comunidades e contextos. Precisam ser fundamentados em teorias adequadas e evitar idealizações de comportamentos.	• Estudos bibliométricos; • Estudos epistemológicos e críticos; • Estudos das estruturas de comunicação científica
Estudos bibliométricos	Abordagem empírica que se baseia na análise detalhada das ligações entre documentos individuais. Tais ligações evidenciam o reconhecimento explícito da dependência entre artigos, pesquisadores, domínios, abordagens e regiões geográficas.	• Estudos históricos • Estudos epistemológicos e críticos.
Estudos históricos	Estudos que analisam a história de um domínio com o foco no desenvolvimento de terminologias, literatura, gêneros documentais, estruturas e serviços de informação e categorias de classificação.	• Construção de classificações e de tesouros; • Estudos bibliométricos; • Estudos de tipologias e gêneros em documentos; • Estudos epistemológicos e críticos • Estudos terminológicos e de linguagens para fins especiais.
Estudos das tipologias e gêneros dos documentos	Revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documentos em um domínio, observando de forma quantitativa e qualitativa, quais documentos são mais adequados para a disseminação da informação do domínio estudado.	• Pesquisa de especialidades em indexação e recuperação • Estudos históricos • Estudos epistemológicos e críticos.

Estudos epistemológicos e críticos	Investigam os fundamentos dos domínios e avaliações críticas sobre suas orientações de conhecimento. Orientam para a seleção, organização e recuperação da informação, fornecendo o maior repertório de princípios a respeito das necessidades de informação e os critérios de relevância que podem ser obtidos.	• Pode ser combinado com qualquer uma das abordagens da Análise de Domínio
Estudos terminológicos, de linguagens para fins especiais e análise do discurso	Organizam palavras, textos e enunciados de um domínio a partir de critérios semânticos e pragmáticos. São importantes porque afetam o pensamento e consequentemente os termos que usamos para a busca em bases de dados	• Estudos bibliométricos • Estudos históricos • Estudos epistemológicos e críticos
Estudos das estruturas de comunicação científica	Fornecem informações para compreender as funções de tipos específicos de documentos e serviços de informação para a construção de guias bibliográficos. Organizam os principais atores e instituições conforme a divisão interna de trabalho em um domínio.	• Produção de guias de literatura ou portais temáticos • Estudos empíricos de usuários • Estudos bibliométricos • Estudos epistemológicos e críticos
Estudos sobre cognição profissional e inteligência artificial	Fornecem modelos mentais de representação de um domínio além de métodos para a compreensão de conhecimentos com o objetivo de elaborar SOC especializados	• Estudos empíricos de usuários • Estudos bibliométricos • Estudos epistemológicos e críticos • Estudos terminológicos, de linguagens para fins

		especiais e análise do discurso
--	--	---------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Hjørland (2002)

Guimarães e Tognoli (2024) ainda somam outras quatro abordagens elaboradas por outros autores da ORC. São elas: a) estudos de proveniência arquivística; b) estudos sobre semântica de banco de dados e análise de discurso; c) estudos de terminologia voltados para a linguagem de propósitos especiais; d) estudos étnico-pragmáticos. Para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados, serão adotadas as abordagens de estudos epistemológicos e críticos, estudos históricos, estudos das tipologias e gêneros dos documentos e estudos terminológicos.

Hjørland (2002) considera que qualquer abordagem da AD é superficial se não considerar a epistemologia acerca de um domínio. Neste estudo, o foco da abordagem epistemológica e crítica está na observação de pesquisas em torno da temática LGBTQIA+ dentro da ORC, a partir das seguintes estratégias de busca:

Quadro 2: Buscas bibliográficas para elaboração de estudos epistemológicos e críticos

Termo	Base	Quantidade de resultados	Descartes
"Ciência da Informação" AND LGBT	BDTD	12	10
"Ciência da Informação" AND LGBTI	BDTD	5	5
"Ciência da Informação" AND LGBTQIA	BDTD	12	12
"Ciência da Informação" AND LGBTQIAPN	BDTD	5	5
"Organização do conhecimento" AND LGBT	BDTD	2	0
"Organização do conhecimento" AND LGBTI	BDTD	2	2
"Organização do conhecimento" AND LGBTQIA	BDTD	0	0
"Organização do conhecimento" AND LGBTQIAPN	BDTD	1	1
"Ciência da Informação" AND LGBT	BRAPCI	18	3
"Ciência da Informação" AND LGBTI	BRAPCI	5	2
"Ciência da Informação" AND LGBTQIA	BRAPCI	19	4

"Ciência da Informação" AND LGBTQIAPN	BRAPCI	4	0
"Organização do conhecimento" AND LGBT	BRAPCI	1	0
"Organização do conhecimento" AND LGBTI	BRAPCI	0	0
"Organização do conhecimento" AND LGBTQIA	BRAPCI	4	1
"Organização do conhecimento" AND LGBTQIAPN	BRAPCI	2	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

As buscas consideraram o uso dos termos relativos à área da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento com o acréscimo de aspas, como uma estratégia para precisão dos resultados. Após observação, percebeu-se que era necessário retirar o uso de aspas das siglas de representação do movimento, assim como o sinal "+", pois o uso desses sinais alterava negativamente a obtenção de resultados, fazendo com que nenhum documento fosse recuperado. Desse modo, a tabela anterior ilustra as estratégias de busca usadas com seus respectivos resultados:

Para melhor compreender esta etapa do estudo, também foram usados relatórios que se constituem como fontes documentais de pesquisa. Marconi e Lakatos (2003) descrevem as fontes documentais como fontes primárias para obtenção de dados, que não passaram por tratamento bibliográfico. Para estabelecer relações com os conceitos debatidos na seção elaborada, foram usados três relatórios elaborados por OSCs que atuam em defesa dos direitos de pessoas LGBTQIA+, além de uma reportagem de site, a respeito da Parada do Orgulho LGBTQIA+ da cidade de São Paulo, que, segundo Gil (2008), também se constitui como uma fonte documental de trabalho.

Serão observadas, as correntes epistemológicas em que eles se baseiam, dialogando com questões que atravessam a comunidade LGBTQIA+, bem como, observando suas formas de resistência por meio da construção de conhecimento, a partir da identificação dos termos pesquisados e usados nessas publicações.

Para Marconi e Lakatos (2003) o método histórico requer a observação de acontecimentos, processos e instituições do passado para refletir a sua influência nos dias de hoje. Os estudos históricos são considerados por Hjørland (2002) como uma abordagem que permitem a compreensão mais profunda de um domínio. O autor considera a necessidade dos estudos históricos não como uma simples narrativa

comum dos domínios temáticos, mas como uma análise em que se protagoniza a investigação de terminologias, categorias, literaturas, gêneros documentais, sistemas de comunicação etc.

Para a execução do estudo histórico, foi realizada uma pesquisa no Portal de Periódicos da Capes, contendo os seguintes termos:

Quadro 3: Estratégias de busca de fontes históricas de informação

Termo	Plataforma	Resultados	Descartes
História AND “Movimento LGBT” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	25	13
História AND “Movimento LGBT” AND Brasil	Google		
História AND “Movimento LGBTI” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	2	1
História AND “Movimento LGBTQIA” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	9	4
História AND “Movimento LGBTQIAPN” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	0	0
História AND “Movimento homossexual” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	13	10
História AND “Movimento lésbico” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	4	3
História AND “Movimento bissexual” AND Brasil	Portal de Periódicos da CAPES	0	0
História AND “Movimento	Portal de Periódicos da CAPES	2	0

transexual" AND Brasil			
------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para esta etapa da pesquisa serão consideradas apenas as fontes bibliográficas a respeito do domínio. Desse modo, a pesquisa no portal de periódicos da Capes buscará artigos científicos a respeito do tema. Dada a quantidade numérica de resultados, o autor organizará a revisão de literatura de forma a estabelecer uma narrativa cronológica, identificando termos usados, características da comunidade, fontes de informação e estratégias de comunicação.

O estudo histórico será combinado com o estudo de gêneros e documentos que, segundo Hjørland (2002) se baseiam nas teorias mais gerais acerca dos documentos, suas estruturas, objetivos, funções comunicativas e valores potenciais na recuperação da informação. Como dito anteriormente, o estudo de gêneros e documentos investigará o acervo digital do CEDOC LGBTI+. A primeira etapa do estudo contemplou um levantamento quantitativo de todo o acervo, com o descarte de 25 coleções apresentadas na página por não possuírem nenhum item para análise, desse modo, nesta fase foram coletados 1372 documentos, que foram divididos em: a) jornais e revistas; b) acervos de associações nacionais LGBTQIA+; c) acervos de paradas do orgulho, d) fontes bibliográficas; e) acervos de pessoas representativas; f) acervos de associações de combate ao HIV; g) acervos de casas noturnas; h) cartões postais; i) registros de encontros de ativismo; j) registros de ações sociais; k) documentos transversais.

Após o levantamento quantitativo dos documentos existentes no acervo e da divisão das coleções, foram selecionados os materiais pertencentes a associações LGBTQIA+, além da coleção de 41 exemplares do jornal Lampião da Esquina, dada a sua relevância na história do movimento. A escolha por esses itens se justifica pelo delineamento proposto na abordagem histórica, que observou a trajetória do movimento LGBTQIA+ brasileiro, a cada década desde a sua fundação.

Assim, foram selecionados 533 documentos de associações divididos em: a) boletins informativos b) cartilhas, dicionários guias e manuais; c) folhetos, panfletos e cartazes d) outros formatos; e) descartes (cartões postais, fotografias e outros recursos predominantemente imagéticos). A divisão desses formatos se deu seguindo critérios de similaridade entre os documentos. O objetivo da divisão é de facilitar a descrição da função informativa desses formatos no contexto de atuação do

movimento. Em seguida, foi coletada uma amostra correspondente a cerca de 10% (dez por cento) do total dos documentos de associações, com 53 itens, priorizando documentos textuais, somadas a 10 exemplares do jornal Lampião da Esquina, para observação do conteúdo dos documentos.

Vale ressaltar que a coleta dessa amostra de 53 itens se deu de forma aleatória, buscando contemplar associações presentes em todo o território nacional. A coleta teve como ordem de prioridade: I) boletins informativos e jornais com 15 documentos; II) Livretos, cartilhas e manuais com 14 documentos; III) Folhetos, panfletos, cartazes e convites com 14 documentos. Os 10 itens restantes das amostras correspondem cartas, documentos institucionais e reportagens de jornais externos. Os descartes se justificam pela predominância imagética dos itens. A análise da amostra coletada seguiu os seguintes parâmetros: a) função informativa do documento; b) período histórico em que o documento foi gerado; c) conteúdo do documento; d) incidência de termos identificados anteriormente na abordagem histórica. É importante ressaltar que os termos não serão quantificados numericamente nos documentos, mas a sua presença será analisada mediante o contexto apresentado. Os termos identificados em ambas as abordagens serão descritos na terceira etapa da AD.

A última abordagem executada foram os estudos terminológicos, de linguagens para fins especiais e análise do discurso. Nesta etapa, os principais termos observados nas seções anteriores foram descritos por meio de sua definição, contexto histórico e suportes nos quais são mais presentes. Os termos foram analisados por meio da Socioterminologia, que segundo Krieger e Finatto (2004) se fundamenta na noção de complexidade como qualquer outra linguagem natural.

A Socioterminologia, conforme relatam Walquil, Cortina e Paraguassu (2017), assume uma abordagem descritiva da linguagem, que é focada no seu uso e no seu caráter comunicativo. Na Socioterminologia, os termos são analisados a partir das manifestações discursivas e do reconhecimento da existência e da possível necessidade de polissemia e variação no contexto de discursos especializados, buscando identificar e categorizar as variantes linguísticas dos termos em seus diferentes tipos de uso.

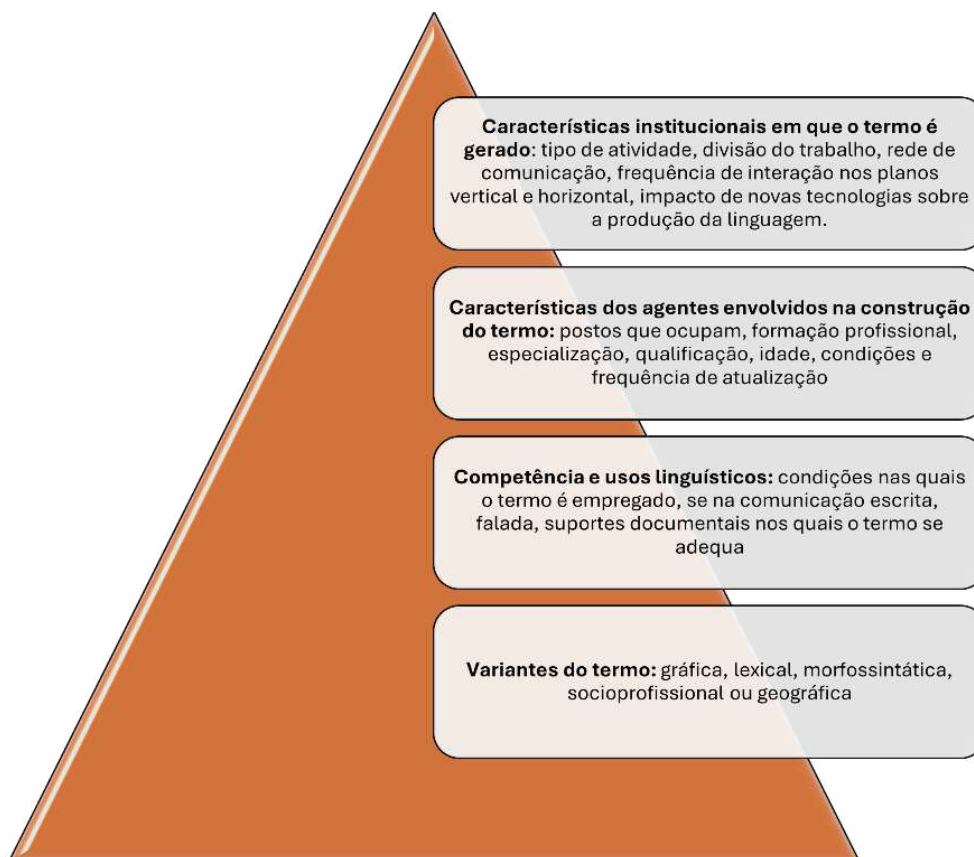
Faulstich (1995) identifica os seguintes passos para um estudo socioterminológico: a) identificar o usuário da terminologia a ser descrita, reconhecer o perfil do usuário, observando suas variantes linguísticas e sociais, visando sua

pragmática linguística; b) adotar uma atitude descritiva a partir das características linguísticas próprias do contexto do termo; c) consultar especialistas da área para elaborar corretamente os dados terminológicos; d) delimitar o *corpus*, definindo a macroárea, as áreas intermediárias e a subárea do conhecimento; e) selecionar a documentação bibliográfica pertinente, para o estudo dos significados dos termos; f) precisar as condições de produção e recepção do texto científico e técnico, elaborando critérios que facilitem a descrição terminológica; e, por fim, g) registrar o termo e suas variantes.

Sendo assim, o estudo terminológico fará descrição termos nos contextos anteriormente estudados, com atenção especial àqueles que reincidirem no decorrer das abordagens, sendo o grau de reincidência do termo o critério para a delimitação do *corpus*. Os textos e documentos observados nas seções anteriores servirão de apoio para observação bibliográfica, identificação de usuários e de especialistas. Dessa forma, a descrição do termo em suas funções e significados ocorrerá a partir dos contextos históricos sociais e culturais em que eles estão inseridos, em formato de glossário sistemático especializado. O uso da forma sistemática do glossário se dá em função de estabelecer relações paralelas entre os tempos históricos nos quais os termos surgiram e a tipo de suporte documental no qual ele se insere, sem necessariamente seguir uma organização alfabética.

Para a elaboração do glossário, os termos coletados das abordagens histórica e documental serão submetidos à análise com base em quatro princípios oriundos da etnografia, sugeridos por Faulstich (1995) e ilustrados na figura a seguir:

Figura 1: Princípios etnográficos para análise socioterminológica:



Fonte: elaborado pelo autor com base em Faulstich (1995)

Os quatro princípios ilustrados na figura indicam pistas que orientam a compreensão do termo a partir dos estudos socioterminológicos. A análise desses indicadores será realizada por intermédio da construção de fichas terminológicas, que serão elaboradas indicando: a) termo; b) categoria ou Termo Geral Maior (TGM); c) língua do termo; d) definições/contexto; e) definição síntese; f) termos equivalentes; g) autoria da ficha; h) data de coleta; i) referências do corpora.

Desse modo, a pesquisa pode ter como resultado, um levantamento dos estudos LGBTQIA+ na ORC, uma narrativa histórica do movimento aplicada à ORC, identificando os termos mais utilizados, caracterização da comunidade LGBTQIA+ enquanto uma comunidade discursiva a partir da descrição de seus termos e conceitos em diferentes contextos culturais, além do levantamento e descrição das principais fontes de informação utilizadas ao longo da história do movimento a partir do gênero documental, reflexões acerca dos contextos históricos dos termos e fichas terminológicas que podem servir de base à elaboração de glossários especializados e outros SOC.

Visando uma compreensão do método da pesquisa relacionada ao cumprimento dos objetivos, o quadro a seguir identifica os procedimentos a serem realizados de acordo com o objetivo com os objetivos específicos relatados:

Quadro 4: Procedimentos para cumprimento dos objetivos específicos

Objetivo	Procedimento
Compreender a história e cultura LGBTQIA+ brasileira a partir da literatura acerca do movimento organizado.	Levantamento bibliográfico e documental de obras sobre a história e cultura LGBTQIA+ brasileira em bases de dados científicas e plataformas digitais de cunho popular.
Identificar elementos que legitimem o movimento LGBTQIA+ enquanto uma comunidade discursiva.	Análise dos termos presentes nos estudos históricos e de gêneros documentais que possibilitem descrever os elementos que caracterizam o movimento LGBTQIA+ importantes à CI e a ORC.
Evidenciar características culturais dos termos presentes em documentos voltados para o segmento LGBTQIA+ produzidos pela própria comunidade	Descrição dos termos a partir dos seus contextos históricos e culturais.
Apresentar termos potenciais para a composição de fichas terminológicas correspondentes ao domínio da comunidade LGBTQIA+	Elaboração de fichas terminológicas com os principais termos observados e suas características socioculturais.

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a descrição do método, seguem quatro tópicos: o primeiro explora as características e implicações socioculturais que envolvem os SOC a partir do entendimento que as abordagens teóricas da ORC podem evidenciar os contextos culturais e sociais nos quais esses instrumentos estão inseridos. A segunda seção reflete acerca do conceito de garantias, descrevendo-as e focando no conceito de garantia cultural. O terceiro tópico evidencia estudos sobre a população LGBTQIA+ na ORC. Os três últimos capítulos descrevem respectivamente as abordagens

histórica, documental e terminológica procedimentos, desenvolvidos por meio da AD, que permitiram analisar os resultados da pesquisa.

s

2. SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES

A ORC em seus produtos e processos, busca refletir uma visão acerca de uma realidade estruturada, atribuindo a ela uma forma de representação para torná-la compreensível a quem precisa. De acordo com Triques (2025), organizar e representar são processos concomitantes, desse modo, um fazer implica a existência do outro. Conforme Casoni e Santos (2024), ao organizar o conhecimento, o ser humano infere padrões de correspondência e similaridade a partir da comparação de objetos e do estabelecimento de relações entre eles e o meio no qual estão inseridos. Tal afirmação pode ser relacionada aos sentidos amplo e restrito da ORC elaborados por Hjørland (2008), enquanto o sentido restrito se volta para o tratamento técnico de documentos, o sentido amplo observa a produção e disseminação desse conhecimento no mundo, entendendo como ele está disposto nas instituições, na mídia e na nossa organização social.

O processo de modelagem do conhecimento é refletido por Brascher e Café (2008) como uma atividade que visa construir representações do conhecimento baseados nas análises de conceitos e suas características. Casoni e Santos (2024) observam que esse processo de representação tem a preocupação de estabelecer relações semânticas entre os conceitos ali existentes. Conceitos podem ser definidos como unidades de conhecimento formadas a partir da reunião e compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto (Dalhberg, 1978). É por intermédio dos SOC que o profissional da informação possibilita ao usuário o acesso à informação que ele necessita, por meio da representação dos conceitos e das relações existentes entre eles.

Nesse sentido, Triques (2025) diferencia a atividade de Organização da Informação (OI), como um processo que possibilita o acesso ao conhecimento contido em elementos informacionais a partir da organização e representação, enquanto a ORC visa “[...] analisar e estruturar modelos de mundo, isto é, formas de compreender os objetos e fenômenos de maneira útil a diferentes situações de interpretação (Triques, 2025, p.35)”. Essa diferenciação entre processos permite uma melhor compreensão da função dos SOC enquanto ferramentas de representação da informação, que representam o conhecimento organizado sobre determinado assunto.

Os SOC abrangem diversas ferramentas usadas para a organização e representação da informação, incluindo esquema de classificação e categorização, tendo como um dos objetivos organizar objetos informacionais, conforme relata Nascimento (2022). Eles representam o domínio ou subdomínio de um campo do conhecimento, apresentando uma estrutura significativa que permite a exploração do campo por meio de termos, associações e atributos. Os SOC podem ser usados em campos diversos da CI, como a Gestão da Informação e do Conhecimento, e inclusive fora da CI, na organização de disciplinas e outros campos do conhecimento. De acordo com Santos e Albuquerque (2021) os SOC podem ser aplicados em diferentes contextos uma vez que todo e qualquer contexto, seja ele físico ou digital utiliza e depende da utilização de bases de conhecimento e narrativas que possuem múltiplas intencionalidades, para assim representar e recuperar objetos informacionais.

Ao contextualizar historicamente a CI e a ORC em suas mudanças de abordagens conforme as necessidades que se apresentaram, Barité (2011a) afirma que as últimas décadas foram marcadas por grandes transformações no uso de ferramentas para a representação temática de informações. O autor destaca dois processos de diversificação dessas ferramentas: o primeiro agrupa o desenvolvimento de sistemas de classificação de bibliotecas, listas de cabeçalhos, tesouros e listas de descritores que ocorrem desde meados do século XX. Ao mesmo tempo um segundo processo é caracterizado pelo surgimento de novas estruturas conceituais, geralmente ligadas à programas de computador específicos e com finalidades específicas dentro do escopo de representação de assuntos, armazenamento e recuperação de informações.

O desenvolvimento desses dois processos de evolução dos SOC ocasionou também uma diversidade de termos para denominá-los. O autor elenca a existência de pelo menos quatro expressões designadas para descrever essas ferramentas: Linguagens Documentárias; Sistemas de Classificação, Vocabulários Controlados e Sistemas de Organização do Conhecimento. Os termos apresentam diferenças conceituais entre si, referentes às abordagens e ferramentas agrupadas a esses conceitos. Entretanto o uso do termo Sistemas de Organização do Conhecimento é considerado o mais adequado na literatura recente por ajudar a resolver os problemas de delimitação conceitual existentes com as terminologias anteriores, sendo esse também o termo adotado nesta pesquisa (Barité 2011a).

Nascimento (2022) realiza uma revisão bibliográfica com o objetivo de estreitar as discussões em torno da definição de SOC, a partir de diversos autores, sendo eles: Hodge (2000); Tudhope e Nielsen (2006); Hjørland (2007); Zeng (2008); Greenberg (2011); Barité (2011); Carlan e Medeiros (2011); Vignoli Souto e Cervantes (2013); Ramalho (2015); Suárez Sánchez (2017); Mazzochi (2018); Nascimento e Pinho (2019) e Lima (2020). Entre as definições elaboradas por estes autores relacionadas no estudo de Nascimento (2022), destaca-se que a observação do autor que os SOC possuem diferentes níveis de estruturação e formalidade, sendo indispensáveis na organização das bibliotecas.

Os SOC podem ser descritos conforme as suas estruturas, mas também pelas suas funções. Barité (2011a) descreve 13 tipos de SOC. São eles: a) Sistemas de classificação; b) Códigos de classificação; c) Listas de cabeçalhos ou títulos de assuntos; d) Tesouros; e) Listas de descritores; f) Listas de autoridades g) Anéis de sinônimos; h) Taxonomias; i) Ontologias; j) Folksonomias; k) Mapas conceituais; l) Mapas de tópicos; m) Diretórios de mecanismos de pesquisa. As descrições desses SOC, elaboradas por Barité (2011a) foram sintetizadas por Pereira (2025) no seguinte quadro:

Quadro 5 – SOC e suas descrições

a) Sistemas de classificação	São notações para representar o assunto dos documentos e são usados para a classificação de prateleiras nas bibliotecas e dos assuntos em bibliografias. Se estruturam em uma combinação que podem conter números, letras e sinais gráficos.
b) Códigos de classificação	Não são necessariamente linguagens documentais ou um SOC, mas podem ampliar, especificar, restringir ou substituir sistemas de classificação. Esses códigos fazem parte de uma realidade extra bibliotecária, mas que são úteis por codificar um segmento da realidade. Pode-se entender os códigos enquanto uma linguagem complementar aos sistemas de classificação tradicionais da Biblioteconomia.
c) Listas de cabeçalhos	Instrumentos destinados à indexação, sendo muito semelhantes aos tesouros, listas de descritores, listas

ou títulos de assuntos	de palavras-chave e listas de autoridades, possuem estruturas semânticas invisíveis, títulos e subtítulos pré-coordenados e relativo controle terminológico.
d) Tesouros	Possuem uma alta estruturação, com relações hierárquicas e de associação. A base de construção dos tesouros se dá em dois elementos essenciais da indexação: os descritores e não-descritores, essa atribuição de termos se faz na dependência de estarem ou não autorizados a representarem o conteúdo de documentos. Os tesouros são usados para o armazenamento e recuperação de documentos em áreas especializadas.
e) Listas de descritores	São listas alfabéticas de termos, que se distinguem das listas de títulos pelo maior rigor terminológico na seleção e listagem de termos e, pela incorporação de índices permutados e auxílios semelhantes, tais como os tesouros. Constituem geralmente o processo inacabado da construção de um tesouro.
f) Listas de autoridades	Criados para fornecer pontos de acesso mais específicos que os contidos nas Listas de descritores ou Listas de cabeçalhos, pois contêm termos que podem ser próprios ou emprestados de outros sistemas, assim como nomes patronímicos, geográficos ou similares.
g) Anéis de sinônimos	Anéis de sinônimos são sistemas usados apenas para a recuperação da informação, excluindo o objetivo de indexação de documentos, eles são um conjunto de termos considerados equivalentes. Geralmente são usados para usuários se orientarem em pesquisas de texto livre e não possuem nenhuma relação hierárquica.
h) Taxonomias	Oriundas da Biologia e transferidas para as áreas de Inteligência Artificial, Ciência da Computação e Ciência da Informação, as Taxonomias são sistemas que permitem construir modelos estruturados de

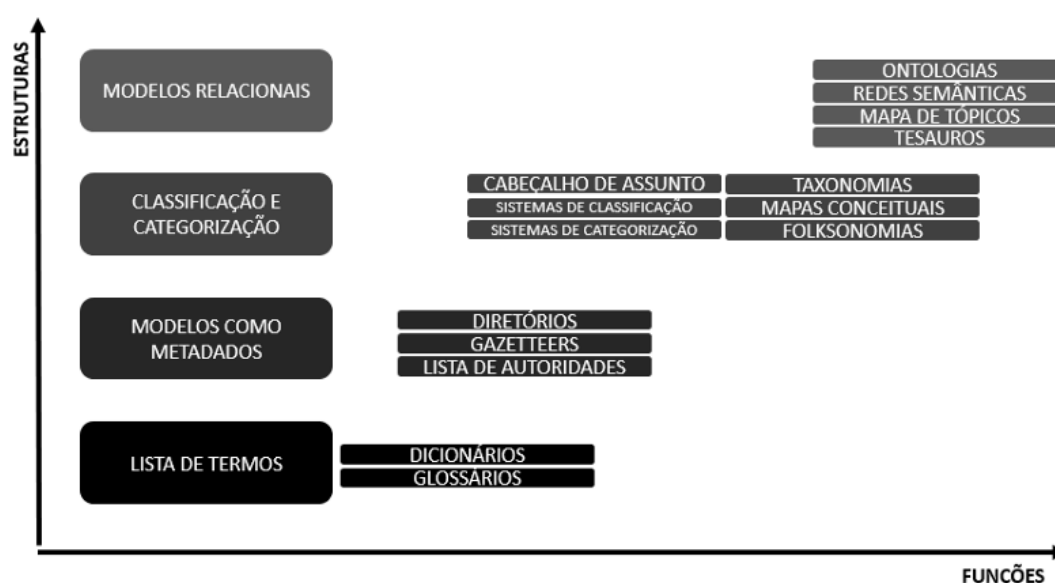
	organização, sejam eles hierárquicos, arbóreos ou multifacetados, que criam estruturas de termos superordenados e subordinados. Geralmente são orientadas em sistemas de navegação, organização e busca de conteúdos em sites.
i) Ontologias	Estruturas funcionais que contêm entidades ou elementos que se relacionam entre si, com determinados objetivos e que geralmente são usadas em meio eletrônico. Elas não se destinam a representar um conhecimento, mas sim representar uma rede de questões ligadas entre si e que juntas, formam um determinado domínio.
j) Folksonomias	Modelo que indexa conteúdos da Internet por meio de tags, geralmente atribuídas pelos próprios usuários, caracterizando-se pelo uso da linguagem natural.
l) Mapas conceituais	Usados na educação ou nas ciências cognitivas, são formas de representar um conhecimento a partir do uso de gráficos e diagramas, onde são estabelecidas a situação de um conjunto de termos e suas relações, para que se possa facilitar a aprendizagem a respeito de um tema.
m) Mapas de tópicos	Gráficos com o objetivo de representar um conjunto de dados fortemente interrelacionados, que podem se referir a conceitos ou a núcleos de conhecimento, são importantes pela sua capacidade de representar graficamente nós e relações entre ideias ou conceitos de um determinado domínio.
n) Diretórios de mecanismos de pesquisa	Consistem em tabelas de classificação hierárquica para permissão ao acesso temático de sites e páginas da Web e que estão disponíveis na grande maioria dos mecanismos de busca da Internet, onde cada tópico é representado por um hiperlink que leva a outros tópicos

	mais específicos ou a listas de sites relacionados.
--	---

Fonte: Pereira (2025, p. 21-23)

A revisão bibliográfica de Nascimento (2022) possibilita a observação das definições e as descrições do SOC que foram sintetizadas pelo autor em uma figura que descreve essas ferramentas, classificando-as das mais simples às mais elaboradas, conforme a figura a seguir:

Figura 2: Exemplos de SOC quanto as suas estruturas e funções



Fonte: Nascimento (2022, p. 64)

A figura mostra a categorização realizada por Nascimento (2022) com base em Hodge (2000); Zeng (2018), Carlan (2010) Moreira González (2011) Hjørland (2015) e Mazzochi (2018), agrupando os SOC conforme a complexidade de suas estruturas e funções, do mais simples as mais elaboradas. De acordo com Triques (2025) agrupar os SOC nessas quatro categorias demonstra que eles, apesar de não serem iguais, possuem princípios e métodos similares que podem contribuir na elaboração tanto de modelos colaborativos de representação do conhecimento, exemplificado pelas Folksonomias, como de processos pertencentes a outros campos do saber por meio de análises terminológicas e computacionais.

As listas de termos são organizadas alfabeticamente e concentram uma ou mais definições a respeito de um termo (Nascimento, 2022). São considerados os

SOC de menor complexidade a respeito de suas funções e estruturas. Entretanto, são importantes instrumentos para a sistematização de conceitos, pois eliminam ambiguidades e controlam sinônimos (Triques, 2025). Os glossários, dicionários, as listas de seleções e anéis de sinônimos são os exemplos de SOC que pertencem a esse agrupamento.

Os modelos como metadados, podem conforme suas estruturas e funções estabelecer relações hierárquicas entre termos e representar elementos informacionais de forma legível por máquinas. Esses instrumentos facilitam o acesso a documentos por meio da padronização dos processos de descrição, permitindo a individualização dos objetos informacionais (Triques, 2025). Como exemplos desse grupo, Nascimento (2022) destaca os diretórios, as listas de autoridades e os gazzeteers, que colecionam informações sobre itens geográficos.

Os SOC pertencentes ao grupo de categorização e classificação descrevem características físicas e de conteúdo dos objetos informacionais e são úteis ao controle de vocabulário por meio do estabelecimento de relações hierárquicas. Podem representar a informação tanto de forma verbal, como no caso das taxonomias, como a partir de uma notação, como acontece nos códigos de classificação, amplamente usados na representação temática de bibliotecas (Barité, 2011^a; Nascimento, 2022; Triques, 2025). Outros modelos pertencentes à essa categoria de SOC são: a) cabeçalhos de assunto; b) sistemas de categorização; c) mapas conceituais e d) folksonomias.

As ontologias, redes semânticas, mapas de tópicos e tesauros são exemplos de SOC mais complexos em suas funções, possuindo as estruturas mais elaboradas e alto controle de vocabulário, sendo chamados de modelos relacionais, pois estabelecem relações hierárquicas e associativas entre termos (Nascimento, 2022; Triques, 2025). As ontologias são destacadas por Triques (2025) como os artefatos com amplas possibilidades de utilização. Usadas em meio digital, esse tipo de SOC permite o reuso e o compartilhamento entre sistemas “[...] cumprindo a função de especificar descrições para conceitos, com semântica expressiva, explícita e bem definida, passível de interpretação por máquina, que processam automaticamente as informações (2025, p. 46).”

Os SOC abrigam entre si semelhanças e diferenças que podem ser importantes no momento da escolha de uma dessas ferramentas para organizar e

representar a informação e o conhecimento. A seguir, observaremos reflexões a respeito de alguns dos SOC mais usados e estudados na CI.

Algumas dessas semelhanças e diferenças foram estudadas por Nascimento e Pinho (2019) que compararam as características de tesouros, taxonomias e ontologias. Entre os tesouros e as taxonomias, os autores enxergam que a principal característica existente nos dois SOC é o objetivo comum entre ambos, que constroem um caminho metodológico de classificação da linguagem. Os dois sistemas usam métodos lógicos e coerentes ao serem empregados para sistematizar o conhecimento, assim como, são pré-coordenados e pós-coordenados de termos de linguagem documentária e influenciam o desenvolvimento da pesquisa, ciência e inovação.

Quanto às diferenças entre tesouros e taxonomias, Nascimento e Pinho (2019) evidenciam a sistematização e desenvolvimento desses SOC, enquanto as taxonomias são desenvolvidas de forma tecnológica, os tesouros podem ser elaborados tanto manualmente quanto por meio de recursos computacionais, os fins de utilização de ambos os SOC também se diferenciam, uma vez que as taxonomias são usadas por profissionais de tecnologia da informação, os tesouros são utilizados em estudos terminológicos. Os autores observam então que as taxonomias usam princípios de controle de vocabulário, considerados na CI uma maneira de equiparar a terminologia dos documentos com a linguagem do usuário. Desse modo, os autores constataam que as taxonomias incorporam as normativas dos tesouros.

Ao compararem ontologias e taxonomias, Nascimento e Pinho (2019) relatam que enquanto as taxonomias visam a criação de categorias para facilitar a recuperação da informação, sendo usadas para organizar e representar o conhecimento em ambientes informacionais, as ontologias buscam um consenso linguístico e são recomendadas para áreas que necessitem de aprofundamento conceitual no contexto terminológico em que estão inseridos.

É exatamente na perspectiva terminológica que Nascimento e Pinho (2019) comparam tesouros e ontologias. Baseados em Sales e Café (2008) e em Garcia Jimenez (2004) os autores inferem que por causa da origem das ontologias em contexto informático, elas possuem objetivos que extrapolam o campo de atuação dos tesouros em: a) representar a realidade em um domínio; b) promover a interoperabilidade entre sistemas; c) fornecer bases conceituais em projetos de pesquisa e extensão; d) possibilitar serviços baseados em operações semânticas; e)

Integrar conhecimentos artificiais, humanos e processos computacionais; f) melhorar a consistência, o reuso de informações e o compartilhamento do conhecimento.

Além disso, Nascimento e Pinho (2019) constatarem que a ontologia pode funcionar como um esquema de banco de dados, permitindo a comunicação entre humanos e máquinas, algo limitado no vocabulário convencional que permite apenas a comunicação entre pessoas. As ontologias também possuem relações mais formalizadas entre classes e conceitos, permitindo uma profundidade semântica e hierárquica que pode auxiliar a elaboração de tesauros. Entretanto, ao mesmo tempo em que as ontologias possuem uma maior riqueza estrutural, existem dificuldades na incorporação de elementos, que são exemplificados pelos autores por meio das facetas. Esse aspecto encontra mais facilidade de execução em tesauros e outros sistemas de classificação.

Um modelo de SOC que emerge dos ambientes virtuais pode evidenciar de maneira mais direta as perspectivas dos usuários são as Folksonomias. Esse SOC surge no contexto da *Web 2.0*, no qual os usuários possuem maior relação com a informação, o que facilita a colaboração desse modo de representação do conhecimento baseado na linguagem natural (Santos e Correa, 2015). Apesar das Folksonomias refletirem de modo direto a linguagem dos usuários, Santana *et al.* (2022) refletem a necessidade de reconhecer que ambientes de informação digital e o uso das *tags* para a representação de assuntos também pode propulsionar discursos tendenciosos e excludentes.

Entretanto, Barros, Sales e Rosa (2022) reconhecem que as Folksonomias podem ser o tipo de SOC que melhor propiciam uma ORC mais horizontal e participativa, podendo contribuir com a construção de sistemas híbridos de organização do conhecimento, nos quais o controle terminológico pode estabelecer diálogos com a linguagem dos usuários atendidos por esse SOC.

Barité (2001) parte da premissa que todo o conhecimento é um produto, uma necessidade e uma dinâmica social, justificando-se na afirmação de que a cultura é tudo o que o homem acrescentou a natureza. Sendo assim, o conhecimento, para o autor, é o registro social de tudo o que existe na natureza e de tudo o que o homem somou a ela, abrangendo um conjunto de verdades provisórias, sempre sujeito a revisão e especulação. Desse modo, as situações sociais em que vivemos se organizam e se fundamentam em torno da informação e do conhecimento. Nesse sentido, Lara e Mendes (2017), relatam que os padrões de SOC não surgem do vazio.

As autoras ressaltam que a construção de SOC está intimamente relacionada a formas de organizar o mundo que são sobretudo culturais. Logo, se faz necessário entender as perspectivas socioculturais que baseiam os estudos em ORC.

Segundo Triques (2025) as afirmações de Barité (2001) são o princípio do que pode ser denominado como abordagens socioculturais da ORC. Baseando-se em Farias e Almeida (2015) e Olson (2002) a autora define a abordagem sociocultural da ORC enquanto:

[...] um núcleo de pressupostos teóricos e práticos que giram em torno de reflexões acerca das peculiaridades simbólicas, linguísticas, de valores e crenças próprios da cultura, [...] reconhecendo que os processos, instrumentos e produtos não são neutros, nem mesmo que refletem passivamente os valores da sociedade (Triques, 2025, p.62).

De acordo com Lara e Mendes (2017) as relações entre a cultura e a ORC sempre existiram, entretanto, em decorrência da força de concepções hegemônicas, essa relação pode não ter sido considerada de forma crítica, fazendo com que a percepção de sua influência na literatura da CI tenha ficado implícita. A crítica à perspectiva hegemônica já estava presente em Olson (2002) ao analisar a representação feminina em catálogos de assunto, discussão que será abordada posteriormente a partir das relações com gênero e sexualidade. Milani (2024) por sua vez, enxerga os sistemas de classificação tradicionais como pertencentes a um modelo ético utilitarista que entende que se uma ação é realizada pelo bem da maioria dos indivíduos, ela mantém o seu valor moral, ainda que seja baseada em mentiras ou violências.

É importante ressaltar que visões hegemônicas não estão presentes apenas em SOC tradicionais ou com um maior controle terminológico. Sales e Garcez (2024) ao relatarem que especialmente os SOC estruturados em representações verbais ancoram-se em abordagens teóricas e metodológicas já consolidadas, estas que refletem um modelo epistemológico pré-estabelecido e hegemônico.

Ao olhar para a OI, Triques (2025) reconhece que embora a literatura da CI tenha se concentrado por anos em aspectos físicos e cognitivos que conduziam a relação indivíduo-sistema, as abordagens teóricas da OI evidenciam contextos sociais e culturais em que a informação se insere. Esse reconhecimento dos contextos sociais analisado por Triques (2025) se baseia em Nascimento (2006), que por sua vez, relata

que a informação não é apenas uma coisa a ser observada, mas sim, historicamente construída, sendo assim, sujeitos criam mecanismos informacionais para reconhecer, interpretar e transmitir significados. Ou seja, a informação em seu sentido ontológico só pode ser compreendida se inserida em seu contexto cultural e social. Tal fato evidencia a necessidade de se estudar a informação de forma contextualizada à necessidade do usuário, assim como aos contextos históricos, sociais e culturais nos quais ele vive.

Para Triques (2025) compreender as perspectivas socioculturais da ORC implica em compreender instrumentos, produtos e processos sob a ótica de um diálogo heterogêneo, que se constrói na dinâmica do momento e do lugar em que eles ocorrem. Essa afirmação dialoga com o pensamento de Milani (2024) que reflete a partir de Mai (2013) que a realidade pode ser tendenciosa, contraditória e tem refletir na forma como usuários buscam, recebem e transformam informação em conhecimento. Desse modo, os profissionais da informação precisam refletir sobre os danos causados a usuários em virtude da forma como eles são representados em sistemas de informação.

Milani (2024) discorre que estudos críticos em ORC são elaborados desde 1971 observando as formas como comunidades de usuários são representadas em SOC, motivados principalmente por investigar os impactos que ocorrem no encontro dos usuários com representações tendenciosas, enviesadas ou preconceituosas, termos que na ORC são conhecidos como *biases*, que podem evidenciar um preconceito a um grupo discriminatório, ou podem ser usadas para ilustrar um posicionamento que garanta a especificidade na recuperação da informação.

Diante dos problemas acerca da representação de comunidades de usuários em SOC, Milani (2024) infere que os profissionais da informação comprometidos buscam promover justiça social. Para que isso aconteça, é fundamental que se estude de forma os serviços de suas unidades de informação o que inclui o SOC. Vale ressaltar que assim como os SOC, os profissionais e usuários não são neutros, possuindo crenças e posicionamentos que proporcionam diversas leituras de mundo. Dessa forma, a compreensão dessa característica humana possibilita a ampliação de uma consciência ética, que considera a existência de diversos pontos de vista na toma de decisão acerca de como um SOC pode ser útil e acolhedor a um usuário.

Sales e Garcez (2024) refletem que os SOC atuam como dispositivos estratégicos, que se por um lado, auxiliam de forma eficaz na recuperação da

informação, por outro podem nos capturar, fazendo com que voluntariamente ou não se reproduza pensamentos oriundos de culturas hegemônicas, tendo como consequência a colonização dos saberes e a violência epistêmica.

Mais que isso, a postura que vem sustentando a construção dos SOC é demasiadamente ancorada por um discurso efficientista de recuperação da informação que poucas vezes questiona a sub-representação, o silenciamento e a violência do acultramento vindo quase que exclusivamente de países dominantes e colonizadores, fato que, por consequência, ajuda a perpetuar violências epistêmicas e invisibilizações culturais. Somos, ainda hoje, impelidos a organizar conhecimento com base em definições prévias de categorias, classes, hierarquias, centralidades, territorialidades, estratificações, ou, ainda, por meio de relacionamentos cristalizados por meio de cânones e axiomas. Somos, portanto, capturados por dispositivos que cumprem a função estratégica de serem eficientes ao colonizador, reafirmando e supervalorizando as lógicas vigentes que não foram feitas por nós. Evita-se, com isso, a fuga, o escape, os devires que geram o ineditismo. Tem-se o dispositivo operando com êxito em sua função de controle e governabilidade (Sales e Garcez, 2024, p.349).

Os autores acima citados afirmam que os SOC, desde os tradicionais sistemas de classificação usados em bibliotecas até as modernas ontologias se baseiam em teorias e metodologias já consolidadas que refletem um modelo pré-estabelecido e hegemônico, por vezes fundamentado em uma crença na possibilidade de conceber uma classificação universal do conhecimento:

Diante disso, é importante entender os SOC a partir da noção de discurso, que Gregolin (1995) define como o suporte abstrato nos quais os textos que circulam em uma sociedade se sustentam, sendo responsável pela concretização de figuras e temas das estruturas semio-narrativas. Segundo Orlandi (2007) a noção de discurso se distancia do modo como tradicionalmente o esquema de comunicação dispõe seus elementos, se opondo a composição estática de: emissor, receptor, código, referente e mensagem. Para o autor, a linearidade da disposição desses elementos é inexistente:

Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam em uma sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de uma forma estanque. Além disso, ao invés da mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois no funcionamento da linguagem, quem põe em relação os sujeitos e sentidos afetados

pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na ideia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é o efeito de sentido entre os locutores (Orlandi, 2007, p. 21).

Desse modo Sales e Garcez (2024) propõem a profanação dos SOC, que significa a restituição desses instrumentos ao uso comum para aproximá-los de realidades concretas. A concentração desse estudo está na recusa de relações pré-estabelecidas, propondo uma abordagem rizomática na qual outras conexões e relações podem ser estabelecidas a partir de princípios de a) conexão; b) heterogeneidade; c) multiplicidade; d) ruptura assignificante; e) cartografia; f) decalcomania. A ideia de um rizoma – termo emprestado da biologia que se refere a hastes subterrâneas que crescem para qualquer lado, tomando as mais variadas formas - nega ao SOC a previsibilidade tanto na sua forma quanto nas suas relações estabelecidas.

Sales e Garcez (2024) ressaltam que a experimentação de alternativas teóricas que transbordem as atuais práticas envolvendo os instrumentos de representação já existentes pode promover o avanço da ORC. Compreender a maneira como a ORC está ligada aos modos de organização cultural pode, segundo Lara e Mendes (2017), pode ser um caminho de compreensão da diversidade de formas de se organizar o conhecimento e entender o porquê da validade dessas formas não possuírem alcance universal. Nesse sentido, o próximo capítulo discute o conceito de garantias, que podem tanto ser o caminho para a compreensão de SOC nos contextos culturais em que estão inseridos, quanto fornecer subsídios para a construção de SOC mais hospitaleiros a um grupo social.

3 GARANTIAS: ASPECTOS GERAIS

Segundo Beghtol (1986) um sistema de classificação bibliográfica tem como fim transmitir relações significativas aos utilizadores de documentos inseridos em um determinado sistema. Nesse sentido, o significado fundamental e a utilidade desse sistema deriva de uma base, de uma autoridade usada para construí-lo. Sendo assim, parte dos estudos teóricos em sistemas de classificação envolvem o estudo de garantias usadas para sua elaboração.

Observa-se que as garantias são componentes inevitáveis na construção, avaliação e revisão de um SOC, pois a compreensão e aplicação adequada delas é fundamental para que se obtenha uma terminologia consistente e atualizada, que esteja alinhada simultaneamente aos objetivos dos projetistas de um sistema e às necessidades dos usuários de uma unidade de informação (Barité, 2019a).

A definição de garantia é elaborada por Beghtol (1986) como a autoridade que o profissional da informação usa para justificar a inclusão de uma classe ou conceito em um sistema. Ela serve também para que o profissional da informação possa decidir sobre a ordem e as divisões/subdivisões dessas classes e conceitos escolhidos. A autora reflete que uma classificação deve transmitir, na representação de seus documentos, as relações significativas de assunto ao usuário por meio de seu sistema, por isso, o significado dessas representações e a própria utilidade de um sistema derivam de uma garantia:

A garantia abrange suposições e decisões consistentes e inconsistentes sobre quais tipos e quais unidades de análise são apropriadas para incorporar e transmitir o significado ou o uso de uma classe para o classificador, que deve interpretar tanto o documento quanto o sistema de classificação para classificar o documento por meio dos dispositivos sintáticos disponíveis (Beghtol, 1986, p. 110-111, tradução nossa).

Barité (2019a) considera que Beghtol (1986) elaborou uma definição canônica do conceito de garantias, ao produzir o Diccionário de organización del conocimiento, Barité (2015) ilustra a capacidade da garantia de incluir e excluir termos em um SOC assim como suas relações, além disso a garantia pode auxiliar na discriminação de termos entre descritores e não descritores. Isso significa que o uso da garantia torna um SOC mais consistente no uso de seus termos e nas relações entre eles, facilitando a busca e recuperação de informação por parte do usuário.

O estudo das garantias, de acordo com Beghtol (1986) surge em um

contexto no qual as pesquisas acerca da classificação bibliográfica tinham foco nos aspectos sintáticos. Isso leva a identificação de problemas relacionados à semântica desses sistemas, evidentes na dificuldade da manutenção da atualidade terminológica e no fornecimento de ligações a outros sistemas, por intermédio da tradução de termos para outras línguas naturais e para as linguagens de comutação.

Conforme aponta Barité (2019a) Beghtol publica os primeiros estudos acerca das garantias, sendo as definições acima citadas as primeiras existentes na literatura sobre o tema, criando a definição anteriormente considerada pelo autor como canônica. Entretanto, o mesmo autor afirma que se trata de uma definição tardia, uma vez que Hulme, em 1911, ou seja, 75 anos antes explica sobre a existência da garantia literária, mostrando assim em uma perspectiva histórica, que o conceito específico do tema surge anteriormente a sua explicação genérica. A ideia de Hulme presume que a elaboração de um sistema de classificação deve ser justificada na literatura existente acerca de um assunto (Beghtol, 1986; Barité *et al.*, 2010; Barité, 2019a). Desse modo, o profissional da informação deve recorrer à produção literária sobre um assunto para identificar os termos que devem ser usados, assim como as relações existentes entre eles.

Bullard (2017) entende que os estudos acadêmicos e os manuais usados para a elaboração de classificações tendem a se concentrar nas bases epistemológicas e nos detalhes mecânicos da classificação. Nesse sentido, Hulme propôs um novo modo de pensar a classificação bibliográfica (Barité *et al.* 2010), antes centrada em princípios teóricos das classificações científica e filosófica, a partir da garantia literária. Nesta perspectiva, o documento se torna a autoridade a ser consultada para a aplicação do controle de vocabulário, evidenciando que a documentação possui regras e leis específicas, diferenciando-se do universo tradicional de classificações do conhecimento.

A garantia não é um conceito de uso específico dos profissionais da informação. Barité (2019a) ressalta que o termo garantia surge tanto em uma linguagem geral quanto em especializadas. É possível observar o uso terminológico de garantia aplicado à áreas como o direito empresarial, bancário, financeiro, constitucional, civil e comercial. Também se observa a sua aplicação em textos acadêmicos como justificativa para um argumento ou a validação de uma ideia.

Entretanto, na perspectiva da ORC, a garantia é um caminho que em primeiro lugar, assegura a relevância e a adequação de um termo para representar um

conceito, fazendo com que ele possa ser usado na classificação ou indexação de documentos, assim como de dados e informações (Barité, 2019a). O autor identifica que as garantias podem estar presentes em todos os estágios da elaboração de um SOC, detalhando-os em: a) na seleção dos termos de classificação; b) na seleção das relações estabelecidas entre eles; c) na ordenação dos termos de facetas; d) na escolha de critérios para a subdivisão de casos; e) na determinação de níveis de especialidade; f) na aplicação dos mecanismos de síntese e na escolha dos dispositivos de sintaxe; g) na ordem de citação dos casos. Desse modo, para Barité (2019a), as garantias também podem se constituir enquanto bases epistemológicas ao mesmo tempo em que são critérios organizacionais ou ferramentas a serviço de um método de construção terminológica

Para Bullard (2017) poucos estudiosos abordam como os SOC incorporam e impõem valores em suas representações temáticas. Tanto que ainda não se tem uma ideia exata da forma como esses valores são embutidos ou do grau de influência do profissional da informação na elaboração e no impacto social de um SOC. A autora, a partir dos estudos sobre classificação, enxerga duas grandes abordagens: a primeira, elaborada a partir de estudos como o de Ranganathan (1962), enfatiza a procedimentalidade e a reprodutibilidade, sugerindo que valores e parcialidade são erros ou advêm da fonte de garantia. A segunda abordagem concede ao classificador a agência e a autonomia substanciais, entendendo que o profissional tem grande responsabilidade sobre suas ferramentas construídas. Dessa forma, o estudo das garantias seria de fundamental importância para que se possa entender os SOC a partir de um ponto de vista, enquanto escolhas significativas e contínuas.

A falta de estudos sobre as formas de garantir relações entre os termos também é enxergada por Barité (2019a). O autor reconhece essa lacuna de pesquisa tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico, evidenciando a necessidade da criação de um corpo de ideias mais homogêneo estável e profundo a respeito do assunto. Como dito anteriormente, foi necessário mais de meio século entre a primeira afirmação de Hulme até a sistematização do primeiro estudo publicado por Beghtol (1986). É possível relacionar as reflexões do autor com o pensamento de Bullard (2016), que constata nos estudos de classificações a concentração em aspectos mecânicos e bases epistemológicas sem observar que os princípios de classificação e o contexto específico de um sistema interagem à medida que o profissional toma decisões acerca do uso de determinados termos e nas relações entre eles.

As reflexões sobre os aspectos gerais das garantias e a escassez de pesquisas a respeito do tema podem ser relacionadas aos estudos de Capurro (2007). O autor constata que a atividade primordial da ciência é a produção de conhecimento e o desenvolvimento de teorias científicas. Por isso, o significado de cada termo deve ser considerado na estrutura das teorias a que se supõe que eles sirvam. Desse modo, as garantias usadas para a escolha de um determinado termo e suas relações em um SOC se constituem enquanto um objeto informacional, sendo assim um interesse de pesquisa para a CI e especificamente para a ORC, podendo contribuir na construção de SOC mais direcionados aos usuários das mais diversas sociedades e culturas, mas com o mesmo direito à informação.

Em um primeiro momento, Beghtol (1986) aponta a existência de quatro garantias: a garantia literária, já identificada anteriormente, pressupõe que só se justifica a criação de uma classe em um SOC se houver produção bibliográfica dentro de um campo. Beghtol (1986) amplia esse conceito de Hulme, que estava restrito à produção de livros, enquanto a autora traz todo o escopo de documentos para a verificação desta garantia.

A garantia científico-filosófica, segundo Beghtol (1986) foi defendida por Henry E. Bliss nos seus estudos sobre classificação bibliográfica. Esta garantia propõe que a estrutura dos SOC deve refletir um consenso filosófico e científico dentro do campo da ORC, trazendo ao SOC uma ordem estável, racional e lógica, adequada aos estágios mais avançados do conhecimento

A garantia educacional entende que a classificação deve atender as necessidades pedagógicas e curriculares das instituições de ensino (Beghtol, 1986), de modo a refletir os aspectos da ORC para fins de ensino e aprendizagem. Essa garantia traz a ideia de adaptação de um sistema para contextos não-acadêmicos, podendo atender as necessidades específicas de organizações ou setores.

Por fim, a garantia cultural, tema central desta pesquisa e que será melhor elaborada posteriormente, refere-se aos valores, costumes e pressupostos culturais de uma sociedade (Beghtol, 1986). A autora afirma que Hulme ao refletir sobre a garantia literária, já apresenta princípios que podem definir a garantia cultural, uma vez que ele reconhecia que a classificação de livros refletia a cultura de uma sociedade.

Barité (2019a), associa o estudo das garantias à quatro bases epistemológicas publicadas anteriormente por Hjørland: a) o empirismo, que se baseia

em dados do conjunto de observações e suas induções correspondentes; b) o racionalismo, propondo o desenvolvimento do conhecimento nos princípios da lógica pura ou da razão, apoiando-se substancialmente em processos dedutivos; c) o historicismo, que contribui com a ORC a partir de estudos cronológicos, evolutivos e/ou contextuais de cada campo do conhecimento; d) o pragmatismo, essencialmente baseado na análise da realidade, tendo como norte a determinação de valores, objetivos e consequências. Com isso, Barité (2019a) identifica a existência de 21 garantias que podem ser usadas na elaboração e verificação de SOC, construindo um quadro que contém o nome original da garantia; tradução para o espanhol; o autor e o ano; um comentário correspondente e o enfoque a qual a garantia pertence. A adaptação desse quadro com a tradução para a língua portuguesa pode ser observada a seguir:

Quadro 6: Garantias existentes verificadas por Barité

Nome	Autor e ano	Comentário	Enfoque
Usuário	Cutter, 1876	Antecedente da garantia do usuário	Empírico
Garantia literária	Hulme, 1911	-	Empírico
Garantia científica/filosófica educacional (consenso)	Bliss, 1923	Antecedente da garantia acadêmica	Racionalista
Garantia cultural	Lee, 1976	-	Pragmático
Garantia do usuário	Lancaster, 1977	-	Empírico
Garantia lógica	Fraser, 1978	-	Racionalista
Garantia orientada para consulta ou solicitação.	Soergel, 1985, p. 230	Talvez um tipo de garantia do usuário	Empírico
Garantia semântica	Beghtol, 1986	Nome genérico, dado às garantias literárias, culturais, de usuário, científico-filosóficas e educacionais	Racionalista, empírico e pragmático
Garantia de gênero	Olson e Ward,	Talvez um tipo de	Pragmático

	1998	garantia cultural	
Garantia fenomenológica	Ward, 2000	-	Empírico
Garantia estrutural	Svenonius, 2000	-	Racionalista
Garantia ética	Beghtol, 2002	Relacionado à garantia cultural	Pragmático
Garantia acadêmica	Sachs e Smiraglia, 2004	Semelhante a garantia científico-filosófica e educacional	Racionalista
Garantia organizacional	National Information Standards Organization, 2005	-	Empírico
Garantia autopoietica	Mai, 2011	Baseado em Rafferty e Hilderley, 2007. Talvez um tipo de garantia de usuário.	Empírico
Garantia textual	Tennis, Thornton e Filer, 2012	-	Empírico
Garantia de mercado	Martinez Ávila. 2012		Empírico
Garantia indigenista	Doyle, 2013	Um tipo de garantia cultural.	Pragmático
Garantia de gêneros	Andersen, 2015	Um tipo de garantia cultural	Empírico, pragmático
Garantia epistêmica	Budd e Martinez Avila, 2016	-	Racionalista, pragmático
Garantia política	Hjørland 2017,	Um tipo de garantia cultural?	Racionalista, pragmático

Fonte: Adaptado de Barité (2019a, p.286. Tradução nossa)

O autor não define todas as garantias mencionadas. A princípio, Barité (2019a) distingue quatro garantias: a) garantia literária, a partir dos pressupostos da literatura acerca do assunto; b) garantia cultural, refletindo a linguagem e a identidade cultural das comunidades; c) garantia acadêmica, ilustrando o consenso e a opinião de especialistas, d) garantia do usuário, que indica os termos usados pelos usuários em suas pesquisas.

A justificativa de Barité (2019a) para a não definição das demais garantias está na ausência de fundamentos teóricos, metodológicos e críticos, sendo usadas esporadicamente. Entretanto, a constatação do elevado número de garantias é observada pelo autor a partir dos seguintes motivos: i) inadequação particular de cada garantia para resolver todos os casos relacionados à seleção de termos necessária para organizar e representar a informação em um SOC; ii) falta de soluções universais, em contraponto às opções de escopo e eficácia parciais que justifiquem a terminologia; iii) a premissa que na ORC o mesmo conjunto de documentos pode ser organizado de diferentes formas, a depender das possibilidades existentes.

Conforme indica Barité (2019a), as garantias devem ser recursos a serem usados não apenas na construção de tesouros, mas também em momentos nos quais o profissional da informação precisa coletar expressões para um agrupamento de dados ou documentos, assim como na coleta de termos para a elaboração de um dicionário especializado, no caso destas garantias constituírem um critério intelectual para a seleção de termos em um SOC. Nesse caso, observa-se que mesmo na representação consistente e atualizada acerca de um domínio, prevalece a uma visão global na constituição dos termos e conceitos.

Contrastando em relação às visões universais o conceito de garantia cultural proporciona a observação de realidades locais. Desse modo, este estudo se debruçará a partir de agora sobre as pesquisas relacionados à temática central do trabalho, para compreender a sua importância para a ORC.

3.1 GARANTIA CULTURAL

Assim como pode ser visto anteriormente, quanto ao conceito de garantias, Beghtol (2002) apresenta uma definição canônica para o conceito de garantia cultural:

Garantia cultural significa que qualquer tipo de representação ou organização do conhecimento pode ser ao máximo apropriado e útil

para os indivíduos em alguma cultura somente se for baseado nas suposições, valores e predisposições dessa mesma cultura. Por outro lado, se o sistema não for baseado nessas suposições, ele será em menor grau apropriado e útil para os indivíduos de uma cultura. (Beghtol, 2002, p. 511, tradução nossa).

Entretanto, a primeira definição de garantia cultural foi publicada por Lee (1976) a partir dos estudos sobre garantia literária propostos por Hulme (1911), relacionando-os com os estudos de Austin (1976). Entendendo a cultura enquanto uma fonte de valores e observando que diferentes sociedades produzem formas de conceituar e agrupar as coisas em classes radicalmente diferentes em virtude da cultura em que vivem, Lee destaca que a literatura produzida por uma sociedade está carregada desses valores produzidos pela cultura, dessa forma, tal situação também se aplica aos sistemas de classificação. Desse modo, para Lee, a garantia literária é uma manifestação do que ele denomina como garantia cultural.

Nos primeiros estudos acerca das garantias, Beghtol (1986) compreende que antes da própria existência do termo, a garantia cultural já havia sido identificada por Hulme (1923), quando observa que apesar do estudioso não a nomear em suas publicações, admite que a classificação dos livros apresenta um relato da vivência humana em um período histórico. A diferença entre a definição apresentada em 2002 em relação a 1986 é que em seu primeiro texto, a autora define garantia cultural enquanto um conceito guarda-chuva que abrange e explica as mudanças nos outros tipos de garantia até então verificados.

Para Biscalchin e Moreira (2020) a garantia cultural é uma forma de complementar a base metodológica usada na construção de estruturas conceituais que contribui para melhorar a qualidade da representação da informação, adequando os termos de um vocabulário ao contexto cultural no qual usuários de uma unidade de informação estão inseridos.

Ao introduzir a ideia de garantia cultural, Beghtol (2002) assevera que os SOC podem ser considerados artefatos culturais, pois apesar de não se configurarem como um objeto físico e de não serem totalmente perceptível para os membros de uma cultura, eles podem exercer fortes influências sobre esses indivíduos. Tal afirmação reforça a necessidade de entendimento do conceito de cultura, assim como de uma perspectiva ética em ORC. Desse modo, a pesquisa irá analisar então o conceito de cultura aplicado a CI e a ORC, para então observar as perspectivas éticas que implicam o uso da garantia cultural em um SOC.

Refletindo acerca do conceito de cultura, Barité (2011b) reconhece-o como controverso por ser usado em diversas comunidades de usuários e discursos. A primeira noção proposta pelo autor é oriunda de Stolovich *et al.* (1997) que entende cultura enquanto tudo o que foi criado pela humanidade e adicionado a natureza, seja material ou imaterial. A origem da palavra cultura vem do latim *cultus* que significa cultivo, tratado com consideração, o que traz consigo muitos aspectos positivos, mas traz a tendência natural de transformar o significado de cultura em algo ideal, com características desejadas e melhoradas, levando a uma abordagem elitista, que divide pessoas tidas como cultas daquelas que não possuem instrução.

Barité (2011b) reafirma o entendimento de Wright (1998), que entende cultura enquanto um termo politizado, distante da neutralidade, que envolve todos os estratos sociais, abrangendo situações religiosas, de gênero, raciais e outros grupos sociais. Por fim, o pesquisador relaciona as definições de cultura propostas por Tylor (1871) e pela Unesco (2001), que entende cultura enquanto o conjunto de conhecimentos, crenças, valores, costumes, produtos materiais e imateriais que caracterizam o modo de vida de uma coletividade humana, compreendendo também que o contato entre diferentes culturas promove a ampliação de horizontes e possibilita às pessoas soluções para seus problemas observando modos de vida alternativos. Sendo assim, o respeito entre culturas pode levar a abolição de formas de exploração e hegemonia cultural.

Ao dialogar com as concepções de cultura acima citadas, e com as definições elaboradas por Beghtol (2002), Barité (2011b) reflete que o conceito de garantia cultural também não é neutro. Sendo assim, ele relativiza a ideia de que os SOC devem seguir preceitos de objetividade e neutralidade, seguindo a premissa de uma suposta ciência objetiva. Na centralidade dessa garantia está a palavra respeito, que deve ser associado aos valores universais ligados por sua vez, aos processos de construção da cidadania, inclusão social e democracia civil, política e econômica. Desse modo, o autor sugere que a garantia cultural busque intencionalmente promover os valores positivos e de tolerância entre credos e culturas de qualquer tipo.

Em uma perspectiva empírica, Boccato e Biscalchin (2014) também enxergam a cultura como uma herança de tradições, valores conhecimentos e técnicas que são adquiridos e compartilhados por um grupo social. Beghtol (2002), reflete que as discussões sobre cultura englobam valores compartilhados, história, linguagem, memória coletiva, prática sociais, entre outros aspectos. Biscalchin e Moreira (2020)

encontram uma nova configuração da cultura no contexto da *Web*, pois até então comunidades que encontravam limites nos aspectos geográficos, encontraram no território digital uma forma de romper fronteiras, constituindo um grupo consistente, mesmo que os seus membros pertencentes nunca tenham se visto fisicamente.

Nesse sentido, convém reconhecer que a garantia cultural também pode ser identificada na noção de discurso. Pois se a cultura é um conceito politizado e em disputa entre as sociedades (Barité, 2011b), e o discurso é o elemento de mediação da linguagem entre o indivíduo e a sua realidade social e natural (Orlandi, 2007), pode-se entender que o discurso atua enquanto objeto de representação de uma ideologia pertencente a um grupo, que por sua vez pode ser dominante ou não em uma sociedade, afetando diretamente a produção de sentido de signos para um indivíduo e conseqüentemente sua forma de se relacionar com a informação e o conhecimento.

O conceito de cultura abre espaço pra amplas e profundas interpretações e discussões, que se refletem na própria intensão conceitual que o termo possui, e conseqüentemente, nas possibilidades diversas de representar a informação em SOC (Bocatto; Biscalchin, 2014). Diante disso, é importante observar o que Beghtol (2002) diz a respeito dos limites existentes em uma cultura, que podem ser vagos, e gerar tensões culturais. Um indivíduo pertencente a uma sociedade tão diversa como a nossa, não é formado por uma cultura exclusiva de um único grupo. Desse modo, Beghtol (2002) parte da premissa que os seres humanos podem ser multiculturais e multilíngues, assim como, participar de atividades multidisciplinares.

Biscalchin e Moreira (2020) reconhecem que um dos objetivos da CI é tornar a informação organizada e disseminada de maneira igualitária e eficaz. Tal fato implica em superar possíveis barreiras linguísticas e culturais, que podem interferir nas ações de representação da informação. Isso leva os autores a compreenderem que uma construção produtiva de um SOC necessita considerar a garantia cultural, a transculturalidade e a multiculturalidade. Dessa forma, é fundamental que além da compreensão da garantia cultural, sejam entendidos os conceitos de transculturalidade e multiculturalidade, pois eles auxiliam a compreender a complexidade dos indivíduos em seus contextos socioculturais.

Segundo Bocatto e Biscalchin (2014) a multiculturalidade:

[...]pressupõe que usuários provenientes de uma mesma localidade, região ou país, sem que uma delas predomine, são possuidores de

diversas culturas, havendo diferenças na compreensão e observação do mundo e dos fatos presentes em cada cultura e em momentos históricos distintos (Boccatto; Biscalchin, 2014, p. 240).

Um exemplo de sociedade multicultural apresentada por Boccatto e Biscalchin (2014) é o Canadá, que possui uma herança cultural dos povos originários e influência de seus processos de colonização inglesa e francesa, entretanto, mesmo com culturas diferentes, o país se configura como uma unidade nacional, compartilhando entre seus indivíduos os objetivos de desenvolvimento econômico aliados à igualdade e harmonia social. Isso se reflete nos vocabulários multilíngues existentes naquele país, que possibilitam a formulação de estratégias de busca de acordo com a língua preferencial do usuário (inglês ou francês) demonstrando além da vontade do usuário, a particularidade de cada cultura.

Uma outra abordagem evidencia a existência do conceito de interculturalidade que “[...]busca a incorporação entre distintas culturas de modo que formem uma unidade representativa de uma nova realidade sócio, histórica, cultural (Boccatto; Biscalchin, 2014, p. 240).” Os autores destacam a interculturalidade para diferenciá-la do entendimento de multiculturalidade. Enquanto a interculturalidade busca a integração entre duas ou mais culturas, gerando relações de cooperação e interdependência, a multiculturalidade busca o convívio mútuo entre culturas, sem a necessidade de estabelecer relações cooperativas.

Os conceitos de interculturalidade e multiculturalidade podem ser entendidos como dimensões manifestadas ao profissional da informação a partir do momento em que ele faz uso da garantia cultural (Boccatto; Biscalchin, 2014), entretanto, segundo os autores, as abordagens epistemológicas contemporâneas revelam a existência de uma terceira dimensão da cultura entendida como transculturalidade:

Sob o nosso ponto de vista, vimos a transculturalidade como uma concepção teórico-ideológica que suplanta o aspecto da compreensão de uma cultura por outra cultura e garante a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, por meio do sentido que une as mais diversas culturas, privilegiando a constituição de uma identidade cultural supranacional, sem a perda das identidades culturais (Boccatto; Biscalchin, 2014, p.240).

Conforme apontam Zamboni e Francelin (2016), as classificações tradicionais possuem um caráter redutor e podem se tornar elementos de conversão de culturas ao redor do mundo em visões limitadas e tendenciosas. Dessa maneira, indivíduos de uma determinada cultura podem ter dificuldades de encontrar informação se utilizarem

um SOC não concebido a partir de sua visão de mundo. Nesse sentido, Baccato e Biscalchin (2014) mostram que a multiculturalidade e a interculturalidade associadas ao conceito de garantia cultural, permitem a representação da informação considerando sempre que minorias culturais sejam lembradas e reconhecidas. Tal afirmação remete a um outro conceito, anteriormente elaborado por Beghtol (2002): a hospitalidade cultural.

A hospitalidade para um SOC, segundo Beghtol (2002) é a capacidade de incorporar novos conceitos, estabelecendo relações semânticas e sintáticas adequadas em relação aos conceitos já existentes no sistema. É possível empregar diversas técnicas para a adição de conceitos em um SOC sem necessariamente se preocupar com o desenvolvimento de técnicas notacionais para expressá-los, uma vez que as expressões notacionais são próprias dos sistemas de classificação bibliográfica. Porém o que Beghtol (2002) sugere, é que para além dos novos conceitos, novas garantias culturais sejam inseridas em um SOC, o que consequentemente pode incluir novas garantias de usuário. A capacidade de um SOC de incorporar novas garantias culturais é chamada de hospitalidade cultural, que permite aos usuários fazerem escolhas pessoais e comunitárias em um sistema a partir de seus preceitos culturais.

Beghtol (2002) constata que a ideia de cultura presente no conceito de hospitalidade cultural, pressupõe a ideia de que os SOC sejam adaptados para um determinado grupo de indivíduos. Assim, entende-se que sujeitos necessitam de SOC que realizem uma determinada escolha, a ser pautada nas necessidades de informação do momento e no nível de detalhamento adequado para cada instância. Nesse sentido, a hospitalidade cultural permite a operacionalização de uma garantia moral, considerada fundamental para SOC uteis em escala global.

Os estudos de garantia cultural e hospitalidade cultural podem ser relacionados ao pensamento de Capurro (2007) a partir de dois pontos elaborados pelo autor. O primeiro ao reconhecer que os critérios que definem o que será considerado informação são elaborados por processos científicos, mas também socioculturais. Desse modo, o indivíduo em busca pela informação deve ser considerado em situações concretas, dentro de suas organizações sociais e domínios do conhecimento. A garantia e a hospitalidade cultural permitem a compreensão do indivíduo enquanto um ser individual, mas fundamentalmente como um ser coletivo, dentro de uma comunidade com valores, predisposições e necessidades

informativos decorrentes de vivências coletivas.

Outra possibilidade de relação dos conceitos com os estudos de Capurro (2007) está na compreensão proposta pelo autor de que algo é informativo ou não dependendo da questão a ser respondida. A mesma representação da informação contém significados diferentes em contextos diferentes. Por isso o mesmo assunto pode ou deve ter diversas representações a depender do assunto da base de dados à qual ele pertence. Observar a garantia cultural e assegurar a hospitalidade cultural de um SOC nesse contexto, implica em reconhecer na comunidade aquilo que para ela é ou não informação, para que assim ela possa exercer concretamente o direito de se informar.

Biscalchin e Moreira (2020) compreendem que a enquanto a garantia cultural busca a representação da informação de maneira igualitária, a hospitalidade cultural permite a adequação dos conceitos no SOC de uma unidade de informação. Dadas as desigualdades sociais existentes para além das unidades de informação – e que podem ser refletidas nos SOC – o profissional da informação pode em algum momento se ver diante de um dilema ético, ao aplicar conceitos de uma cultura em detrimento de outra, visto que anteriormente, constatou-se que o conceito de garantia cultural não é neutro, se pensarmos superficialmente, podemos entender que a garantia cultural incorporada à hospitalidade pode se contrapor a ideia de neutralidade, o que já foi refutado por Beghtol (2002). Contudo, a autora alerta que esses conceitos podem conflitar com outras visões de comportamento ético, devido as suas diferenças culturais.

Esse alerta ilustrado por Beghtol (2002) está ligado com a ideia de que o conceito de hospitalidade cultural pode estar em conflito com a percepção ética de crítica às outras culturas e que a disponibilidade para se envolver com críticas e questões morais com os usuários pertencentes à uma cultura, demonstra o maior respeito à essa cultura em relação a outras. No entanto, os SOC elaborados de forma totalmente hospitaleira, permitindo aos usuários fazerem escolhas pessoais e culturais em um sistema, não são, por si só, os promotores de um debate ético sobre eles mesmos. É o conceito de hospitalidade cultural que, ao respeitar os indivíduos e suas culturas ao mesmo tempo em que promove um debate informado sobre as questões éticas ligadas à esses indivíduos e culturas, se configura enquanto a garantia ética desse sistema. Essa ideia se relaciona com a contribuição da garantia cultural é identificada por Barité (2011b), é que essa garantia possui o potencial de contribuir

para a integração cultural, sem deixar de reafirmar a identidade de culturas locais, neutralizando os SOC de possíveis efeitos da aculturação causada pela globalização e por processos políticos e econômicos de exclusão social.

Barité (2019b) verifica a escassez de estudos que apontem metodologias associadas a garantia cultural, de forma que até então, foram realizadas apenas aproximações sistemáticas. O primeiro caminho estabelecido pelo autor apresenta quatro metodologias aplicáveis que devem ser usadas em caráter qualitativo, são elas: I) análise de conteúdo (Krippendorff, 2004; Hsieh & Shannon, 2005); II) análise terminológica (Benyaich, 2014); III) Análise de discurso (Van Dijk, 1999); e, por fim, IV) análise de domínio (Hjørland, 2002, 2004). E ainda assim, essas quatro metodologias dependem de adequações determinados contextos culturais:

[...] a) adaptação ao conjunto de valores e crenças que uma comunidade aceita como reais ou plausíveis; b) adaptação terminológica, de modo a selecionar os conceitos com seus termos e as relações entre termos que refletem o sistema de valores e crenças de sua comunidade; c) adequação ética, que neutralize o uso de expressões discriminatórias, estigmatizantes ou pejorativas; d) adequação aos equilíbrios internos do domínio, evitando casos como o da representação da religião nos sistemas decimais CDU e Dewey, onde a ampliação maior das tabelas se atribuir às religiões cristãs, em detrimento de outras culturas amplamente cultivadas no mundo, como o Islã ou o Judaísmo (Barité, 2019, p. 4, tradução nossa)

Por sua vez, Boccato e Biscalchin (2014) ao elaborarem metodologias para a construção de vocabulários multilíngues e multiculturais, sugerem as seguintes etapas: a) consulta à fontes de informação de diversas naturezas; b) levantamento dos termos livres e controlados mais empregados pelos usuários nos sistemas de busca; c) identificação dos termos que refletem o contexto de uma organização; d) identificação dos termos que retratam o consenso científico do tema; e) identificação dos termos que representam a cultura em que o usuário está inserido. Com estas etapas, o profissional da informação pode obter além da garantia cultural, as garantias literária, do usuário, organizacional e acadêmica úteis à elaboração de um SOC.

A sessão a seguir, trata dos estudos realizados no âmbito da CI e da ORC acerca da comunidade LGBTQIA+, objeto empírico dessa pesquisa.

4 PERSPECTIVAS SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIA+, NA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NO BRASIL.

Para refletir sobre as perspectivas da temática LGBTQIA+ na ORC, serão abordadas as pesquisas em torno dessa população no campo da ORC, observando estudos já existentes e publicados entre artigos científicos, trabalhos em eventos, teses e dissertações.

Estudos da população LGBTQIA+ têm se mostrado relevantes para a ORC. Mosso e Gracioso (2022) explicam que arquivistas, bibliotecários, museólogos e cientistas da informação possuem o dever de disponibilizar a informação necessária para indivíduos e grupos que não se veem representados nas instituições de ensino e conhecimento, acolhendo-os e garantindo a informação necessária para seu desenvolvimento intelectual, humano e crítico. Outro fator explicado pelos autores é que questões sociais não podem ser desvincilhadas da atividade profissional do bibliotecário e das vivências existentes em bibliotecas e unidades de informação.

A relevância do tema já foi anteriormente abordada por Nascimento e Guimarães (2017) a partir do entendimento que a sexualidade é um elemento que emerge da análise social, atribuindo-o o crescimento dessa discussão no meio acadêmico-científico dada a visibilidade advinda dos movimentos sociais, buscando romper com a perspectiva patologizante que foi construída ao longo dos séculos XIX e XX e influencia discussões até os tempos atuais.

Chagas e Moura (2024) indicam que desde a década de 1960, pesquisadores da ORC tem se debruçado sobre a representação temática de grupos minoritários. Os autores relatam que a discussão ainda é pouco abordada no Brasil, algo anteriormente constatado por Mosso e Gracioso (2022) ao compararem a produção científica nacional sobre o tema LGBTQIA+ em relação à produção exterior. Entretanto, Chagas e Moura (2024) percebem que a criação do Grupo de Trabalho 12 (GT12) “Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades.” do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no ano de 2021 indica a crescente preocupação da CI brasileira em promover a inserção dessa temática na área.

Dada a relevância da discussão e a necessidade de romper com perspectivas hegemônicas, Gomes (2019) chama a atenção para o papel de poder da informação e do conhecimento enquanto instrumentos de poder, uma vez que ambos podem gerar impacto social, seja por meio da redução de desigualdades ou pela manutenção

de discursos. Gomes (2019) entende que a informação além de um bem social, pode ser também um instrumento de dominação. O autor explica que essas formas de dominação vão além do uso dado às informações e ao conhecimento, mostrando que os instrumentos também são aplicados para o exercício de poder.

Ao abordar a ideia de poder nas relações sociais, é preciso entender como ele é exercido pela via da sexualidade humana e refletido nos instrumentos de acesso à informação e ao conhecimento. Foucault propõe essa reflexão que é citada por Nascimento (2015), Nascimento e Guimarães (2017), assim como por Chagas e Moura (2024), trazendo a noção das sexualidades enquanto um mecanismo de controle social:

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (Foucault, 1999, p. 98).

Para Spargo (2017) é essencial entender que conforme o pensamento de Foucault, a sexualidade não é um aspecto natural da vida humana, mas sim uma categoria de experiência construída em fatores históricos, sociais e culturais, mas não biológicos. Foucault (1999) explica que as sociedades ocidentais, se fundamentaram a partir de um dispositivo de aliança, fundamentado na ideia de matrimônio, desenvolvimento de parentescos, transmissão dos nomes e de bens. À medida que a sociedade se desenvolve economicamente o dispositivo de aliança se torna insuficiente para atender as suas demandas. Desse modo o dispositivo de sexualidade se desenvolve, com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Enquanto para o dispositivo de aliança, o vínculo entre os parceiros e o status definido das relações é pertinente, o dispositivo de sexualidade se baseia nas sensações do corpo, na qualidade dos prazeres e nas tênues e por vezes imperceptíveis impressões, sob a ótica do corpo, este que produz e consome.

O dispositivo de sexualidade atua a partir de quatro estratégias: a) a histerização da mulher; b) a sexualização da criança c) a especificação dos perversos sexuais; d) a regulação das populações (Foucault, 1999). Essas estratégias são

desenvolvidas na estrutura familiar, que é enxergada por Foucault como um fator capital de sexualização. É nessa ideia de um sistema normatizado na estrutura famílias que a homossexualidade é abordada enquanto uma perversão sexual até as décadas finais do século XX, onde predomina o estigma da patologização. Segundo Spargo (2017), esse discurso produziu a categoria identitária do 'invertido', gerando um duplo efeito, ao mesmo tempo que o homossexual era tido como a aberração da norma, sujeitos enquadrados nessa identidade passaram a questionar sua posição política e social. Esse cenário de resistência produziu um vocabulário e um saber que passaram a ser usados estrategicamente por esses indivíduos.

Spargo (2017) relata que os estudos de Foucault são catalizadores para o desenvolvimento da Teoria *Queer*, que é analisada por Mosso e Gracioso (2022) como base para desenvolver estudos informacionais que atendam às demandas da população LGBTQIA+. Conforme relatam Mosso e Gracioso (2022) a Teoria *Queer*, apesar de ter como principal referência a pesquisadora Judith Butler (1956), seus estudos não seguem uma linearidade ou a prerrogativa de se conhecer um autor antes de outro. Esta teoria evidencia a necessidade de romper e destruir as bases e instrumentos ativos na construção e sedimentação da norma social, que é construída em um modelo heterossexual, cisgênero, patriarcal e racista. Desse modo, não é suficiente reivindicar a participação em uma sociedade cujo padrão já é estabelecido pela norma, mas acabar com as engrenagens que ditam e corroboram para a manutenção das exclusões. Não é o objetivo desta pesquisa aprofundar-se nos aspectos da Teoria *Queer*, mas se faz necessário, entender o seu principal argumento, assim como o pensamento de Foucault para perceber como essa norma cisheteronormativa é notada nos instrumentos de organização e representação da informação.

A manutenção dessa norma cisheteronormativa abordada anteriormente é refletida por Sampaio e Lima (2018) no surgimento da Biblioteconomia como profissão, uma vez que os homens eram os únicos detentores do conhecimento na sociedade patriarcal, do mesmo modo, a produção e organização do conhecimento na Antiguidade e na Idade Média, era realizada por homens livres.

Se o surgimento da profissão é marcado pela exclusividade da presença masculina, é possível notar que os instrumentos usados no tratamento temático da informação são diretamente influenciados pelo discurso que tem como ponto de vista o olhar do homem, heterossexual e cisgênero. Olson (2002) reflete que a

representação de assunto é parte do registro de um substituto documental, é a chave para o acesso a um assunto. Dessa maneira, a representação tem a função de nomear algo, atividade esta que é carregada de poder, pois controla a representação de um assunto, e consequentemente, o acesso a ele.

Conforme Olson (2002) nomear é o ato de dar um nome, de criar uma identidade, de impor um padrão ao mundo baseado em uma visão, é um meio de comunicação interpessoal por intermédio da linguagem. Enquanto um meio de comunicação, requer também um lugar comum de compreensão, para além de um entendimento individual. A autora mostra que essa necessidade de compreensão mútua presumiu a demanda por uma linguagem universal.

Ao abordar o aspecto da linguagem, Olson (2002) mostra que a presunção de uma compreensão mútua por meio da linguagem atravessou a filosofia e a linguística para então chegar à Biblioteconomia. De acordo com a autora, a natureza subjetiva da linguagem sempre foi reconhecida pelos filósofos da área, assim como a maioria deles percebe a diversidade resultante dessa subjetividade como um obstáculo para a compreensão mútua.

É nesse raciocínio, que Olson (2002) analisa o discurso normativo dos catálogos de assuntos. Ao mostrar a forma como mulheres são representadas em catálogos, Olson evidencia a norma como masculina e sexista. A autora também destaca que os instrumentos de representação de um tempo carregam consigo as ideias, culturas e preconceitos de seu tempo, além de preferências e preconceitos pessoais do profissional ao organizar algum catálogo de assunto.

A parcialidade no trabalho da representação temática de assunto é algo já observado em diversos autores da ORC (Olson 2002; Beghtol, 2002, Guimarães e Pinho, 2011; Barité, 2011b; Zamboni e Francelin, 2016; Milani, 2024; Chagas e Moura, 2024), revelando que os produtos da ORC são atravessados por questões históricas, sociais e políticas, implicando a existência de um viés, que cristaliza discursos preconceituosos, ajudando na manutenção das exclusões sociais, nesse aspecto, referentes ao acesso à informação de grupos que não se enquadram em uma realidade cisheteronormativa, anteriormente explicada.

Mosso e Gracioso (2022) mostram que a parcialidade da representação temática afeta diretamente a população LGBTQIA+, uma vez que dessa forma, as instituições de ensino e conhecimento condicionam sujeitos à manutenção de papéis sociais que não correspondem a diversidade sexual. Tal percepção já estava evidente

nos estudos de Pinho e Guimarães (2011), ao analisarem a representação da homossexualidade masculina nas linguagens de indexação. Os autores buscaram adequar termos revistas científicas com a temática LGBTQIA+, adaptando-os ao Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal, o Vocabulário Controlado da USP – Universidade de São Paulo – e a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional.

Como resultados dessa pesquisa Pinho e Guimarães (2011) constatam que a Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional é a que apresenta maior hospitalidade aos termos coletados, isso se dá ao fato desses termos possuírem origem na língua inglesa e serem de revistas norte-americanas, somado ao fato deste vocabulário controlado ser baseado no Cabeçalho de Assunto da Biblioteca do Congresso Norte-Americano. Ao analisar a precisão dos termos, a pesquisa constatou que ela é insuficiente, além de reproduzir a ótica estigmatizante, como é o caso do termo ‘homossexualidade’ que, na época era representado dessa forma apenas no vocabulário da USP, sendo que nos dois outros instrumentos, foi observada a presença do termo ‘homossexualismo’, que faz alusão a perspectiva patológica anteriormente adotada nas pesquisas científicas. Vale ressaltar que essa pesquisa foi realizada no ano de 2011 e que estes instrumentos podem ter passado por alterações e adaptações visando uma melhor hospitalidade aos usuários.

Ao analisar estruturas análogas a SOC em páginas da internet com conteúdos informacionais voltados para o público LGBTQIA+, Pereira (2025) conclui que ainda existem problemas relacionados ao tratamento temático da informação acerca dessa comunidade, questões relacionadas a repetição de termos, variação de grafias e falta de encontrabilidade são comuns em estruturas de organização do conhecimento de *sites* a respeito do tema, refletindo os sentidos amplo e restrito da ORC abordados por Hjørland (2008). O sentido restrito está refletido nos problemas de ordem técnica aqui mencionados, o sentido amplo se materializa na escassez de informação organizada, refletindo o histórico de marginalização e exclusão social. Outro fator constatado, é a reação dessa população ao se dedicar a produção de conhecimento sobre si mesma para fomentar discussões a respeito da luta por direitos.

A resistência LGBTQIA+ será analisada aqui sob dois aspectos. O primeiro deles é evidente em Pinho e Guimarães (2011) ao evocar o processo histórico dessa população no Brasil. Os autores observam que a primeira vez que o termo ‘homossexual’ foi usado na literatura brasileira foi no ano de 1906 na obra

“Homossexualismo: a libertinagem do Rio de Janeiro”, elaborada pelo médico Pires de Almeida, sendo que a primeira obra com um viés antropológico sobre a temática 80 anos depois, com a obra “Devassos no Paraíso” de João Silvério Trevisan. Tal fato pode ilustrar os movimentos de exclusão e resistência relatados por Foucault (1999) e Spargo (2017) abordados anteriormente, pois percebe-se uma tecnologia de poder que patologiza a homossexualidade por meio de um discurso científico, ao mesmo tempo em que, anos depois, o saber construído dessa comunidade acerca dela mesma, se tornou referência para a ciência e para uma nova abordagem desse grupo social.

Por sua vez, Pereira (2025) menciona o trabalho de OSCs voltadas para a causa LGBTQIA+ na produção de dados sobre a violência sofrida por esse grupo no Brasil. As organizações como o Grupo Gay da Bahia (GGB) ABGLT, ANTRA e Acontece- Arte e Política LGBTI+ se dedicam todos os anos na produção de dados a respeito das mortes violentas na população LGBTQIA+ em todo o Brasil. Resultados preliminares sobre mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no ano de 2025 foram divulgados pelo GGB por meio do Observatório de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil:

Quadro 7 - Mortes relacionadas à LGBTfobia no Brasil em 2024

ORIENTAÇÃO SEXUAL / IDENTIDADE DE GÊNERO	NÚMERO DE CASOS
Gay	165
Travesti/mulher trans	96
Lésbicas	11
Bissexual	7
Homem Trans	6
Heterossexual	6
Total	291

Fonte: Observatório (2025)

A pesquisa realizada pelo Observatório (2025) notificou 291 mortes de em virtude da LGBTfobia no Brasil. Outros 32 casos foram considerados em investigação pela organização por carecerem de informações mais concretas até a divulgação da pesquisa. A pesquisa também destaca a morte de seis pessoas heterossexuais que foram confundidos com uma pessoa LGBTQIA+ ou por defenderem alguma pessoa

desse segmento quando atacados. A morte de homens homossexuais concentra a maioria dos casos, seguido de travestis e mulheres trans, o que caracteriza a violência contra pessoas LGBTQIA+ também como uma violência de gênero. Entretanto, o Observatório (2025) reconhece a imprecisão dos dados devido às subnotificações, o que não desqualifica a urgente necessidade de ações diretas para a proteção desses indivíduos.

Com o objetivo de fazer um recorte mais aprofundado na população transsexual, Benevides (2025) elabora um dossiê exclusivo com casos de mortes violentas dessas pessoas no Brasil. Em uma metodologia detalhadamente exposta, a autora apresentou as etapas de pesquisa nas fontes de informação, dividindo-as entre primárias e secundárias, posteriormente os termos usados nos mecanismos de busca na internet, finalizando com a apresentação de parâmetros para classificação dos dados. Cada etapa da pesquisa foi problematizada a partir de dificuldades encontradas por Benevides, na captação e organização dos dados.

Quadro 8 - Natureza das fontes de pesquisa sobre mortes violentas da população transsexual no Brasil

FONTE	COMPONENTES
Fontes primárias	Serviços governamentais, órgãos de segurança pública, processos judiciais/órgãos de justiça, casos publicados em veículos jornalísticos.
Fontes secundárias	Ativistas e defensores de direitos humanos, publicações em redes sociais, relatos testemunhais e outras fontes não-classificadas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Benevides (2025)

Ao disponibilizar a natureza das fontes, Benevides (2025), reflete a ausência, subnotificação e dificuldade de acesso a dados por parte do Estado, evidenciando os canais de notícias como sua principal fonte de informação. Para a captação desses dados, a autora expôs a combinação de termos usados para a busca de informações sobre cada identidade interessada à pesquisa:

Quadro 9 - Parâmetros de alertas em mecanismos de busca por assassinatos

IDENTIDADE DE GÊNERO	TERMOS USADOS
Travestis	Travesti + assassinada; Travesti + assassinado; Travestis + assassinada; Travestis + assassinado; Travesti + morta; Travesti + morto; Travestis + Morto; Travestis + morta; Homossexual + morto; Homossexual + assassinado.
Mulher trans ou transexual	Mulher Trans + assassinada; Mulher Trans + morta; Mulher Transexual + assassinada; Mulher Transexual + morta; Transexual + assassinada; Transexual + assassinado; Transexual + morta; Transexual + morto.
Homens trans e pessoas transmasculinas	Homem Trans + assassinado; Homem Trans + morto; Homem Transexual + Assassinato; Homem Transexual + morto; Transexual + assassinada; Transexual + assassinado; Homossexual + morta Homossexual; + assassinada Lésbica + assassinada; Mulher + assassinada; Lésbica + morta; Mulher + morta.
Pessoas não binárias	Não Binário + morto; Não Binário + morta; Não Binária + morto/a; Não Binário + assassinado; Não Binário + assassinada; Homossexual + morto; Homossexual + morta; Homossexual + assassinado; Homossexual + assassinada; Lésbica + assassinada; Mulher + assassinada; Lésbica + morta; Mulher + morta.

Fonte: Adaptado de Benevides (2025, p. 56,57).

Referindo-se aos termos usados nos mecanismos de busca, Benevides (2025), destaca alguns pontos a serem considerados: I) a invisibilização de homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias, que acaba por resultar na escassez

de informações públicas sobre assassinatos nos veículos de mídia; II) a falta de um padrão na elaboração de notícias; III) o excesso de notícias não relacionadas à pesquisa nos resultados de busca por conterem algum termo usado; IV) a carência de informações adequadas sobre a identidade das vítimas; V) o desrespeito à identidade de gênero ou ao nome social da vítima, por parte da mídia. Na busca por superar esse problema, a autora elaborou parâmetros de classificação dos casos de acordo com o cruzamento de informações em matérias jornalísticas e redes sociais:

Quadro 10 - Parâmetros para classificação dos dados

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Data da publicação	Data em que foi feita a publicação na imprensa ou rede social.
Data do ocorrido	Dia em que o fato aconteceu
Período do ocorrido	Se ocorrido em período diurno (matutino ou vespertino) ou noturno.
Classificação da morte	Análise do tipo de morte, classificando de assassinato, suicídio e outras mortes não classificáveis ou suspeitas.
Nome	Verificação do uso do nome da vítima, considerando o uso do nome social e/ou se houve a veiculação do nome de registro anterior da vítima.
Idade	Idade da vítima, podendo ser exata ou estimada, a depender de como foi veiculada na matéria/post.
Identidade de gênero	Identifica a identidade de gênero por segmento: travesti, mulher trans/ transexual, homens trans, pessoa transmasculina, ou não binária, e se a identidade de gênero foi respeitada pela fonte.
Raça/Etnia	Marcador de raça e etnia, de acordo com o estabelecido pelo IBGE, sendo Negros (pretos e pardos), Brancos, Amarelos e Indígenas.

Tipo de assassinato	Neste campo considera-se o meio pelo qual a morte ocorreu.
Ferramenta empregada	Verifica-se o tipo de ferramenta empregada para causar a morte.
Local do ocorrido	Tenta identificar o tipo de local onde ocorreu o fato, como rua ou avenida, casa da vítima, hotel/motel, bar ou boate, estabelecimento comercial, unidade de saúde, entre outros.
Tipo de espaço	Se ocorrido em espaço público ou privado.
Cidade	Município onde ocorreu o fato
Estado	Unidade da Federação do ocorrido.
Região	Se ocorrido na região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste.
Identidade do suspeito	Identificação se o suspeito é homem, mulher ou outra, seja cis ou trans.
Relação do suspeito com a vítima	Verifica se havia algum tipo de relação com o suspeito.
Situação do caso	Traz informações se o caso está sendo investigado, se o(s) suspeito(s) foi/ foram identificado(s), se houve prisão e se o caso foi solucionado.
Informações adicionais	Este campo traz informações que ajudam a complementar o perfil da vítima como a situação social, de moradia, se era defensora de direitos humanos ou profissional do sexo, se era uma pessoa com deficiência, e qualquer outro tipo de dado que complemente o perfil da vítima.
Tipo da fonte	Qual tipo de fonte foi considerado, se primária ou secundária e suas subcategorias.

Fonte: Benevides (2025, p. 59)

O resultado dessa coleta de dados traz o número de 122 mortes de pessoas trans e travestis, sendo cinco homens trans ou pessoas transmasculinas, 117 mulheres trans ou travestis e nenhuma pessoa não binária (Benevides, 2025). São Paulo é o estado com maior concentração de casos, com 16 casos registrados, a autora também chama a atenção que 83 casos, que correspondem a 68% dos crimes contra pessoas transexuais ocorreram fora das capitais dos estados, revelando a maior vulnerabilidade para essas pessoas em cidades do interior.

O número de assassinatos de pessoas trans exposto por Benevides (2025) diverge dos dados disponibilizados pelo Observatório (2025), mas tal fato é facilmente explicado pela subnotificação dos casos explicada anteriormente. Destaca-se em ambos os estudos o empenho da própria comunidade LGBTQIA+ em elaborar estudos profundos e consistentes sobre si mesma, no intuito de tensionar o poder público para a promoção de leis de proteção às pessoas LGBTQIA+, assim como a mobilização das instituições governamentais para o problema.

O número de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ revela consigo o desinteresse político em promover a cidadania dessas pessoas, sobretudo a população transexual, conforme aponta Benevides (2025). A autora relata que o avanço de uma agenda política antitrans no Brasil e no mundo tem causado a criminalização, marginalização e silenciamento de pessoas trans, com leis que impedem uso da chamada linguagem neutra ou inclusiva em ambientes públicos, proibição de atletas transexuais em competições esportivas e restrição ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero. No Brasil, felizmente, o movimento organizado tem se colocado à frente dessa disputa, contando com articulações com o judiciário, assim como com a atuação de parlamentares transexuais eleitas que atuam em prol da promoção da cidadania dessa comunidade.

Da mesma forma que a população LGBTQIA+ se articula entre si para a promoção de sua agenda, a ORC pode contribuir no fomento da participação cidadã desses indivíduos por meio do acesso à informação verdadeira, organizada e inclusiva, possibilitando a construção de conhecimento acerca do tema para todas as pessoas, sejam elas LGBTQIA+ ou não (Nascimento, 2015; Nascimento e Guimarães, 2017). Pesquisadores da área tem se comprometido em perspectivas éticas na temática de gênero e sexualidade, colaborando simultaneamente com a ciência e com a sociedade. É possível enxergar alguns elementos que ajudam a observar a população LGBTQIA+ sob uma ótica inclusiva em unidades de informação.

A comunidade LGBTQIA+ pode ser observada pela ORC como uma comunidade discursiva. As comunidades discursivas são objeto de estudo da ORC, por meio da metodologia de Análise de Domínio (AD), e podem ser identificadas pelo pensamento, linguagem e conhecimento de grupos sociais distintos, e se caracterizam por: I) metas comuns; II) mecanismos participativos; III) troca de informação entre participantes; IV) estilos específicos de comunicação; V) terminologia especializada e VI) alto nível de especialização dos seus membros (Almeida *et al.* 2007; Dias, 2015).

Nascimento e Guimarães (2017) enxergam a população LGBTQIA+ enquanto uma comunidade discursiva peculiar, que rompe com os padrões de gênero, geográfico e temporal ao apropriar-se de termos, nomes e expressões oriundas de diversos países, culturas e tradições e diferentes períodos de tempo, tomando para si o poder de nomear, sem caracterizar-se enquanto intermediários da informação, mas como membros comprometidos de uma comunidade marginalizada pela sociedade, resistindo a todas as implicações oriundas dessa marginalização.

Anteriormente, Pinho e Guimarães (2015) observando especificamente a comunidade gay masculina observam a influência de contextos em termos que traziam consigo o caráter hostil à essa comunidade e que em outros tempos, espaços e influências, se tornam empoderadores para os indivíduos. Outros destaques dos autores se dão na observação da presença de siglas enquanto termos candidatos à indexação, do uso do termo “gay” enquanto adjetivo para caracterização de um tema, a especificidade de termos com a qual a temática tem de desenvolvido as figuras de linguagens que também se apresentam como termos candidatos à indexação e palavras que representam grupos específicos do universo homossexual.

Alguns estudos da ORC apresentam questões fundamentais para o entendimento da linguagem específica da população LGBTQIA+. Pereira (2025), apresenta alguns conceitos básicos extraídos de Reis (2018) para o entendimento das diversidades sexuais:

Quadro 11 – Conceitos básicos para o entendimento das diversidades sexuais:

CONCEITO	SIGNIFICADO
Sexualidade	Referente às construções socioculturais que envolvem erotismo, desejo, afeto, noções sobre reprodução, saúde e o exercício de tecnologias de poder dentro da sociedade.
Sexo biológico	Características biológicas que a pessoa apresenta ao nascer, podem incluir cromossomos, genitália, composição hormonal entre outros.
Gênero	Conceito formulado nos anos de 1970 influenciado pelo movimento feminista que separa a dimensão biológica da dimensão social da sexualidade. Traz consigo a ideia de ser homem ou ser mulher, é um fruto do constructo cultural de uma determinada realidade social.
Identidade de gênero	É a percepção individual sobre gênero que cada pessoa tem de si mesma, podendo corresponder ou não ao sexo biológico. Assim uma pessoa pode se entender enquanto homem, mulher ou uma variação dos gêneros independente das características sexuais identificadas em seu nascimento.
Expressão de gênero	A forma como a pessoa se manifesta publicamente por meio de seu nome, sua forma de se vestir, se comportar entre outras características que independem do sexo biológico.
Orientação sexual	Descreve a capacidade do indivíduo em se sentir atraído de forma emotiva, afetiva e sexual por um determinado gênero. Uma

	pessoa pode sentir atração por pessoas do gênero oposto, pelo seu mesmo gênero ou por uma combinação de gêneros existentes.
--	--

Fonte: Pereira (2025, p. 34, 35).

O entendimento desses conceitos anteriormente apresentados é fundamental para a observação de identidades sexuais, pois é por meio deles que Pereira (2025) explica o significado de cada letra componente da sigla LGBTQIA+, pautado nas orientações elaboradas por Reis (2018):

Quadro 12 – Significado de cada letra da sigla LGBTQIA+

COMPONENTE DA SIGLA	SIGNIFICADO
Lésbica	Mulher atraída de forma afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero/sexo.
Gay	Homem atraído de forma afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo gênero/sexo.
Bissexual	Pessoa que se envolve afetiva e sexualmente com ambos os gêneros/sexos.
Travesti, Transexual, Transgênero	O conceito transgênero descreve as pessoas que transitam entre gêneros. Transexuais, são pessoas que possuem o gênero não correspondente ao sexo biológico. Travesti é um termo para identificar uma identidade política de mulheres transexuais, sendo ressignificado por essa população, uma vez que o termo era usado de forma pejorativa.
Queer	Adjetivo usado especialmente por gerações mais jovens para indicar que sua orientação sexual não é exclusivamente heterossexual, mas que entendem os termos Lésbica, Gay ou Bissexual limitantes para descrever a

	vivência da sua sexualidade
Intersexual	É um conceito guarda-chuva, que representa pessoas que possuem desde o seu nascimento uma anatomia reprodutiva/sexual e/ou um padrão de cromossomos não correspondente àqueles tipicamente classificados como masculinos ou femininos.
Assexual	Pessoa que não sente atração por nenhum sexo/gênero.
Pansexual	É considerada uma orientação sexual. Descreve sujeitos que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas independente do sexo/gênero. O conceito de pansexualidade rejeita a noção de dois gêneros ou de uma orientação sexual específica.
Não-binário	Conceito usado para descrever pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero homem/mulher

Fonte: Pereira (2025, p. 35,36).

Trabalhos voltados para o controle terminológico também contribuíram para o avanço das discussões a respeito da comunidade LGBTQIA+ na ORC. Pinho e Milani (2020) realizaram a categorização de 35 termos considerados fronteirios em gênero e sexualidade, coletados em artigos publicados nos periódicos *Journal of Homosexuality*, *Sexualities* e *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, entre os anos de 2010 e 2019. Os autores buscam as explicações desses conceitos por meio da literatura existente em bases de dados do portal de periódicos da CAPES. Após isso, os termos foram classificados a partir da metodologia de classificação por facetas de Ranganathan (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo – PMEST) e os resultados desse processo de classificação foram submetidos ao metafiltro (essência,

modo, função), para a adequação da categorização e realização do controle terminológico desses termos.

Os 35 termos coletados por Pinho e Milani (2020) se demonstram fronteiriços por trazerem consigo enunciados que estão relacionados a identidades que estabelecem fronteiras, hibridismo ou negação entre os padrões binários de gênero compulsoriamente impostos como normativos. São eles:

[...] agender, aliagender, ambigender, androgine, bigender, (female-male), butch non-binary, cristaline, demigender, denboy, demigirl, efemere, femme non-binary, genderfluid (female-male), genderflux, genderfuck, genderpivot, genderqueer non-binary, graygender, malenon-binary, intergender ou intersex, female non-binary, nan0gender, nan0boy, nan0girl, nan0-menine, negative, neutrois, pangender, poligender, positive, third gender, transfemale ou male to female, transmale ou female to male, travestite non-binary e trigender (Pinho; Milani, 2020, p. 94)

Para Pinho e Milani (2020) existem cinco valores éticos que devem ser promovidos nos processos de tratamento temático da informação. São eles: I) privacidade; II) precisão; III) direitos autorais; IV) diversidade informacional V) garantia cultural. Ao identificarem a ausência de representação documentária no domínio de gênero e sexualidade, reconhecendo que não se pode contar apenas com o bom senso, visto que cada indivíduo possui uma visão de mundo influenciada por valores que nem sempre são éticos, os autores concluem que ao inferir valores éticos na ORC de termos fronteiriços em gênero e sexualidade questões são pontuadas nos aspectos epistêmicos oriundos de seus conceitos.

Ao desenvolver uma proposta de modelagem conceitual para representação da diversidade sexual e de gênero, Chagas e Moura (2024) observam que os modelos refletem a multiplicidade terminológica, conceitual e de experiências no interior dessa comunidade. Reconhecem também que os modelos são limitados por refletirem compreensões parciais a respeito da temática, que é complexa, transdisciplinar e está em constante mudança. Na construção de uma modelagem de domínio da temática LGBTQIA+, encontra-se a implicação dos recortes descritivos das representações mentais, estas que são influenciadas por discursos, disputas hegemônicas e significados específicos a depender do contexto de atuação em que está inserido. Desse modo:

[...]incorporar o domínio LGBTQIAPN+ é um desafio para os profissionais da OC, pois exige um posicionamento crítico constante por parte dos profissionais que organizam os discursos nos esquemas

de representação. Invocar o discurso da diversidade sexual e de gênero na OC é necessário para representações mais justas e inclusivas (Chagas e Moura, 2024, p.12).

Mosso em Gracioso (2022) observam uma possibilidade de relação mútua entre a CI e a população LGBTQIA+. Enquanto a CI por meio da ORC pode ajudar essa comunidade em sua emancipação, rompendo com o processo de higienização que condiciona forçadamente sujeitos a seguirem comportamentos e hábitos para serem minimamente aceitos no convívio social. Ao mesmo tempo, a CI pode se beneficiar com a ruptura do sistema normativo existente em nossa sociedade, criando relações com indivíduos que performam diversidade, conseguindo assim, fazer uma autocrítica e reinventar processos e instrumentos e conceitos da área.

As Folksonomias são reconhecidas por Lopes (2021) enquanto uma possibilidade de representar pessoas LGBTQIA+ em SOC, assegurando as garantias de usuário, cultural e semântica, visto que elas representam os termos usados em sistemas de busca pelos usuários na recuperação de documentos, ao mesmo tempo em que demonstram aspectos da cultura desse segmento.

Diante das problemáticas envolvendo as questões de poder, elaboradas por Gomes (2019), a garantia cultural é apresentada como um espaço para a elaboração de SOC mais inclusivos. O autor também mostra um caminho ligado à representação, entendida como modelo de abstração do mundo real, a representatividade, que é a qualidade daquilo que é representativo, e o lugar de fala, que consiste em dar voz a grupos socialmente marginalizados.

Percebe-se que os estudos da CI e da ORC em relação à temática LGBTQIA+ demonstram no geral a preocupação com esses indivíduos, submetidos a uma norma de controle de corpos. Isso implica em uma nova perspectiva de profissionais da informação, que podem observar não apenas nessa população, mas em outros grupos marginalizados, a possibilidade de construir unidades de informação mais próximas das comunidades onde estão inseridos.

5 ABORDAGEM HISTÓRICA

De acordo com Trindade (2018), é comum e natural associar a constituição do movimento LGBTQIA+ brasileiro ao episódio de Stonewall, ocorrido nos Estados Unidos em 1969, dez anos antes do marco histórico que caracteriza o início do ativismo brasileiro com a fundação do grupo Somos, nome do primeiro grupo do que então era chamado “movimento homossexual brasileiro”. Entretanto, Green (2000) e Trevisan (2018) mostram que antes do início da articulação deste grupo social enquanto movimento organizado, a história LGBTQIA+ do Brasil já possuía um passado. Por isso, antes de observarmos a trajetória do movimento organizado, será observado um panorama sobre os contextos que antecederam a sua formação.

5.1 OS CONTEXTOS QUE ANTECEDERAM E INFLUENCIARAM A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

Trevisan (2018) dedica sua pesquisa à compreensão da história da homossexualidade no Brasil, desde à colonização. Em sua obra, o autor relata que os primeiros registros de vivências homossexuais no Brasil se dão no ano de 1549 por meio dos relatos de Manuel da Nóbrega, que percebeu que era comum entre os povos aqui já existentes, a prática da então chamada sodomia, também chamada de pecado nefasto. Entre os indígenas, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não era uma questão ou um problema social, mas parte da natureza daqueles que as praticavam. O pensamento punitivista e colonizador em relação à sexualidade se instala no processo de colonização, inflamado pelo Tribunal de Inquisição da Igreja Católica.

Contudo, é interessante notar a tensão criada em torno da sexualidade foi insuficiente para que as pessoas da época reprimissem seus desejos. Essa dualidade causada entre a repressão religiosa e a impossibilidade de controlar os comportamentos sexuais de todas as pessoas se estendeu até o final do século XIX, no qual sem a Inquisição, a influência do pensamento católico se deu de forma mais implícita em discursos médicos e criminalistas (Green, 2000; Trevisan, 2018).

O contexto de crescimento da população urbana no final do século XIX e início do século XX também influencia o agrupamento de homossexuais, então chamados de “putos”, ou “frescos”, que diante da impossibilidade de viverem a plenitude da sua sexualidade, se encontravam em parques, praças ou banheiros

públicos de grandes centros urbanos. Observa-se duas abordagens de pesquisa a respeito dos homossexuais: a esfera médica e a esfera criminal. Pesquisas criminalísticas e médicas buscavam razões para esse comportamento, assim como maneiras de combatê-lo. A perseguição policial a homossexuais nas ruas do Rio de Janeiro ocasiona o surgimento do termo “viado” entre os policiais que perseguiam homossexuais nesses lugares no intuito de punir as suas práticas, o termo foi usado para descrever a maneira como eles corriam entre os arbustos da Praça Tiradentes durante a noite. Os estudos médicos com fortes influências de pesquisadores europeus que em suas pesquisas adotaram o termo “homossexual”, para designar aquele que sofre do “homossexualismo”, sob a ótica da patologia, a prática entre pessoas do mesmo sexo (Green, 2000; Trevisan, 2018)

Em contraponto, ou em uma forma de resistência os frescos adotam o termo “bicha” originado de *biche* do francês, que é equivalente à corsa, o feminino do veado. o termo “bicha” também possui contextos nos quais é atribuído às mulheres fortes ou prostitutas. É relevante frisar que os termos “putos” e “frescos”, eram referentes aos homossexuais que faziam o papel passivo em suas relações. Aqueles que exerciam o papel de ativo eram chamados de “fanchos”, ou “bofes”, que também remete aos homens que possuíam uma vida dupla com relacionamentos heterossexuais. Isso evidencia um entendimento de certos graus de homossexualidade conforme o papel exercido na relação, para o pensamento do início desse século, um homossexual passivo estava mais entregue a esse desvio do que o homossexual ativo (Green, 2000).

Conforme Green (2000), o processo de urbanização constante do século XX, em meados da década de 1960 também impulsiona o aumento de encontros de sociabilidade entre homossexuais, sejam eles em festas privadas, clubes noturnos, hotéis, ou em lugares públicos em que eram realizadas rápidas interações sexuais, que apesar de a partir de 1964 viverem períodos de muita repressão, causados pelo golpe militar daquele ano e culminados no Ato Institucional 5 (AI-5) tais espaços funcionavam, podendo não serem alvo de ataques por fornecimento de propinas aos agente, ou também pela necessidade de se produzir um ar de normalidade nas metrópoles em constante disputa contra a ditadura.

Essa atmosfera, associada ao pensamento mais horizontal acerca dos papéis ativo/passivo nas relações faz com que o termo “entendido” seja usado entre os homossexuais para se referirem entre si, fazendo alusão a uma espécie de código

para aqueles que queriam viver seus desejos e burlar a repressão violenta do estado. O termo “gay” só surge entre os anos de 1960 e 1970 inspirado nos movimentos *gay power* dos Estados Unidos, sugerindo uma identidade homossexual mais polida e elitizada (Green, 2000).

O termo “travesti” tem origens antigas no Brasil colônia, quando homens assumiam papéis femininos nas peças de teatro devido à proibição da presença feminina, e o termo era usado com pronomes masculinos, refletindo o uso linguístico da época. Durante o carnaval e outras festas, a prática ocasional de travestismo permitia a adoção temporária da identidade feminina, diferente da prática integral que se consolidou com o surgimento das “drag queens” no início dos anos 1990. Historicamente, as identidades travestis estavam ligadas a uma tradição artística com algumas figuras de destaque nacional e internacionalmente, ao passo que travestis oriundas das classes populares muitas vezes enfrentavam expulsão e a prostituição, situação que se intensificou a partir da década de 1970. (Green, 2000; Trevisan, 2018)

Uma questão percebida ao longo das pesquisas sobre os períodos que antecedem a formação do movimento LGBTQIA+ brasileiro foi a ausência de estudos relacionados às lésbicas. Green (2000) explica que devido à escassez de fontes que relatassem as vivências de mulheres que se relacionam com outras mulheres, suas pesquisas se concentraram na homossexualidade masculina. Tota (2021) por sua vez, observa a ausência de estudos em Green e Trevisan, para questionar e provocar o tensionamento em torno dessa invisibilidade histórica, ilustrando que a maioria dos pesquisadores acerca da história da homossexualidade são homens, o que pode explicar ou justificar a preferência por uma narrativa em contraponto com a invisibilidade de outra.

Contudo, mesmo sem estudos aprofundados nessas obras é possível perceber a adoção dos termos “sapatão” e “fanchona” associando-as aos comportamentos masculinos (Green, 2000; Trevisan, 2018). A pesquisa de Lino (2019) se debruça sobre o surgimento do movimento lésbico no Brasil, que encontra origens na segunda onda do feminismo, entre os anos de 1960 e 1970. Havia no movimento feminista, uma tentativa de silenciamento das questões de mulheres lésbicas, principalmente acerca de práticas de estupro corretivos. Esse silenciamento era promovido pela ala radical do movimento, justificando-se como uma forma dessas ativistas não serem rotuladas como homossexuais. Desse tensionamento, uma onda separatista do movimento feminista passa a reivindicar espaços de fala sobre suas

vivências homoafetivas, questionando a heterossexualidade compulsória direcionada às mulheres do movimento.

No decorrer do século XX observa-se uma mudança de abordagens acerca da homossexualidade nos estudos científicos, o que até a década de 1940 era apenas visto sob a ótica patológica e criminal, passa a ser entendido por alguns pesquisadores da década de 1950 como uma subcultura. Esse contexto de mudança de paradigmas se insere em um embate contra as práticas repressoras da ditadura militar iniciada em 1964 até o final da década de 1970, Green (2000) relata que o movimento homossexual brasileiro poderia ter se constituído no final da década de 1960, inspirado nos movimentos de Stonewall ocorrido em junho de 1969. Entretanto, o próprio golpe militar em 1964 e o AI-5 decretado pelo presidente Costa e Silva em 1968 fez com que um contexto de repressão intensa se instaurasse em muitos setores da sociedade.

Alinhados a essas vivências, o Brasil vive, após o AI-5, um momento de desmantelamento das organizações de resistência, artistas e intelectuais buscaram exílio na Europa. A partir de 1973, com a crise econômica e o sentimento de descontentamento da população em relação ao governo, muitos movimentos sociais se alinham na luta pela implementação de um regime democrático, a Igreja Católica também motiva discussões mais voltadas à justiça social por meio da Teologia da Libertação.

Entretanto, o novo posicionamento da Igreja Católica não significa que houve uma aproximação no sentido de acolhimento da população LGBTQIA+ dessa época, uma vez que as Marchas da Família com Deus e Pela Liberdade ocorridas entre março e junho de 1964 deram o tom do discurso conservador em relação as sexualidades dissidentes (Quinalha, 2018), sendo o candomblé a religião que acolheu essas pessoas em seus templos e reconhecendo a humanidade e espiritualidade desses indivíduos (Green, 2000). É no final da década de 1970, que se encontra um espaço favorável para a consolidação de um movimento organizado para a disputa de direitos da população homossexual, com a criação do Grupo Somos e a fundação do jornal Lâmpião da Esquina.

5.2 OS PRIMEIROS ANOS DE MOVIMENTO ORGANIZADO

Segundo Nascimento (2015b) o contexto da ditadura militar não apenas

mobiliza a resistência pela implantação de um regime democrático, mas molda o comportamento antiautoritário que caracteriza os primeiros anos de movimento homossexual no Brasil. Nesse sentido, Trindade (2018) reflete que ao olhar para esse contexto, a narrativa do movimento ligada à Stonewall tende a reproduzir padrões hegemônicos, que podem ocultar os tensionamentos políticos existentes no Brasil e em toda a América Latina que também influenciaram a formação do movimento organizado.

Trindade (2018) coloca outras influências que caracterizaram o surgimento do movimento homossexual brasileiro, como as tensões mundiais entre o capitalismo e socialismo, que dividiram o mundo em dois grandes blocos na segunda metade do século XX. O contexto de repressão à corpos vistos como dissidentes e a comportamentos desviantes de uma moral imposta pela ditadura militar nas décadas de 1960 até 1980, quando o regime começa a ruir, associados a influência da religiosidade, se contrapõe a movimentos de resistência, geralmente ligados a partidos políticos de esquerda, campo ideológico que também demonstrou e ainda demonstra em alguns setores, resistência ao espectro da diversidade sexual. No México, em Porto Rico e na Argentina, o ativismo LGBTQIA+ enfrentou regimes autoritários da época que influenciam a forma de resistir dos ativistas brasileiros.

De acordo com MacRae (2018), o final da década de 1970 contextualiza a reorganização dos movimentos estudantis, as reformas promovidas pelo então presidente O uso de drogas, a sexualidade, a imprensa alternativa e a psicanálise, passaram a ocupar as pautas dos novos movimentos sociais, que até então, haviam sido desmantelados na década anterior. Essas temáticas, agora abordadas com mais veemência se contrapunham a ideia de “luta geral” proposta pela esquerda tradicional, em oposição ao regime ditatorial vigente. Assuntos então ignorados, passam a ser reivindicados para que se desse ênfase a grupos específicos da sociedade, isso promove uma nova onda do movimento feminista e do movimento negro, desse modo, MacRae (2018) entende que ambos os movimentos mencionados se tornam os maiores aliados à luta homossexual da época, por entenderem que diante do conflito imposto pela ideia de uma luta maior, havia necessidades específicas de grupos minoritários.

Trindade (2018) mostra que o jornal “Notícias Populares”, se dedicava em publicar matérias ofensivas à homossexuais. No final de 1977, em entrevista à Veja, Aguinaldo Silva anuncia a criação do jornal, ainda sem nome definido, mas com o

desejo de ser intitulado de Lampião. Em abril de 1978, uma pequena tiragem do jornal é testada em circulação restrita, para que no mês seguinte, o primeiro exemplar do Lampião da Esquina circulasse por todo o Brasil em uma tiragem de dez mil exemplares (Simões e Fachini, 2009). O Lampião da Esquina, surge como uma publicação mensal destinada ao público gay. Diferente das publicações de décadas anteriores que Silva Júnior (2023) descreveu como “protoimprensa”, o Lampião da Esquina projeta em grande escala novas perspectivas a respeito dos homossexuais, com um time de profissionais relevantes na sociedade brasileira:

Lampião era, em vários aspectos, muito diferente de tudo o que lhe havia precedido em termos de imprensa homossexual. Para começar, reunia em seu conselho editorial um conjunto de jornalistas, escritores e intelectuais de considerável peso na vida cultural brasileira, que emprestavam uma inédita legitimidade empreitada. Aguinaldo Silva, então repórter policial de O Globo, já era reconhecido como importante escritor, por livros como *Primeira carta aos andróginos* e *República dos assassinos*, Antonio Chrysóstomo era um polêmico crítico de música popular estabelecido no Rio de Janeiro, que trabalhara em *Veja* e *O Globo*. Darcy Penteado já era um respeitado e estabelecido artista plástico em São Paulo, que passara a se dedicar também à literatura. Gasparino Damata, jornalista, escritor e ex-diplomata, de origem pernambucana e radicado no Rio de Janeiro, fora organizador de duas antologias pioneiras de contos homoeróticos. Jean-Claude Bernardet já era um dos mais importantes críticos e pesquisadores de cinema do país, autor de um renomado estudo sobre o Cinema Novo, João Antonio Mascarenhas tinha uma longa carreira como alto funcionário do Ministério da Educação. João Silvério Trevisan era um emergente escritor paulista, tendo publicado um elogiado livro de contos, *Testamento de Jonas deixado a Davi*. Peter Fry já era uma das principais referências no ensino e na pesquisa em antropologia social no meio acadêmico brasileiro. Completavam o grupo de notáveis no conselho editorial os jornalistas Adão Acosta, Clovis Marques e Francisco Bittencourt. A lista de colaboradores reunia nomes igualmente expressivos no âmbito do jornalismo, das letras e da universidade (Simões e Fachinni, 2009, p.84)

No mês seguinte ao lançamento do Lampião, MacRae (2018), relata que um grupo de um grupo de artistas, profissionais liberais e intelectuais descontentes com suas práticas de convívio restritas a guetos voltados aos homossexuais passa a se reunir semanalmente em São Paulo, motivados por discutir as implicações sociais decorrentes de suas homossexualidades. Entre os participantes, se encontravam ativistas que viveram experiências em movimentos de esquerda fora do país. De acordo com Trindade (2018), essa esquerda mais aberta a questões minoritárias, inflama a criação de movimentos sociais por toda a América Latina, com destaque

para a Frente de Liberação Homossexual Argentina (FLHA) criada em 1973.

Toda essa efervescência política e cultural culmina no mês de fevereiro de 1979 em um debate promovido pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, no qual, aquele grupo de homossexuais que se reunia semanalmente, desde maio de 1978 passa a se denominar “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual” em homenagem a um periódico com o mesmo nome, publicado pela FLHA (Simões e Fachinni, 2009; Trindade, 2018). Sendo a fundação desse grupo, juntamente com o Lampião da Esquina, os dois grandes marcos históricos que iniciam a atuação de um movimento organizado, o movimento homossexual brasileiro (MHB).

O subtítulo do Somos enquanto um grupo de afirmação homossexual traz uma nova disputa ao termo que o caracteriza. O que antes era usado em uma perspectiva patológica, passa, pela atuação do movimento a possuir um novo significado, mais identitário e referendado como uma característica natural do ser, apesar de no próprio grupo as discussões referentes à origem da homossexualidade apresentarem opiniões divergentes, todos entendiam que ser homossexual era uma questão de foro íntimo, observando que muitos relatavam ser homossexuais desde sempre, trazendo consigo a noção de naturalidade em relação as suas sexualidades dissidentes (Simões e Fachinni, 2009).

O próprio Lampião da Esquina passa a usar o termo homossexualidade em suas reportagens e remetendo o termo homossexualismo ao caráter de doença e, portanto, inadequado para descrever a existência de sujeitos que sentem atração por pessoas do mesmo sexo (Simões e Fachinni, 2009). Segundo os autores, termos ofensivos como “bicha” “viado” e “sapatão” passam a ser adotados pelo jornal numa lógica de subversão, como estratégia de esvaziar seus potenciais ofensivos. Outra questão interessante levantada por Simões e Fachinni (2009) é a falta de consenso sobre a adoção do termo “gay”, considerado por muitos uma terminologia imperialista devido a sua origem nos Estados Unidos, sendo às vezes, abrigado para a grafia “guei”, um exemplo dessa grafia abrigada é encontrada na obra de Trevisan (2018) que adota o termo “guei” em toda escrita de “Devassos no Paraíso” .

Fica evidente nos relatos acerca do movimento o protagonismo dos homens no movimento. Entretanto, mulheres também demandaram seu espaço na articulação do movimento homossexual. Conforme Simões e Fachinni (2009), um grupo de mulheres adentrou ao Somos, criando em junho de 1979 um subgrupo específico

chamado Lésbico-Feminista (LF) a partir da articulação desenvolvida para produção de matérias sobre a homossexualidade feminina no Lampião. O subgrupo tinha como objetivo encaminhar discussões sobre o machismo e feminismo dentro do movimento homossexual.

Fernandes (2018) relata que as participantes lésbicas do Somos eram distribuídas em diversas tarefas, dessa forma nas discussões menores os homossexuais masculinos eram maioria ficando as mulheres geralmente diluídas de duas em duas por comissão, tendo como consequência pouco espaço de fala. As discussões sobre o machismo dentro do movimento foram encabeçadas a partir do incômodo de algumas mulheres com a invisibilidade e com expressões misóginas direcionadas à suas identidades:

A palavra usada para identificar tanto os gays quanto as lésbicas era "bicha", mas as mulheres do SOMOS queriam ser chamadas de lésbicas, uma palavra à qual se tinha imputado uma conotação pejorativa e agressiva, então era preciso usá-la para esvaziar seu conteúdo violento. Ao se referirem às mulheres em geral, os gays usavam os termos "racha" ou "rachada", o que para as lésbicas era impossível de se admitir (Fernandes, 2018, p. 93).

Segundo Fernandes (2018) o LF, chegou a possuir 30 membras, de diversas origens, muitas dessas, entendendo recentemente sua identidade sexual e vivendo suas primeiras experiências. Entretanto a autora destaca que a linguagem foi um fator que gerou tensionamentos dentro do subgrupo:

O fato é que se aparecesse uma "sapatão" estereotipada, só não ficava pior porque ela quase não entendia ou não acreditava na linguagem militante que ouvia. As lésbicas do "gueto" se denominavam "entendidas" reproduziam nos seus relacionamentos amorosos as relações de gênero heterossexuais. Em um casal, a masculinizada era a 'Fanchona' e a feminina era a "lady". "O que havia de tão incompreensível nas linguagens?", perguntavam-se frequentemente as "veteranas". A resposta para esta inquietude era simples: as veteranas se percebiam mais entendidas no assunto do que as entendidas do "gueto" (Fernandes, 2018, p.95).

Ao contrário das lésbicas, bissexuais e travestis não tiveram o mesmo acolhimento nesse momento de militância. De acordo com Simões e Fachinni (2009) o entendimento de muitos ativistas, inclusive publicado em matérias do Lampião era de que bissexualidade, então chamada de "bissexualismo" era uma fachada para homossexuais que não se resolviam. Uma das vozes dissidentes desse pensamento

era o cineasta Antônio Calmon que protagonizou um debate com Darcy Penteado na edição 35 do *Lampião*, revelando que por parte dos homossexuais, a bissexualidade era vista até como um comportamento esquizofrênico, ou que parte desses bissexuais usavam a identidade para esconder sua verdadeira homossexualidade. Calmon exortava que esse pensamento era parecido com todos aqueles usados para invalidar e patologizar a homossexualidade (Simões e Fachinni, 2009).

As travestis foram alvo de tratamento dual na mídia representada pelo jornal *Lampião*: enquanto denunciava as perseguições policiais, também reproduzia machismos e estereótipos que reforçavam preconceitos, ao mesmo tempo que mostrava fascínio e introduzia debates sobre transsexualidade. A partir dos anos 1980, travestis passaram a ocupar um novo lugar de sujeitos sociais no Brasil, acompanhando avanços em cirurgias e farmacologia para adequação de gênero, como exemplifica um caso de cirurgia de “reversão sexual” denunciada em 1978 (Simões e Fachinni, 2009; Veras, 2018; Vieira e Facarolli, 2018). Figuras públicas como Rogéria e Roberta Close foram fundamentais para mudar a percepção social sobre a identidade trans, ganhando visibilidade e protagonismo em programas de televisão e revistas, o que contribuiu para inserir no debate público novas noções sobre ser transsexual:

Ainda que parte da produção discursivo-imagética em torno da modelo tenha buscado aproximá-la da representação da “mulher de verdade”, ao mesmo tempo em que a distanciou de certa imagem travesti relacionada ao riso e ao medo, paradoxalmente, La Close interpelou a sociedade sobre a feminilidade “original” da “mulher de verdade” e a “imitação” travesti da feminilidade (Veras, 2018, p. 354)

Nos primeiros anos de atuação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), observaram-se tanto relações conflituosas quanto conciliadoras entre seus grupos. No congresso em que o grupo *Somos* foi fundado, surgiram também o *Eros*, o *Libertos* e o *Grupo do Chá*, cujas divergências políticas e invisibilidades internas geraram tensões, mas também resultaram na realização do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e do I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) em 1980, com ampla participação de diversos estados e cobertura do jornal *Lampião*. A partir desses encontros, ocorreram cisões importantes, como a criação do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e do Grupo de Ação dos Homossexuais, posteriormente chamado “*Outra Coisa*”, motivadas por desentendimentos políticos e

posicionamentos diferentes em apoio à greve dos trabalhadores do ABC paulista. Esse período marcou o fortalecimento da diversidade organizativa e as disputas internas que caracterizaram o início do ativismo homossexual no Brasil (Simões e Fachinni, 2009).

No processo de redemocratização brasileira, o jornal Lampião enfrentou uma grave crise financeira entre 1980 e 1981, levando ao encerramento de suas atividades. Enquanto isso, o crescimento dos grupos de ativismo homossexual experimentou rápida expansão seguida de retração, refletida na redução de 16 para 7 grupos entre o segundo EGHO em 1980 e a metade dos anos 1980. O grupo Somos encerrou suas atividades em 1983 devido a dificuldades e perda de membros, enquanto o GALF seguiu ativo, destacando-se pela produção do jornal “Chanacomchana”, também pela militância de Vange Leonel, referência no mundo artístico e Rosely Roth, que liderou um protesto emblemático contra a expulsão do grupo do Ferro’s Bar, o evento, ocorrido em 19 de agosto de 1983, se tornou símbolo de resistência e é celebrado como o Dia do Orgulho Lésbico.

Conforme Simões e Fachinni (2009) o grupo Outra Coisa encerrou as atividades em 1984 em meio a dificuldades financeiras. Mas a atuação do grupo merece destaque por sua influência política nas eleições de 1982, colocando em pauta discussões acerca da homossexualidade e por ser o primeiro grupo paulistano a divulgar um boletim a respeito de uma nova doença que devastaria a comunidade homossexual da época, ao mesmo tempo que iria provocar uma nova consciência coletiva sobre a homossexualidade na sociedade brasileira, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

5.3 A RESISTÊNCIA FRENTE À EPIDEMIA DE AIDS

De acordo com Trevisan (2018), em junho de 1983, os jornais brasileiros lotaram suas manchetes a respeito da morte do estilista Marcus Vinícius Resende Lopes, conhecido como Markito, aos 31 anos. A causa era de uma doença nova que, segundo Simões e Fachinni (2009) teve seus dois primeiros casos notificados em 1982, os primeiros atingidos pela AIDS no Brasil dois rapazes, vindos dos Estados Unidos que apresentavam sarcoma de Kaposi, um tumor que atinge os vasos sanguíneos e linfáticos manifestando-se com manchas roxas na pele, geralmente existente em pessoas com o sistema imunológico enfraquecido. Não demorou muito

para que ela fosse chamada de “câncer guei” como discorre Trevisan (2018) ou “peste guei”, devido ao sarcoma da Kaposi. O avanço da doença causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) gerou uma onda de pânico moral e, segundo Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018) remodelou a forma com que, principalmente homens gays pensassem as suas relações:

É inegável que o temor da epidemia estava presente em todas as relações sociais, inclusive entre homens homossexuais. A desinformação sobre a epidemia nas décadas 1980 e 90 construiu, individualmente, sentimentos e táticas diferenciadas para negociar o desejo por parceiros do mesmo sexo. Cada sujeito, dentro do que a epidemia lhe trazia enquanto imagem e consequência para suas vidas, deslumbrou e construiu sua forma de driblar o contágio, a exemplo de sexo sem penetração e/ ou ao evitar parceiros estadunidenses ou brasileiros que regressaram de viagem aos EUA, país onde foram identificados os primeiros casos (Caetano, Nascimento e Rodrigues, 2018, p.283).

A chegada da AIDS, veio paralelamente a um desmantelamento da primeira onda de ativismo organizado do MHB, com as organizações enfraquecidas devido a conflitos internos, falta de recursos, e aumento de espaços de sociabilidade e consumo, no contexto da redemocratização. Lionço, Carvalho e Coacci (2018) em uma entrevista com Mario José Duarte, um dos membros do grupo Triângulo Rosa, que atuou na década de 1980, descrevem o impacto da AIDS na atuação desses grupos organizados:

Se tomarmos que vínhamos em um processo contínuo, crescente e de capilaridade social em sua gênese na luta pelas expressões e identidades sexuais, apesar de usarmos muito o termo libertação e conscientização homossexual, fomos abatidos e surpreendidos pela AIDS. Entre a democracia sexual que desejávamos frente ao afrouxamento da censura sexual no país e a emergência da patologia sem tratamento, muitos foram acometidos, e, principalmente, sem uma resposta do Estado brasileiro para a epidemia que se forjava, enquanto política pública de saúde, fizemos então articular em nossas diferenças, nos organizar para acolher e cuidar dos nossos, tempos difíceis que estão sendo atualizados (Lionço, Carvalho e Coacci, 2018, p. 220).

A associação da AIDS à homossexualidade gerou um forte estigma e pânico moral no Brasil, evidenciado pela resistência da classe médica e pelo discurso oficial que minimizava a importância do tratamento. O repúdio da sociedade em relação ao tema também podia ser visto em pichações discriminatórias: “No Recife, muitos muros

apareceram pichados com dizeres como: ‘Viadagem da câncer’, ‘AIDS é câncer de bicha’, ‘Cuidado! Risco de bicha’, ‘Viva a família’, etc” (Trevisan, 2018, p.395). Baseado no preconceito, a mídia reforçou o estigma, com reportagens sensacionalistas que associavam a doença à "promiscuidade" dos homossexuais. Esse estigma afetou a vida de muitos, especialmente homens gays, que tiveram suas orientações sexuais expostas e questionadas, como nos casos do ator Lauro Corona e do cantor Cazuza, cujas imagens foram amplamente exploradas pela imprensa, exemplificando o impacto social da epidemia no preconceito contra a população LGBTQIA+(Trevisan, 2018; Caetano, Nascimento e Rodrigues, 2018).

Nesse sentido, a estigmatização em torno do grupo social trouxe consigo a volta do uso de termos que associava a homossexualidade à criminalidade ou doença, Trevisan (2018) narra que radialistas, médicos, líderes religiosos e figuras conservadoras da mídia usavam termos como “pederastia” “homossexualismo” associando a AIDS como a consequência de uma vida homossexual, sendo necessário que a sociedade combatesse essa promiscuidade e decadência moral.

O movimento homossexual brasileiro, apesar das dificuldades causadas pela epidemia de AIDS e pelo estigma associado à doença, vivenciou uma forte solidariedade interna, com destaque para o apoio das mulheres lésbicas aos homens gays atingidos pela doença, assim como continuou a luta política pela prevenção da AIDS e a despatologização da homossexualidade. Grupos como o Grupo Gay da Bahia (GGB), pioneiro na apropriação do termo “gay”, inclusive adotando-o em seu nome, assim como no reconhecimento de um grupo ativista como utilidade pública, e o Triângulo Rosa, assumiram uma postura política mais pragmática e institucionalizada, colocando as demandas da causa homossexual como prioridade em meio ao processo de redemocratização do Brasil e à luta contra a epidemia, marcando uma nova fase na organização e ativismo LGBT no país (Simões e Fachinni, 2009; Caetano, Nascimento e Rodrigues, 2018; Câmara, 2018; Mott, 2018; Soliva, 2018) .

Ao analisar a imprensa voltada para a população LGBTQIA+, Rodrigues (2018) mostra que a AIDS fez com que a discussão acerca da homossexualidade começava a fazer parte da realidade brasileira como nunca havia sido feita até então:

O que aconteceu é que a vida gay, em decorrência das inúmeras e urgentes discussões sobre aids, ganhou visibilidade. O que era escandaloso saía da marginalidade dos becos e ganhava o espaço nobre da sala de jantar, pois a doença poderia atingir um vizinho ou

um irmão, isto é, ninguém estava isento de se contaminar. Foi um tempo em que, ao mesmo tempo, os gays tornam-se vítimas e guerreiros de uma doença que nunca foi só deles. Assim, essa trágica doença trouxe, contrastivamente, ganhos no que tange à visibilidade e à aceitação da homossexualidade, e produziu vítimas/heróis mediatizados, como no caso da dupla importância dos cantores/ compositores Cazuza e Renato Russo (Rodrigues, 2018, p. 246-247).

Trevisan (2018) relata que os casos de AIDS começaram a emergir entre mulheres heterossexuais, assim como entre homens que nunca haviam se relacionado com alguém do mesmo sexo, a AIDS, nesse aspecto trouxe o debate da sexualidade no cotidiano do brasileiro, o que era uma doença de poucas pessoas, passa a ser um problema que atinge de forma muito mais letal a população pobre do Brasil. Foi necessário encarar o problema sob uma nova ótica, não do julgamento e da patologização, mas do acolhimento e do reconhecimento do indivíduo como um ser que expressa desejos e vontades que são inerentes à sua existência.

Com uma sociedade que já não ignorava mais o assunto, a discussão sobre a despatologização da homossexualidade pode ser pautada na política. Diante disso, Simões e Fachinni (2009) discorrem sobre a atuação dos ativistas do GGB e Triângulo Rosa na construção de uma agenda de defesa dos direitos da população homossexual. Já em 1981, o GGB encabeçou uma campanha nacional em forma de abaixo-assinado pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, com o apoio de políticos importantes, como Ulisses Guimarães, Darcy Ribeiro, entre outros, assim como de cinco associações científicas. O manifesto teve 16 mil assinaturas, fazendo com que o Conselho Federal de Medicina (CFM) sancionasse a retirada no ano de 1985, antecedendo até mesmo a Organização Mundial de Saúde (OMS) que só retiraria a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) cinco anos mais tarde.

Com essa conquista, os dois grupos passaram, a partir de 1987 a marcar presença na Câmara Federal, durante a Assembleia Nacional Constituinte para reivindicar a proibição da discriminação por “opção sexual” na Constituição Federal, que estava sendo elaborada na época. Mesmo com a exposição da temática em duas subcomissões e uma sabatina, o projeto não foi aprovado e a proibição não foi incluída no texto da Constituição Federal de 1988. Contudo, durante a elaboração desse projeto, os militantes envolvidos juntamente a especialistas consultados de diversas

áreas, entenderam em consenso a necessidade de mudança do termo “opção sexual” para “orientação sexual” trazendo uma nova perspectiva de entendimento do assunto (Simões e Fachinni, 2009). Os autores também propõem uma reflexão sobre essa mudança de terminologia relacionada à primeira onda de ativismo:

Nessa mudança de orientações políticas, é significativa a introdução do conceito de “orientação sexual”, que passa a ocupar o lugar de “opção” no discurso da militância. Os “entendidos” cariocas estudados por Carmem Dora Guimarães no começo dos anos 1970, usavam o termo “opção” para ressaltar que a homossexualidade era “uma prática que todo mundo faz”, uma experiência que poderia ser assumida de forma mais ou menos aberta como uma “transa sexual” legítima qualquer pessoa. “Opção” se opunha a “anormalidade” e se ligava a ideia de rejeição de categorias classificatórias tidas como estigmatizadoras (“bicha”, “veado” e até mesmo “entendido”), no sentido de enfatizar que “a vida social, não-sexual” de quem tinha práticas homossexuais era “igual à de todo mundo”. Segundo Edward MacRae, observamos uma certa ambiguidade no movimento homossexual da primeira onda em relação à categorização da homossexualidade, que se expressava na sua definição ora como “opção”, ora como “essência”, assim como na oscilação entre a defesa de seu caráter absolutamente normal, cotidiano e corriqueiro e a apologia a seus aspectos contestatórios, à sua marginalidade (Simões e Fachinni, 2009, p. 126)”

Uma questão apontada por Simões e Fachinni (2009) como característica dessa atuação mais pragmática e institucionalizada foi o início do esfacelamento da ambiguidade entre a legitimação da homossexualidade e a valorização de sua marginalidade. A partir dessa atuação, há uma tendência em depurar a homossexualidade de seus aspectos marginais para torná-la sua imagem pública e respeitável. Outra característica vinda desse modo de atuação é a inovação, no momento de execução de projetos de oferecer uma estrutura própria, chamada de ‘capacidade instalada’, algo que se tornaria regra para os grupos de ativismo a partir da década de 1990.

5.4 O FORTALECIMENTO DO ATIVISMO NA DÉCADA DE 1990

O debate em torno da diversidade sexual ganha um novo marco: a retirada da homossexualidade da CID pela OMS em maio de 1990. Entretanto, como relatam Lionço, Carvalho e Coacci (2018) apesar da retirada do termo homossexualismo, a linguagem patologizante em torno do assunto persistiu por meio do uso dos três transtornos mentais ligados à orientação sexual: o termo “distúrbio de maturação

sexual” posiciona a orientação sexual do indivíduo como causa associada a ansiedade e depressão; o termo “orientação sexual egodistômica” é atribuído a pessoas que mesmo cientes de sua orientação, desejam mudá-la; por sua vez, o termo “transtorno de relacionamento sexual” é associado a casos em que a orientação sexual do sujeito é entendida como responsável por dificuldades em estabelecer ou manter um relacionamento afetivo com outro parceiro. Essas classificações só foram retiradas na 11ª edição da CID, publicada em 2019.

Essa noção ainda patologizante acerca da homossexualidade manifestada por meio dessas outras terminologias pode explicar o comportamento persistente de associações, em sua maioria religiosa em promover a cura da homossexualidade, como ilustrado em Trevisan (2018). Entre essas organizações, destaca-se a Exodus, que realizava terapias de cura homossexual, bem como congressos que discutiam o tema sob a perspectiva de doença. Tais práticas eram endossadas por médicos e figuras públicas e eram ainda mais inflamadas pela insistente associação da prática homossexual à AIDS. Entretanto, o movimento LGBTQIA+ conseguiu reagir a essa onda de forma organizada e o Conselho Federal de Psicologia proibiu a prática dessas terapias em 1999.

Como dito anteriormente, o ativismo LGBTQIA+ inicia sua transformação em sua forma de atuação, em partes motivados pelo contexto de enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Foi essa capacidade instalada, ou seja, a estrutura própria das ONGs anteriormente descrita que permitiu o estabelecimento de parcerias entre poder público e sociedade civil. A Organização das Nações Unidas (ONU) também disponibilizou fundos para que essas associações reagissem na construção de uma resposta coletiva à epidemia, como evidenciado em Lionço, Carvalho e Coacci (2018) e em Facchini (2018). Esse contexto permitiu o fortalecimento e a expansão desses grupos, que passaram a organizar encontros mais frequentes, assim como a incorporação de ativistas transsexuais ao movimento, com associações e encontros próprios.

De acordo com Simões e Facchini (2009), a nova onda de ativismo da década de 1990 dentro de um contexto mais fortalecido e institucional tinha como características: a) presença marcante na mídia; b) vinculação às redes e associações internacionais de direitos humanos, assim como de gays e lésbicas; c) ações de enfrentamento à epidemia de AIDS; d) proposição de projetos de lei junto a parlamentares das esferas estadual, federal e municipal e) formulação de respostas à

exclusão de organizações religiosas; f) criação de redes e grupos de alcance local e nacional; g) organização de eventos de rua.

O que se vê nessas características fundamenta dois caminhos importante que marcaram a linguagem nos conteúdos informacionais relacionados à população LGBTQIA+. Por um lado, Facchini (2018) ilustra que a prática do “advocacy”, que consiste na articulação de ações estratégicas para influenciar a criação de políticas públicas em torno da causa LGBTQIA+, trouxe consigo uma “gramática política”. O termo “homofobia” que consiste no ódio à homossexuais, segundo Mott (2018) criado pelo GGB passa a ocupar o vocabulário dos ativistas. Fachinni (2018) explica que o uso do termo homofobia passou a ganhar centralidade nas discussões a partir das atuações do GGB, na produção de relatórios sobre a violência contra homossexuais e da articulação de lideranças da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABLGT), fundada em 1995.

As críticas à hegemonia masculina dentro do movimento começam a ganhar força juntamente com o avanço do protagonismo de lésbicas e transexuais. Camargos (2018) mostra o uso da expressão Gays, Lésbicas e Transsexuais (GLT) em substituição ao uso da sigla MHB, para se referir à primeira Parada do Orgulho Gay de São Paulo ocorrida em 1997. Contudo, outra sigla possui mais visibilidade e é amplamente usada para se referir à essa comunidade: abreviando a expressão Gays, Lésbicas e Simpatizantes, a sigla GLS entra com facilidade no vocabulário popular da sociedade brasileira. Facchini (2018) observa que o uso da sigla GLS representa a expansão de um mercado voltado sobretudo à esse público, com a ampliação de espaços de sociabilidade, ações de mercado e de mídia, o que acaba por gerar uma onda de visibilidade positiva.

Nesse sentido, cria-se um clima favorável para que o então movimento GLT passe a ocupar as ruas de uma forma mais expressiva, culminando no surgimento das primeiras paradas do orgulho. Segundo Mott (2018) a primeira parada brasileira aconteceu em 1995 em Copacabana, no Rio de Janeiro, após um congresso de ativistas. A parada de São Paulo ocorre em 1997 e se estabelece como o maior e mais expressivo evento dessa população em território nacional. Camargos (2018) evidencia uma característica própria das paradas brasileiras, ao contrário do que acontece em outros países, onde geralmente há um desfile semelhante às paradas militares, assistido pela população. No Brasil não há uma separação entre comunidade LGBTQIA+ e público em geral, todos estão na rua, fazendo ao mesmo

tempo um ato político e uma grande celebração festiva.

Nessa onda positiva impulsionada pelo mercado GLS, também se observa um novo momento da imprensa LGBTQIA+ do Brasil. Rodrigues (2018) relata que o início da década de 1990 o jornal “Nós, por exemplo”, foi um veículo de se tornou relevante por abordar os assuntos como a AIDS livre de um cunho moralista que por vezes se fazia presente na mídia em geral. A revista “Sui Generis” surge no final 1994, abordando assuntos da militância de uma forma mais palatável a toda população, também trazia matérias relacionadas ao erotismo e ao desejo entre pessoas do mesmo sexo. Especialmente nessa década se cria um mercado editorial com revistas que mesclam ensaios de homens nus e assuntos de relevância ao público LGBTQIA+. Foi nesse contexto que em 1997 surge a revista “Bananaloca”, posteriormente renomeada como “G Magazine”. A revista G Magazine trouxe consigo além de textos assinados por diversos ativistas da época, ensaios sensuais com pessoas famosas. A fórmula teve sucesso até o ano de 2013, totalizando 16 anos de publicações.

Com esse novo contexto, de visibilidade positiva na mídia, maior articulação política por meio das ONGs e crescimento do interesse do mercado pelo então público GLS, o ativismo LGBTQIA+ entra nos anos 2000 demarcando novas posições e reconfigurando novamente a forma de se organizar politicamente na defesa dos direitos LGBTQIA+.

5.5 OS ANOS 2000 E O ATIVISMO INSTITUCIONALIZADO.

A nova onda de visibilidade positiva do ativismo LGBTQIA+ rendeu novas relações entre o movimento organizado e os partidos políticos. Conforme Simões e Facchini (2009) na década de 1990 apenas o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido dos Trabalhadores Socialistas Unificado (PSTU) possuíam em suas composições setoriais voltadas para a luta pelo respeito à diversidade sexual. Nos anos 2000, demais partidos passam a se preocupar com essa questão, o que resulta no aumento de ações políticas voltadas para essa população, inclusive com candidaturas de ativistas do movimento, assim como do ativismo institucional, que se caracteriza pela atuação profissional de pessoas LGBTQIA+ em políticas públicas.

Entretanto, na década de 2000 aumenta a tensão interna entre os grupos de ativismo LGBTQIA+, principalmente por conta de demandas relacionadas à visibilidade e questionamentos da hegemonia gay masculina, mas também por

questões que envolvem a disputa de recursos financeiros para a realização de ações. Segundo Facchini (2018) as tensões se acentuam a partir de uma nítida delimitação das identidades sexuais, o que consequentemente gera o acirramento por espaços de visibilidade, como é o caso dos bissexuais, que passam também a questionar juntamente com o movimento lésbico e transsexual o protagonismo de homens gays.

Uma das evidências dessa hegemonia masculina é ilustrada por Rodrigues (2018) na atuação da imprensa voltada para esse público. As revistas que passam a circular desde a década de 1990 trazem questões políticas e sociais pertinentes, entretanto, ilustram e estereotipam um padrão de vida predominantemente masculino e pertencente a uma classe social economicamente bem-sucedida

Simões e Facchini (2009) relatam que o X Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis foi marcado por situações de agressões verbais e discussões acaloradas. Esses episódios de desavenças e discussões eram pouco registrados nos eventos em que os ativistas se encontravam e se concentravam mais em grupos de discussão da internet, que por sua vez, se encontrava em um momento de expansão tecnológica, se tornando mais acessível à população em geral.

As tensões internas, apesar de acaloradas não impedem a expansão dos direitos dessa comunidade. Camargos (2018) menciona o crescimento expoente as paradas do orgulho em todo o Brasil. Em 2004 é lançado o programa Brasil sem Homofobia fruto da articulação entre governo federal e grupos de ativismo organizado. Diversas leis de combate à discriminação sexual são lançadas em estados e municípios. O ápice de uma relação de aproximação do estado com a comunidade LGBTQIA+ se dá no ano de 2008 quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva é fotografado segurando a bandeira do movimento, durante a abertura da I Conferência Nacional LGBT ocorrida em 2008 (Facchini, 2018).

A conferência enquanto um espaço de diálogo entre poder público e sociedade civil também se estabelece em um espaço político de negociação entre as identidades sexuais sobre a visibilidade e protagonismo dentro do movimento. Fernandes (2018) discorre que o movimento lésbico reivindicou paridade de participação entre as identidades sexuais presentes durante a preparação para o evento. Essas discussões provocaram mudanças significativas na sigla de representação do movimento. O que começou como MHB, se tornou movimento GLT e foi entendido por muitos anos como movimento GLS, se tornou no início da década de 2000 o movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis, Transsexuais e

Transgêneros (GLBT), inserindo a identidade bissexual. O anúncio da conferência também trouxe uma nova mudança. Dando um maior protagonismo as mulheres, a preparação da conferência traz consigo uma nova configuração da sigla que passa a ser Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros (LGBT).

De acordo com Fachinni (2018) esse território de disputa amplia o acesso a direitos a grupos mais marginalizados dentro da sigla. O Sistema Único de Saúde (SUS) passa a realizar protocolo de atendimento para o processo transexualizador. O protagonismo dessas identidades faz emergir também novas terminologias que são usadas para o enfrentamento à violência:

A participação socioestatal esteve marcada por intensas "lutas classificatórias", com forte investimento em subverter sentidos de categorias, mas também a indicação de quem elas abrangem, transformando reivindicações em linguagem de Estado e demandas por políticas públicas e criando pontes entre classificações oficiais e as formas de autoatribuição encontradas nas "bases". É esse o processo que faz emergir demandas pelo reconhecimento da necessidade de combater especificamente a lesbofobia e a transfobia e que, ao final desse momento, conduz ao emprego da categoria LGBTfobia (Fachinni, 2018, p. 322)

Um novo contexto da sociedade brasileira acaba por impactar a atuação da comunidade LGBTQIA+ na década seguinte: a popularização da internet e a ampliação do acesso ao ensino superior trazem consigo uma nova configuração de ativistas e de formas de comunicação da comunidade LGBTQIA+, assim como setores conservadores e religiosos estreitam suas relações políticas com o objetivo de conter o avanço de direitos dessa população (Fachinni 2018). Esse pano de fundo será crucial para as mudanças do movimento na década de 2010.

5.6 O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E OS TENSIONAMENTOS DA DÉCADA DE 2010

Ao olhar para a década de 2010, Bulgarelli (2018) destaca as tensões internas e externas, contextualizadas com o advento das TICs anteriormente mencionadas, pois as plataformas digitais se impulsionaram exponencialmente em espaços de militância e da pluralização das identidades do movimento que já existiam no meio digital desde os anos de 1990 nos fóruns de discussão. Diferente do contexto dos primeiros anos e grupos de ativismo, pessoas de diferentes idades, classes sociais e identidades sexuais – sobretudo as transexuais, travestis e intersexos - passam a

reivindicar seus espaços de protagonismo no movimento a partir de uma ideia de interseccionalidade, remetendo ao diálogo do movimento LGBTQIA+ com outros movimentos sociais como o feminismo.

A pluralidade de pessoas no movimento LGBTQIA+ não se dá apenas em suas identidades pessoais, mas nos espaços e cargos que ocupam. De acordo com Bulgarelli (2018), parte dos ativistas das décadas anteriores de militância passam a ocupar cargos na gestão pública, viabilizando institucionalmente políticas de direitos LGBTQIA+, como foi relatado anteriormente. Essa categoria de ativismo mais institucional gera críticas pelo argumento de que esses ativistas seriam por vezes “cooptados”, sujeitando as pautas do movimento aos interesses de uma governança. O autor também relata o surgimento de um outro tipo de ativista, ligado às plataformas digitais, o ciberativismo é um formato de militância que inova pela difusão de informações por depoimentos, popularmente conhecidos como “textões” e memes, mas também se caracteriza por uma postura crítica em relação aos mecanismos de participação usados em décadas anteriores no movimento. O conflito entre os ativistas tradicionais, por vezes ligados a mecanismos institucionais e os ciberativistas se dá também no âmbito do tempo de debate, uma vez que o tempo de maturação de uma política pública é diferente do tempo de uma discussão em um ambiente virtual.

A tensão entre “cooptados” e “ativistas de sofá” - como eram chamados alguns dos ciberativistas – não era a única a orbitar o movimento LGBTQIA+. Outras expressões como “queer”, “sem gênero”, “diversidade”, entre outras que passaram a compor o vocabulário desse grupo social, também foram adotados por líderes religiosos e políticos nas mesmas plataformas digitais, entretanto, em uma perspectiva de ataque aos direitos da população LGBTQIA+, pois essas plataformas permitem o surgimento de bolhas de pessoas que compactuam com um discurso ou se identificam com características dos seus líderes. Desse modo, um movimento que havia acabado de conquistar na década de 2000 alguns avanços, se mostra mais visível e plural, mas também demonstra sinais de desgastes provenientes dos tensionamentos internos e externos (Bulgarelli, 2018).

Por sua vez, Irineu (2018) argumenta que as boas relações entre poder público e comunidade LGBTQIA+ encontram alguns limites e desgastes. Em maio de 2011, a união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo em que no mesmo mês, a então presidente Dilma Rousseff vetou a distribuição do Kit Escola sem Homofobia, que fazia parte das ações

do programa Brasil sem Homofobia, motivada por uma intensa pressão da oposição política, sobretudo das bancadas conservadoras da Câmara dos Deputados, na qual destacam-se lideranças como os então deputados Marco Feliciano e Jair Messias Bolsonaro.

Em consonância com Trevisan (2018) entende-se que essa reação contrária aos direitos da população LGBTQIA+ se justifica por uma nova configuração do campo reacionário e conservador na política brasileira, valendo-se também das plataformas digitais, com discursos que consolidavam o combate aos direitos LGBTQIA+ como parte de uma suposta retomada do progresso social e reestabelecimento da ordem moral. Nesse contexto, obras e exposições de arte foram alvo de perseguições por expressar a diversidade sexual.

Em um movimento de reação Irineu (2018) mostra que a comunidade LGBTQIA+ passou a organizar Marchas Anti-Homofobia, que diferentes das paradas iniciadas nas décadas anteriores, eram manifestações silenciosas e com fortes embates políticos. Essas manifestações tiveram quatro edições na cidade de Brasília e acabaram deixando de existir em virtude da queda da adesão do público. Isso pode se justificar pelo geral descontentamento com o cenário político da época. Com forte pressão a então presidenta Dilma Rousseff. Segundo Copelli (2020) uma onda de protestos em 2013 também inflamou a tensão política que desencadeou na destituição do cargo da presidenta, menos de anos após a sua reeleição em 2014.

Conforme aponta Bulgarelli (2018), o contexto do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 também trouxe tensionamentos na agenda do movimento LGBTQIA+. Na perspectiva interna, alguns grupos apoiavam a destituição do cargo da presidente, pois havia uma tensão decorrente do episódio onde Dilma disse que seu governo não promoveria “propagandas de opção sexual” (*sic*), enquanto outros, acompanhando e temendo o advento de uma ala política muito mais conservadora e articulada para a derrubada da então presidente, se uniram a outros grupos sociais para reivindicar a manutenção de Dilma no cargo, sem sucesso. O fato é que o episódio do *impeachment* aumentou a instabilidade política no Brasil, e consequentemente colocou direitos recentemente conquistados para pessoas LGBTQIA+ sob alvo de ataques.

Copelli (2020) ilustra que o campo conservador consegue consolidar sua agenda com parte significativa da sociedade, inclusive parte da população LGBTQIA+ seguindo uma tendência mundial, como é reconhecido em Trevisan (2018) na eleição

do então presidente Donald Trump nos Estados Unidos no ano de 2016. Contudo, vale ressaltar que conforme Pereira (2025) em contraponto a esse contexto, no mesmo ano, antes do *impeachment* o governo federal publicou um decreto reconhecendo o uso do nome social de pessoas transsexuais em órgãos públicos.

A agenda do movimento LGBTQIA+ encontra no ano de 2018 um dos momentos mais difíceis. Copelli (2020) mostra a ascensão da candidatura política de Jair Messias Bolsonaro à presidência, conhecido por sua atuação explícita contra os direitos dessa comunidade, sendo eleito no mesmo ano. Com ele, outras candidaturas legislativas de pessoas LGBTQIA+ surgem também no campo conservador, elaborando projetos de lei que promoviam retrocessos aos direitos já conquistados pela comunidade.

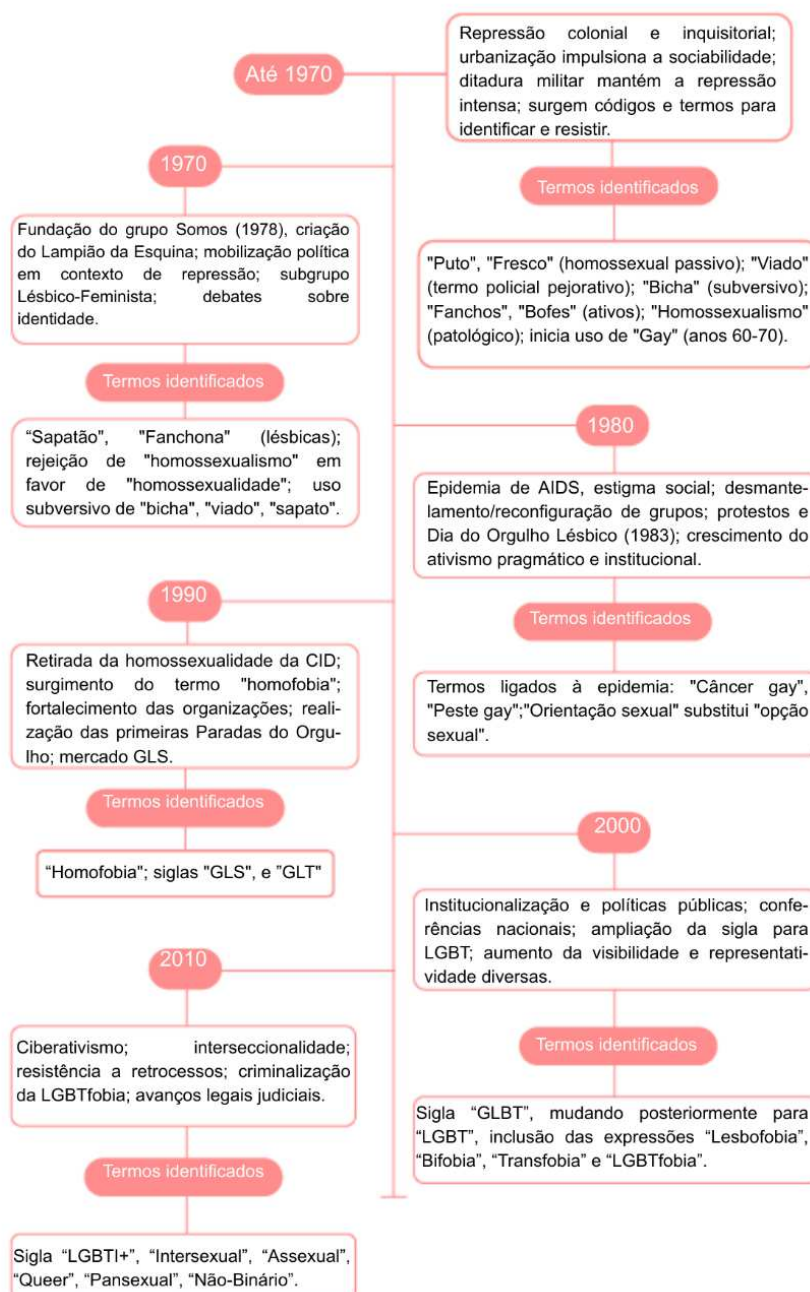
Nesse sentido, nota-se a intensa produção literária acerca dos direitos LGBTQIA+ no ano de 2018. O que pode evidenciar o desejo pela difusão de informação a respeito dessa comunidade, como uma estratégia de defesa aos ataques constantes. Reis (2018) elabora manuais que desenvolvem as ideias de constituição da identidade sexual a partir de conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, sexo biológico, entre outros, já ilustrados anteriormente nesta pesquisa por meio de Pereira (2025). É interessante notar que apesar de Reis (2018) adotar o uso da expressão Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, Intersexuais e outras expressões (LGBTI+), ele não se limitou a descrever as identidades conforme a sigla que adotou para a elaboração de seu manual, ilustrando também as identidades Queer, Assexual, Pansexual e Não-binário, indicando que a sigla pode passar por mais alterações.

Uma das últimas conquistas da década é relatada por Pereira (2025) é a criminalização da LGBTfobia em 2019, na qual o STF equipara os crimes dessa natureza ao racismo. Tal fato mostra também o tensionamento entre poderes, uma vez que o poder legislativo assim como o poder executivo da época não estava em conformidade com essa decisão judicial. Nesse sentido nota-se que os avanços na defesa de direitos da comunidade foram promovidos quase que em sua totalidade pelo poder judiciário.

Os acontecimentos históricos mostram que o final da década de 2010, último período relatado nessa pesquisa, orientam o grande desafio da década seguinte: mediar os tensionamentos internos do movimento LGBTQIA+ ao mesmo tempo em que se defenda a permanência de direitos já conquistados e que se encontram sob

ameaça de setores conservadores da sociedade. A figura a seguir sintetiza os processos ocorridos a cada década, bem como os termos identificados:

Figura 3: Uso dos termos conforme tempo histórico:



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Green (2000); Simões e Fachinni (2009); Nascimento (2015b); Trindade; Trevisan; Quinalha; McRae; Fernandes; Veras; Vieira e Facaroli; Caetano, Nascimento e Rodrigues; Lionço, Carvalho e Coacci; Câmara; Mott; Soliva; Rodrigues; Fachinni; Camargos; Bulgarelli; Irineu; Reis (2018); Lino (2019); Tota (2021); Copelli (2020); Silva Júnior (2023).

Em formato de linha do tempo, a figura descreve os fatos ocorridos a cada década, evidenciando a atuação no movimento LGBTQIA+ em processos de subversão, mediação, apropriação e disputa que transformam significados, noções e consequentemente os usos dos termos. A atuação do movimento LGBTQIA+ proporcionou que termos antes usados para ofender, patologizar ou criminalizar fossem usados para emancipar e educar seus pares, assim como pautar debates públicos por meio da difusão da informação elaborada por essa comunidade. A sociedade apresentou nesse processo uma relação dúbia, envolvendo momentos de acolhimento e repulsa. Percebe-se que os termos foram utilizados em disputas internas do movimento, por visibilidade e participação no orçamento público. Desse modo, observa-se que as tensões internas e externas podem constantemente provocar a transformação do uso dos termos nessa comunidade.

6 ABORDAGEM DOCUMENTAL

O levantamento realizado no acervo digital do CEDOC LGBTI+ analisou 53 documentos provenientes de associações de ativismo LGBTQIA+ existentes em todas as décadas analisadas pelo levantamento histórico. Também foram analisados 10 exemplares do jornal *Lampião da Esquina* em razão de sua relevância enquanto marco de fundação do então MHB. As análises serão divididas observando os formatos dos documentos, assim como suas finalidades informacionais no contexto da comunidade estudada.

6.1 LAMPIÃO DA ESQUINA

O quadro a seguir mostra os exemplares do jornal analisados entre os anos de 1979 a 1981:

Quadro 13: Exemplares do Lampião analisados

Título	A quem pertence	Formato	Data	Local	Termos presentes
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Abril, 1978	Rio de Janeiro	Homossexual, homossexualismo, veado/viado, homossexualidade, gay, bicha, travesti.
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Agosto/Setembro, 1978	Rio de Janeiro	Travestis, guei, bicha, gay, fresco, homossexual, homossexualidade, homossexualismo entendidos
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Abril, 1979	Rio de Janeiro	Lesbianismo, gay, guei, homossexual, homossexualidade, homossexualismo, travesti.

Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Junho, 1979	Rio de Janeiro	Entendido,viado, bicha, lésbica, fanchona, gay, guei, homossexual, homossexualismo, homossexualidade, travesti
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Dezembro, 1979	Rio de Janeiro	. Homossexual, homossexualismo, viado, homossexualidade, gay guei, bicha, travesti lésbica.
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Abril, 1980	Rio de Janeiro	Homossexual, homossexualismo, bissexuais, gay, bicha, viado, travesti, lésbica, homossexualidade.
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Julho, 1980	Rio de Janeiro	Homossexual, homossexualismo, homossexualidade, bofe, gay, guei, lésbica, travesti
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Fevereiro, 1981	Rio de Janeiro	Homossexual, homossexualismo, homossexualidade, gay, guei, bicha, lésbica, bissexual,

					puto, fresco, bofe, entendido.
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Abril, 1981	Rio de Janeiro	Transexual, transexualismo, homossexual, homossexualismo, gay, guei, travesti, lésbica, sapatão, bissexual, bicha, entendido.
Lampião da esquina	Lampião editora de livros e jornais	Jornal	Junho, 1981	Rio de Janeiro	Travesti, gay, bicha, viado, lésbica, sapata, guei, bissexual, bicha entendidos, homossexual, homossexualismo, homossexualidade.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com uma periodicidade inicialmente bimestral e rapidamente alterada para mensal devido ao seu grande alcance, o Lampião da Esquina surgiu em 1978, sendo o primeiro jornal de alcance nacional voltado à comunidade LGBTQIA+, em alternativa às reportagens sensacionalistas da grande imprensa em relação aos homossexuais. O Jornal seguiu a estrutura dos jornais tradicionais na época, com termos e imagens que remetessem à comunidade que desejava alcançar:

Figura 4: Capa do Jornal Lampião

Fonte: Lampião (1979, p. 1)

Na figura quatro, percebe-se a presença de termos que representam assuntos de interesse do público ao qual o jornal se destina, assim como a indicação de uma entrevista com o cantor Ney Matogrosso, figura emblemática nas artes pelo seu comportamento de afronte à masculinidade vigente da época. A presença explícita de termos, fotografias e figuras explicitamente vinculadas à um grupo social na capa do jornal, pode indicar a postura de enfrentamento ao conservadorismo vigente, assim como de acolhimento aos leitores que desejassem uma linguagem próxima de suas vivências.

As reportagens traziam assuntos variados, mas que sempre dialogavam com a população LGBTQIA+ da época e o contexto social no qual viviam. Os textos propunham reflexões sobre a presença e a representação de homossexuais nos mais diversos ambientes, trazendo pela via da informação e do conhecimento a sensação

de pertencimento à comunidade, como pode ser observado na figura cinco:

Figura 5: Reportagem do Jornal Lampião



Fonte: Lampião (1980, p. 11)

Para atrair seus leitores, o jornal buscava formas de estabelecer pertencimentos com ensaios sensuais masculinos e dicas culturais de música, cinema, teatro e literatura, além da seção de cartas com a participação dos leitores de todo o país. Destaca-se a seção Biblioteca Universal Guei, que sugeria livros de interesse do público homossexual:

Figura 6: Seção Biblioteca Universal Guei



Fonte: Lampião (1981, p. 15)

Com o seu alcance, o Lampião proporcionava ao leitor a possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento, de uma forma que, até então, não tinha precedentes. A circulação do jornal em todo o país e sua forma próxima do leitor de se comunicar pode ter sido a inspiração da criação de boletins informativos das associações que existiram por todo o país. A seguir, serão relatadas as características desses itens.

6.2 BOLETINS INFORMATIVOS

Foram analisados 15 exemplares de boletins informativos pertencentes à 13 grupos de ativismo LGBTQIA+ presentes em todas as décadas de atuação do movimento conforme o quadro a seguir:

Quadro 14: Boletins informativos analisados

Título	A quem pertence	Formato	Data	Local	Termos presentes
Boletim Informativo Atobá	Atobá-Movimento de Emancipação Homossexual	Boletim informativo	Junho, 1990	Rio de Janeiro	Gay, bissexuais, travesti, AIDS, homossexual.
Facção homossexual	Convergência Socialista	Boletim informativo	Abril, 1981	São Paulo	Homossexual, lésbica
Boletim da ABLGT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Travestis	Boletim informativo	Junho/Agosto, 1995	Curitiba	Homossexual, gay, lésbica, travesti, orientação sexual. Movimento Homossexual
Boletim do GGB	Grupo Gay da Bahia	Boletim informativo	Janeiro, 1984	Salvador	Sodomitas, orientação sexual, lésbicas, travestis, homofobia, gay, homossexual, homossexualismo, homossexualidade.
Boletim do GGB	Grupo Gay da Bahia	Boletim informativo	Agosto, setembro, outubro, 1981	Salvador	Gay, lésbica, travesti, homossexualidade, orientação sexual, HIV, AIDS.
Maceió é gay demais	Grupo Gay de Alagoas	Boletim informativo	Outubro, 2001	Maceió	Gay, lésbica, travesti, homossexualidade,

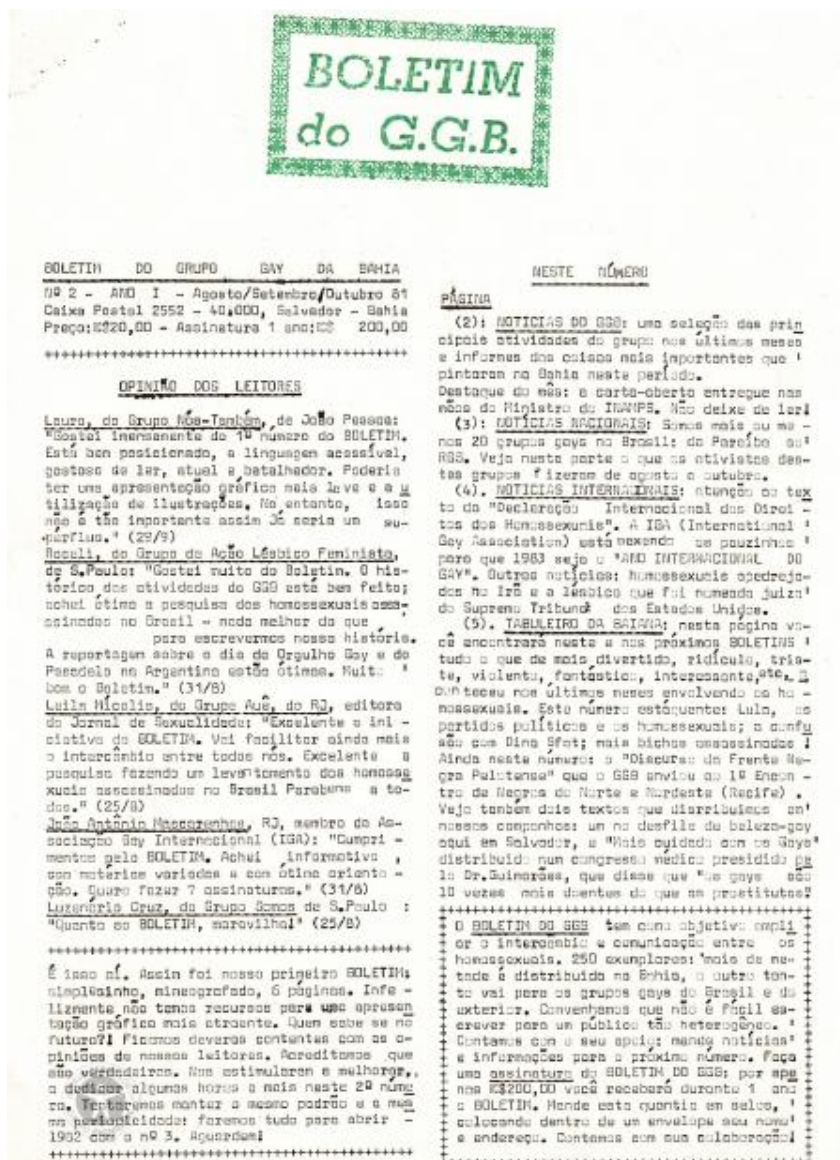
					orientação sexual, HIV, AIDS.
Informativo Associação Galf	Grupo de ação lésbico-feminista	Boletim informativo	Julho, 1987	São Paulo	Gay, lésbica, comportamento sexual, orientação sexual
Informes Astral	Associação de travestis e liberados	Boletim informativo	Novembro, 1993	Rio de Janeiro	Travesti, gay, lésbicas, homossexual.
Jornal do Aliadas	ABLGT/ Projeto Aliadas	Boletim informativo	Abril, 2007	Curitiba	Gays, Lésbicas, Travestis, Bissexuais, Homofobia, homossexual. GLBT
Jornal do Bis	Núcleo Bissexual do Grupo Estruturação	Boletim informativo	Janeiro, 2005	Brasília	Bissexualidade, bissexual, Identidade de gênero, orientação sexual
Jornal o Corpo	Grupo Somos	Boletim informativo	Novembro, 1980	São Paulo	Gay, guei, bissexual, travesti, homossexualismo, homossexualidade, bicha, viado
Ponto G	Grupo Lésbico da Bahia	Boletim informativo	Janeiro, 2001	Salvador	Lésbica, bissexuais, gay, AIDS, DST

Boletim Princesa/informativo ASTRAS	Associação dos travestis de Salvador - ASTRAS	Boletim informativo	Setembro/outubro, 2003	Salvador	Travesti, gay, lésbica, DST, AIDS
Boletim Quimbanda	Grupo Gay da Bahia	Boletim informativo	2005	Salvador	Homossexual, homoerótico, homossexualidade, transgêneros, travestis, lésbicas, gay, transformista, AIDS, GLBT
Trans News	Transgrupo Marcela Prado	Boletim informativo	2011	Curitiba	Travesti, transexual, LGBT, DST, HIV, AIDS.

Fonte: Elaborado pelo autor

Os boletins informativos tinham como características comuns a descrição de atividades do grupo ao qual pertenciam, sendo elaborados pelos próprios ativistas. Muitos deles contavam com a participação dos leitores. Também traziam informações a respeito das questões que atravessavam o cotidiano da comunidade LGBTQIA+ da época em que foram elaborados. Nota-se que os boletins das primeiras associações pertencentes aos anos de 1980 a 1990 tinham características mais artesanais, sendo a maioria datilografados e diagramados de forma simples, se comparados ao jornal *Lampião* como pode ser observado na figura sete:

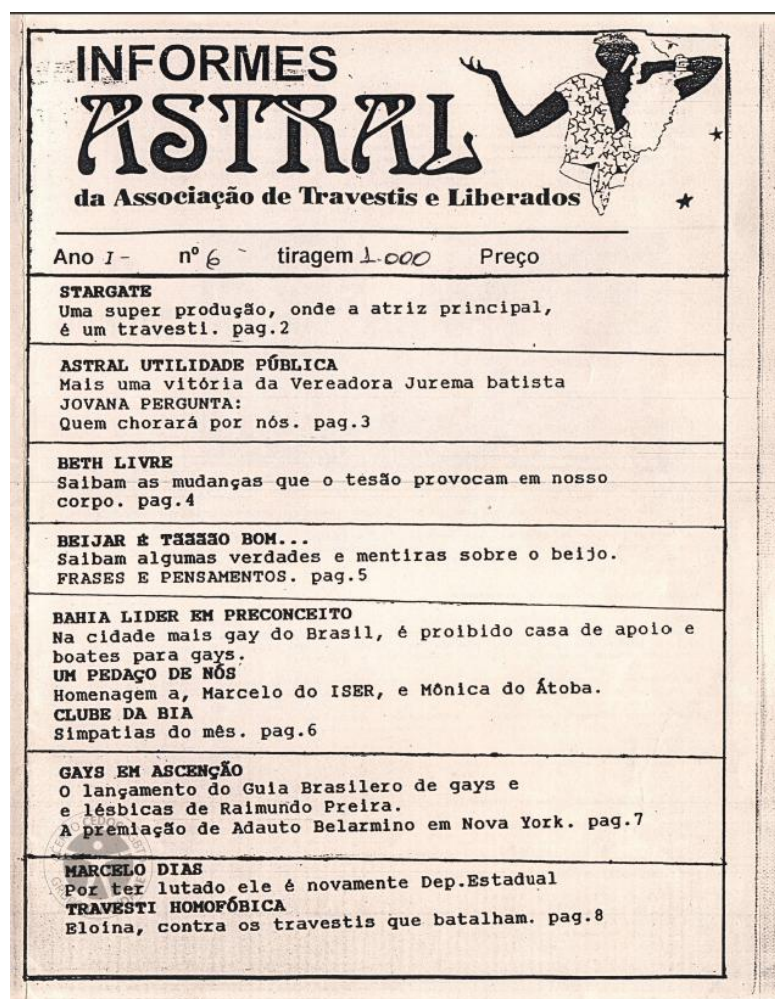
Figura 7: Boletim Informativo do Grupo Gay da Bahia



Fonte: Grupo (1981, p. 1)

Outra questão que pode ser observada por meio da observação dos boletins informativos é a tomada de protagonismo de outras identidades sexuais dentro do movimento. Como foi observado, na década de 1980, existiam apenas grupos de gays e lésbicas, a presença de travestis e transexuais não era consolidada, de modo que a partir dos anos 1990 a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) passa a atuar enquanto ong de ativismo direcionada especialmente para travestis e transexuais:

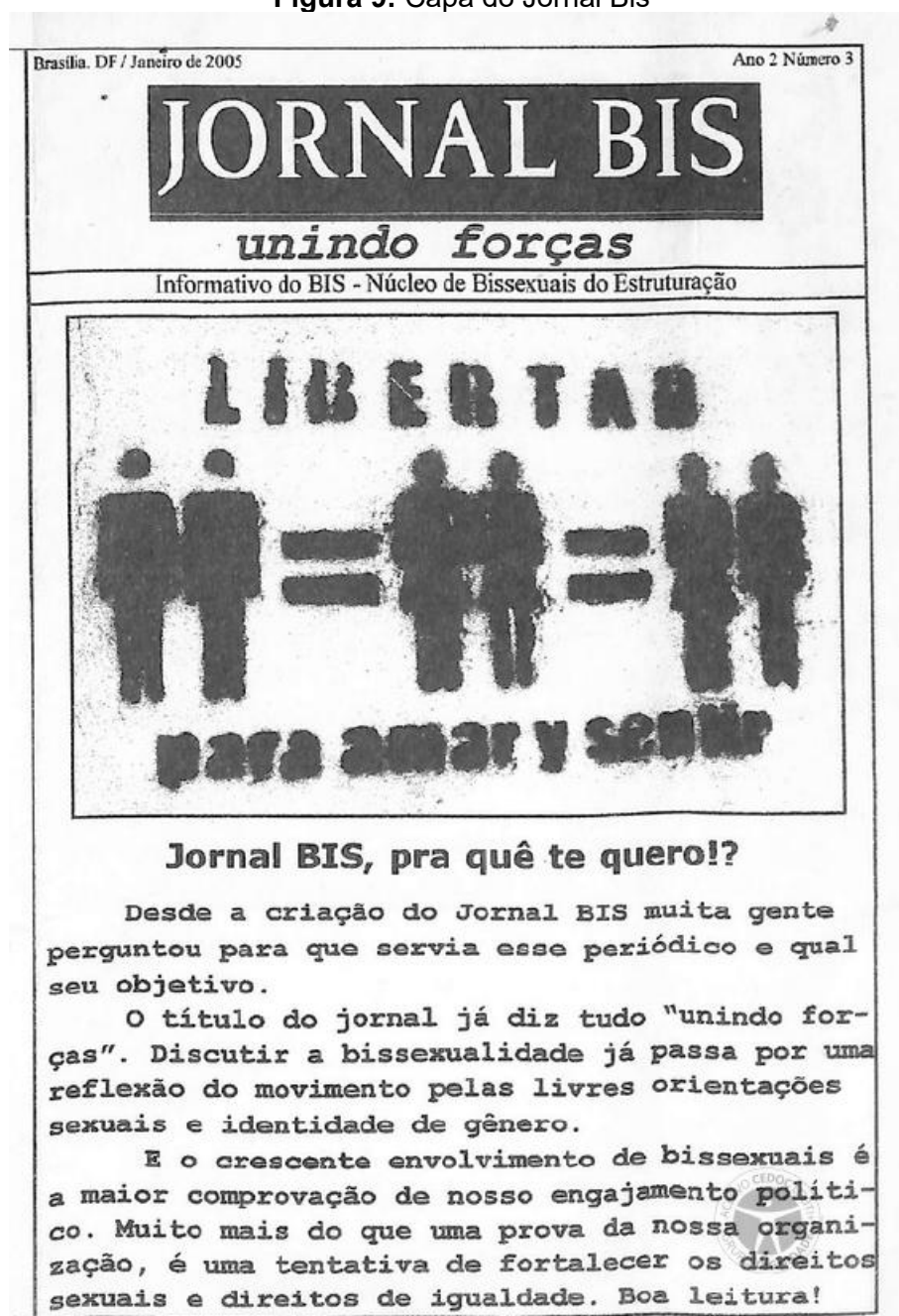
Figura 8: Capa do Boletim Informativo da ASTRAL



Fonte: Boletim (1983, p. 1)

Segundo o próprio acervo do CEDOC (c 2026) a ASTRAL foi a primeira ong de travestis em todo o mundo. Um material mais próximo de uma identidade sexual, tem o potencial de permitir que o usuário estabeleça processos mais diretos de identificação, fortalecendo o movimento e ampliando o espaço de disputa em torno da luta em que estão inseridos. Ao longo da década de 1990 outras associações para travestis em formatos semelhantes ao grupo ASTRAL foram criadas em todo o Brasil, relatando o crescimento e fortalecimento da comunidade travesti/transsexual, porém, apenas na década de 2000 foi encontrado um material direcionado especialmente para a comunidade bissexual:

Figura 9: Capa do Jornal Bis



Fonte: Jornal (2005, p. 1)

A falta de materiais direcionados para uma identidade nos primeiros anos de movimento articulado pode indicar também processos de invisibilidade e exclusão dentro do próprio movimento. Porém, percebe-se por meio das imagens que os boletins informativos das associações além de divulgar as ações dos grupos e notícias relevantes à comunidade, também tem a função de aproximar pares para a reflexão em torno de uma vivência ou tema. Entretanto, outros formatos documentais foram usados para o aprofundamento de assuntos.

6.3 CARTILHAS, DICIONÁRIOS, GUIAS E MANUAIS

Para esta análise, foram coletados 14 itens, sendo sete cartilhas, três guias, dois manuais, um livreto e um dicionário³, conforme o quadro a seguir:

Quadro 15: Cartilhas, dicionário, guias, livreto e manuais analisados

Título	A quem pertence	Formato	Data	Local	Termos presentes
Rompa o silêncio: Os direitos sexuais são direitos humanos	Nuances - Grupo pela livre expressão sexual de Porto Alegre	Cartilha	2001	Porto Alegre	Guei, lésbicas, bissexuais, orientação sexual, travestis, transexuais, AIDS,
Cidadania e sexualidade para homossexuais	Grupo Habeas Corpus Potiguar	Cartilha	Provavelmente e início dos anos 2000	Natal	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, HIV, AIDS, DST, homofobia, homens que fazem sexo com homens.
Diálogo das Bonecas	Associação de Travestis e Liberados-ASTRAL	Dicionário	1995	Rio de Janeiro	Bicha, travesti, AIDS, Maldita (referindo-se à AIDS)
Direitos humanos... .. Direitos de todos	Movimento Gay da Região dos Vertentes	Cartilha	2010	São João Del Rey	Gay, HIV, AIDS
Gay vivo não dorme com o	Movimento Espírito	Manual	Década de 1990	João Pessoa	Gay, lésbicas, travestis,

³ Devido ao dicionário conter terminologias especializadas das vivências travestis e transsexuais nas ruas em situações de sobrevivência que exigem uma análise mais criteriosa, os termos contidos no dicionário não foram incluídos na coleta, porém o item foi mantido na pesquisa dada a sua relevância.

inimigo - Manual de sobrevivência	Lilás				
Guia gay da Bahia	Grupo Gay da Bahia	Guia	Por volta de 1982	Salvado r	Gay, lésbicas, travestis, bicha.
Transgrupo Marcela Prado	Transgrupo Marcela Prado	Cartilha	2010-2014	Curitiba	Travesti, transexual, transexualidade, homem trans, mulher trans, cis, identidade de gênero, Lésbicas, Gays. Bissexuais, LGBT, LGBTI+
Gay vivo não dorme com o inimigo - Manual de sobrevivência	Grupo Gay da Bahia	Manual	Década de 1990	Salvado r	Gay, lésbicas, travestis
Nossos filhos e filhas	Grupo Gay da Bahia	Cartilha	1996	Salvado r	Gay, lésbica, heterossexual, homossexual, bissexual, HIV, AIDS, homofobia, travestis
POA Noite entre homens	Nuances - Grupo pela livre expressão sexual de Porto Alegre	Livreto	Por volta de 2002/2003	Porto Alegre	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, HIV, AIDS, guei, homofobia, homens que fazem sexo com

					homens, transexuais
Prazer sem medo para mulheres que amam mulheres - Guia de orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis	Rede de informação um outro olhar	Guia	Junho, 2000	São Paulo	AIDS, HIV, DST
Guia de Direitos Humanos e cidadania para adolescentes de Manaus	Associação amazonens e de gays, lésbicas e travestis. AAGLT	Cartilha	2000	Manaus	Gays, lésbicas, travestis, homossexual, homossexualidade , AIDS
Rainbow Guia 2012	Movimento Gay de Minas	Guia	2012	Juiz de Fora	Gay, Lésbica, Bissexual, travestis, transexuais, homossexual, heterossexual, HIV, AIDS.
Travestis, cidadania e prevenção de DST/AIDS	UNIDAS - Associação de Travestis Unidas pela luta e cidadania	Cartilha	Início da década de 2000	Aracajú	Travesti, Transexual homossexual, homossexualidade DST, HIV AIDS

Fonte: Elaborado pelo autor

Os formatos acima listados foram agrupados por se assemelharem em sua funcionalidade informacional. São materiais que aprofundam assuntos de interesse da comunidade ou de uma parte dela, trazendo referências e orientações mais detalhadas que os jornais e boletins informativos. A produção desses formatos também pode indicar outra questão: a presença do documento enquanto um lugar de disputa para a existência e conquista de direitos e cidadania. Essa reflexão fica explícita na introdução escrita pelo antropólogo Raul Lody no item Diálogo das Bonecas, o primeiro dicionário de pajubá – dialeto falado pelas travestis – produzido no Brasil, que organizou termos e disponibilizou para a sociedade em geral uma linguagem usada em um contexto de sobrevivência:

Sem dúvida, o homem autentica-se por meio da transmissão de dados orais ou escritos. Assim, toda a transmissão traz finalidades expressas em conteúdos e formas próprios, revelando indivíduos, grupos, regiões e também, já em território de identidades, diferenças, distinções e inumeráveis maneiras de ser, do firmar-se em sociedade restrita e/ou em sociedade total e complexa. Valorizam-se compreendendo-se dados também enquanto documentos – uma palavra, uma frase, um gesto, um ritual realizado entre meios simbólicos de traduzir, de fortalecer uma cultura, um segmento cultural. Por isso Le Golf afirmou: “um documento nunca é inocente” (Lody, 1995 p.1).

Ao observar os formatos, nota-se que as cartilhas e livretos são mais profundos e didáticos, com aprofundamento dos termos e conceitos nele apresentados, solicitando do usuário uma atenção maior. Em geral, esses materiais abordam questões ligadas aos direitos humanos, e a saúde sexual dos indivíduos LGBTQIA+, principalmente com assuntos ligados ao HIV/AIDS:

Figura 10: Conteúdo de uma cartilha

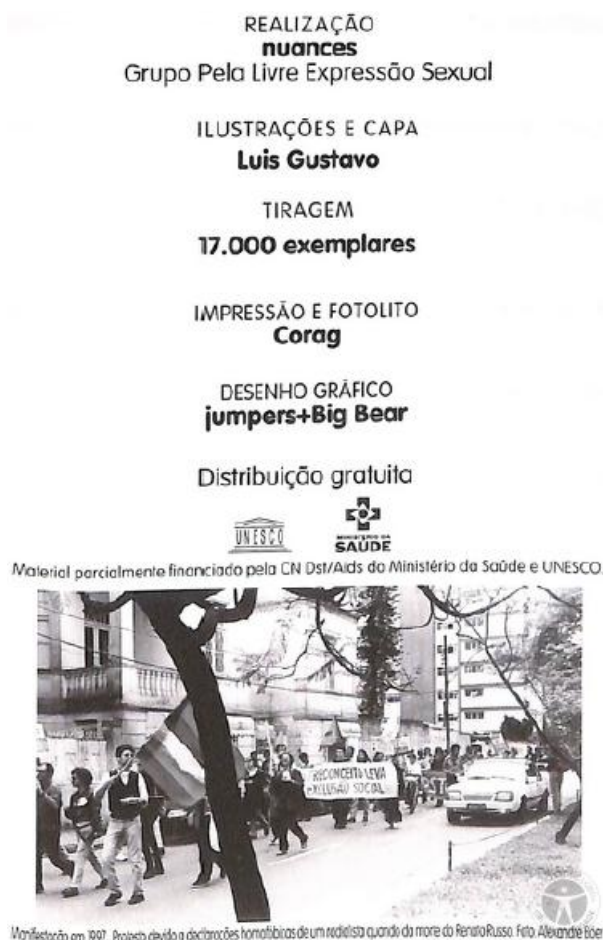


Fonte: Grupo (1999, p. 11)

A figura 9 traz informações a respeito do HIV/AIDS direcionadas a pais de homossexuais, a grande disseminação de informações em torno do tema, encontra dois motivos: além da necessidade de proteger sobretudo a população homossexual e travesti, maiores vítimas dos primeiros anos da epidemia, os governos municipais, estaduais e federais, além de organizações internacionais atuaram como financiadores desses materiais, uma vez que as ONGs de ativismo apresentavam certa capacidade instalada, como relatado anteriormente e proximidade da população

para estabelecer um diálogo com resultados mais efetivos entre seus pares, os financiamentos públicos eram explicitados nos documentos como pode ser observado na figura 10:

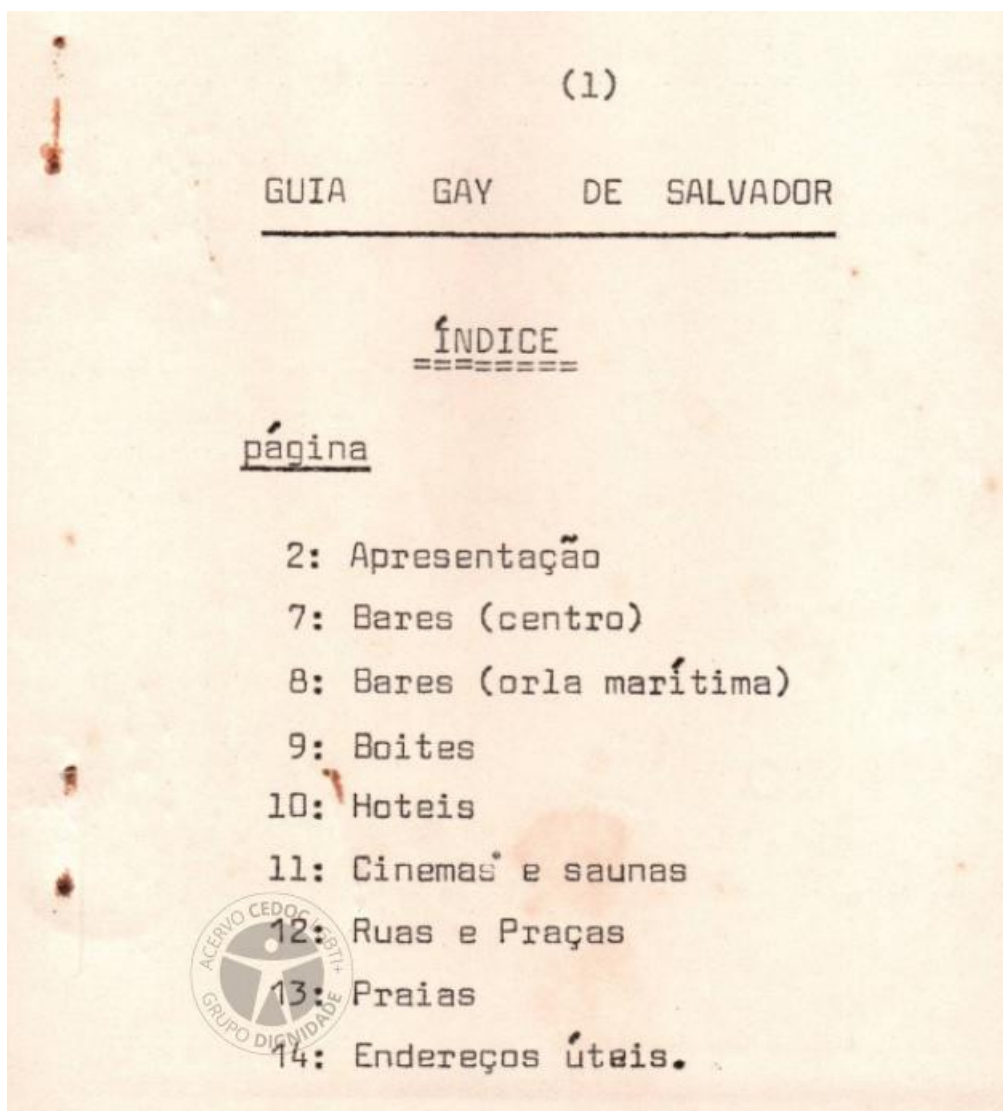
Figura 11: Ficha técnica com fontes de financiamento



Fonte: Rompa (2001, p. 26)

A figura a seguir mostra a ficha técnica contendo as fontes de financiamento nacionais e internacionais, evidenciando uma parceria entre sociedade civil, governo federal por meio do ministério da saúde e a Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Essa parceria permitia a distribuição ampla e gratuita do material produzido, como também é evidenciado na imagem.

Os guias e manuais eram materiais mais curtos e com informações mais diretas e precisas. As características desses documentos indicam que seu uso tinha a finalidade de difundir informações de maneira mais rápida e pontual. Os guias, em sua maioria, são ligados a lugares e eventos, permitindo ao leitor uma experiência de acolhimento nos locais e eventos em que esses guias eram produzidos:

Figura 12: Índice de um guia


(1)

GUIA GAY DE SALVADOR

ÍNDICE
=====

página

2: Apresentação

7: Bares (centro)

8: Bares (orla marítima)

9: Boites

10: Hoteis

11: Cinemas e saunas

12: Ruas e Praças

13: Praias

14: Endereços úteis.

ACERVO CEDOC 1974
GRUPO DIGNIDADE

Fonte: Grupo [1982?, p. 2]

O índice do guia ilustrado na figura 11 sugere lugares de sociabilidade que eram frequentados pela população homossexual. Além de hotéis, casas noturnas, cinemas, saunas, bares e restaurantes, alguns desses guias traziam consigo orientações para encontros com desconhecidos.

Os manuais ilustravam formas de prevenção e de como reagir em diversas situações com uma linguagem rápida e direta, eram formatos mais concisos e de fácil distribuição, facilitando seu uso:

Figura 13: Página de um manual



Fonte: Movimento [199-, p. 1]

O manual evidenciado tem como conteúdo orientações para evitar situações de violência em encontros casuais. Seu formato mais direto continha mensagens mais incisivas, com termos bem conhecidos da comunidade, que podem causar mais impacto ao usuário que acessa esse tipo de documento. Por conterem poucas páginas, eram fáceis de serem levados junto ao usuário. Pelo seu formato mais conciso e direto contrastando com a variedade de assuntos que podem ser abordados, os guias e manuais podem ser considerados documentos fronteira entre as cartilhas, livretos e os próximos itens analisados: os folhetos, panfletos e cartazes.

6.4 FOLHETOS, PANFLETOS E CARTAZES

Nesta etapa da análise, foram consultados 14 documentos, sendo seis folhetos, sete panfletos e um cartaz, conforme o quadro a seguir:

Quadro 16: Folhetos, panfletos e cartazes analisados

Título	A quem pertence	Formato	Data	Local	Termos presentes
7ª Vigília (Caminhada) internacional em solidariedade aos Doentes de AIDS	Grupo Dialogay	Folheto	Maio, 1990	Aracaju	AIDS
Campanha pela não-violência	Associação de Travestis e Liberados - ASTRAL	Panfleto	Década de 1990	Rio de Janeiro	Travestis
Ato Público contra a repressão policial	Grupo Somos	Panfleto	Maio, 1980	São Paulo	Homossexuais , travestis
Camisinha sempre, não importa com quem	ABLGT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis	Folheto	Por volta de 2000	Curitiba	Gays, Lésbicas, Travestis, Homens que fazem sexo com Homens, AIDS, DST
Carinho é bom, sexo melhor ainda	Grupo Habeas Corpus Potiguar	Panfleto	Provavel mente 1998	Natal	AIDS, HIV
Centro de Referência	Grupo de Resistência Asa Branca	Folheto	Provavel mente 2004	Fortaleza	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis,

GLTB Janaína Dutra					travestilidades, DST, AIDS, GLTB
Um pouco do que você gostaria de saber sobre Lésbicas	Coletivo de Feministas Lésbicas	Folheto	Entre 2000 e 2004	São Paulo	Homossexuais , gays, lésbicas, heterossexuais , heterossexualidade
V Miss Curitiba Trans	Transgrupo Marcela Prado	Panfleto	2010	Curitiba	Gay, mulher trans
Grupo Somos - Histórico	Grupo Somos	Panfleto	1979	São Paulo	Homossexual, homossexualismo, lésbico.
Homossexuais	Grupo Dialogay	Panfleto	1991	Aracaju	Gay, homossexual
Para você que gosta de transar	Grupo Lambda - Movimento pela livre orientação sexual	Folheto	Década de 1980	São Paulo	Bicha, bofe, orientação sexual, homossexual
A homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão	Grupo Gay da Bahia/ Grupo Lésbico da Bahia	Panfleto	1999	Salvador	Homossexualidade, Orientação Sexual
UNIDAS - Associação de Travestis Unidas pela luta e cidadania	UNIDAS - Associação de Travestis Unidas pela luta e cidadania	Folheto	Entre 1999-2002	Aracaju	DST, AIDS, Travestis

Só faça sexo a três, você, ele e a proteção	Estruturação - Grupo Homossexual de Brasília	Cartaz	Década de 1990	Brasília	Orientação Sexual, AIDS
---	--	--------	----------------	----------	-------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor

Os documentos acima listados se assemelham pelo seu formato conciso, com poucas páginas, ilustrações e poucos termos presentes. Em sua maioria, eram materiais ligados a ações específicas e pontuais desses grupos. Os folhetos apresentavam formato dobrável e geralmente estão ligados a assuntos pontuais, como: apresentação da associação, programação eventos específicos e orientações sobre uso de preservativos e prevenção ao HIV/AIDS:

Figura 14: Página de um folheto

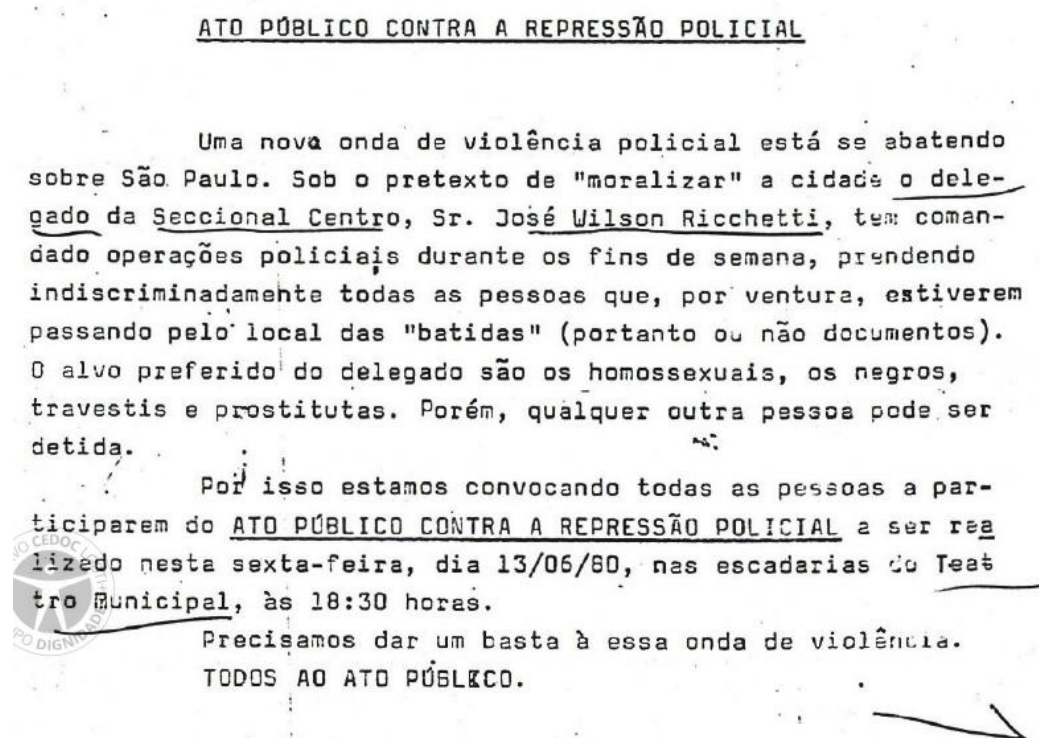


Fonte: Grupo [2004? p. 2]

A figura 13 é a introdução de um folheto sobre um serviço de referência e atendimento à população LGBTQIA+. Uma característica desses materiais é a imprecisão das datas em que foram elaborados, porém o uso da sigla GLTB e a citação ao programa Brasil Sem Homofobia, sugere que ele pode ter sido criado por volta do ano de 2004.

Os panfletos são materiais de no máximo duas páginas frente-verso, em sua maioria são convites para reuniões, eventos, manifestações e atos públicos. Possuem uma linguagem direta, com uso de termos que identificam a população LGBTQIA+ e podem trazer breves justificativas para os chamamentos:

Figura 15: Página de um panfleto



Fonte: Grupo (1980, p.1)

O panfleto exposto na figura 14 convoca a população a um ato contra a repressão policial direcionada a homossexuais, negros, travestis e profissionais do sexo. Com a convocação liderada pelo grupo Somos, trata-se da primeira manifestação pública organizada pelo MHB, ocorrida no dia 13 de maio de 1980. Conforme relatam Simões e Fachinni (2009), o ato contou com cerca de 1000 manifestantes.

O cartaz analisado pertence ao Grupo Estruturação de Brasília, assim como os folhetos e panfletos, é um suporte de informação rápido e direto, com poucos termos, ligados à prevenção do HIV/AIDS e de outras DSTs, mas que permite por conta do seu tamanho a difusão da informação a muitos usuários com apenas um exemplar:

Figura 16: Cartaz do grupo Estruturação



Fonte: Estruturação (199-, p.1)

O uso da imagem de homens trocando carícias demonstra a possível tentativa de chamar a atenção do público-alvo da campanha, atraindo-o para o acesso a informação, essa característica é comum aos documentos desses formatos, que tinham como objetivo informar o maior número de pessoas em um curto espaço de tempo.

6.5 OUTROS FORMATOS

Ao longo da pesquisa foi possível encontrar outros formatos diferentes dos relatados anteriormente. Os dez itens coletados foram agrupados por conterem poucas unidades nos acervos consultados e fazem pouco ou nenhum uso dos termos identificados ao longo do levantamento histórico. A seguir, o quadro ilustra os formatos

dos documentos encontrados, com suas quantidades e características:

Quadro 17: Outros formatos coletados

Formato	Quantidade de Itens	Descrição
Cartas	4	Documentos que comunicam ações dos grupos e estabelecem diálogos em rede. Podem ser cartas abertas direcionadas à toda a população, evidenciando um acontecimento ou um posicionamento diante de um fato ou uma comunicação entre grupos de ativismo.
Documentos institucionais	4	Relatórios de ações e prestação de contas. São documentos que comprovam e registram as ações dos grupos para órgãos aos quais eles se vinculam.
Notícias de Jornais	2	Reportagens de jornais da imprensa tradicional foram arquivadas por grupos de forma a comprovar a sua atuação em uma comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com as análises históricas e documentais elaboradas, a pesquisa se volta para a descrição dos termos identificados nas amostras, entendendo o seu contexto histórico-cultural e a influência do movimento LGBTQIA+ na constituição dos mesmos.

7. ABORDAGEM TERMINOLÓGICA

A partir das abordagens histórica e documental, foram coletados os termos apresentados no quadro 18 divididos em três categorias. Vale ressaltar que a coleta considerou as flexões no plural existentes como o mesmo termo no singular, assim como termos flexionados em gênero na língua portuguesa que não descaracterizam seu significado foram considerados e entendidos no seu formato original (Ex.: lésbico foi considerado como lésbica), o motivo dessa interpretação se deu prezando a visibilidade das identidades sexuais nos documentos.

Quadro 18: Termos identificados e coletados

Identidades / Expressões Sexuais e de Gênero	Cidadania e Saúde	Siglas e representações coletivas
Gay	AIDS	Movimento
Travesti	HIV	Homossexual
Lésbica	DST	MHB
Homossexual	Maldita	GLT
Bicha	Homofobia	GLS
Guei	Aidético	GLBT
Viado	Homossexualidade	LGBT
Transexual	Homossexualismo	LGBTI+
Entendido	Lesbianismo	
Fresco	Transexualismo	
Bofe	Orientação sexual	
Fanchona	Comportamento sexual	
Sapata	SIDA	
Heterossexual	Travestismo	
Cis	Travestilidade	
Homem trans	Homoerótico	
Mulher trans	Transexualidade	
Transgênero	Bissexualidade	
Transformista	Heterossexualidade	
Homens que fazem sexo com	Homofobia	

homens	Identidade de Gênero	
Sodomita	Câncer gay	
Puto	Peste gay	
Fancho	Opção sexual	
Intersexual	Lesbofobia	
Assexual	Bifobia	
Não-binário	Transfobia	
Queer	LGBTIfobia	

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao todo foram identificados 62 termos, estes foram divididos em três categorias: a) identidades sexuais; b) cidadania e saúde; c) siglas e representações coletivas. As identidades sexuais descrevem os indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIA+ em diferentes tempos históricos. Os termos de cidadania e saúde trazem questões que permeiam os debates da comunidade entre si e com a sociedade em geral, as siglas e representações coletivas caracterizam as formas como se referiu à comunidade ao longo dos anos de atuação do movimento organizado até o ano de 2020, que contempla o limite de recorte temporal da pesquisa.

Ao acompanhar as transformações da sociedade, o repertório terminológico dessa comunidade se torna mais denso e diverso. Ampliou-se a quantidade dos termos, que por sua vez, podem representar perspectivas diferentes entre si, um mesmo termo pode ter significado diferente em outro tempo histórico. A seguir, a pesquisa observará os processos de exclusão representados nos termos mais antigos, as terminologias de resistência e fortalecimento causadas pelos processos de subversão dos termos, e as disputas internas por visibilidade que tem como consequência as mudanças da sigla e das representações coletivas. É importante ressaltar que as análises terminológicas se basearam nas abordagens histórica e documental relatadas anteriormente.

7.1 TERMINOLOGIAS DE EXCLUSÃO

Conforme já observado anteriormente em Green (2000) e em Trevisan (2018), a sexualidade no contexto do Brasil colônia é atravessada pelo pensamento religioso, o ideal de prática sexual apenas para fins reprodutivos é adotado como norma. O termo “sodomita” designado para se referir à indivíduos que mantém relações com

peessoas do mesmo gênero deriva desse pensamento. Percebe-se que a intenção do termo é indicar o acometimento de um pecado grave, relacionado à história de Sodoma e Gomorra, presente na Bíblia, principal livro da religião Católica.

A indicação de um pecado, de algo moralmente reprovado pela sociedade da época, pode ser entendida como uma forma de controle social, que se estende ao longo da história do Brasil, mas que também se modifica ao observarmos as origens dos discursos. Green (2000) e Trevisan (2018) mostram que principalmente no processo de urbanização brasileira decorrente da mudança do regime monárquico para o republicano, o controle social em relação à sexualidade passa a ser regido pelos discursos médicos e criminalistas. Destes se originam os termos: “homossexualismo”, que é usado para caracterizar a atração pelo mesmo gênero, e os termos “homossexual”, “puto”, “fresco”, “fancho”, “bofe” e “viado” para designar os indivíduos que praticam tais relações sexuais.

A diferenciação entre os termos acima citados se dá nos contextos aos quais eles são usados e podem indicar os papéis sexuais praticados pelos sujeitos. Enquanto “homossexualismo” e “homossexual” são adotados em contextos formais, trazendo consigo dimensões patológicas dada a sua proveniência em discursos médicos e nos estudos criminalistas, os termos “puto”, “fresco”, “fancho”, “bofe” e “viado” são usados em contextos informais, principalmente referentes à perseguição a homossexuais em espaços públicos nos quais seus encontros eram realizados.

É interessante notar também que os termos “puto” e “fresco” usado para homossexuais passivos, ou seja, aqueles que recebem a penetração no ato sexual e os termos “fancho” e “bofe”, atribuído a homossexuais ativos, aqueles que realizam a penetração, ao evidenciarem os papéis sexuais também podem representar uma reprovação ao comportamento feminino, uma vez que para o pensamento da época o papel que o sujeito exerce em uma relação sexual também indica o grau de envolvimento com a vivência homossexual e a rejeição aos ideais masculinos e heteronormativos vigentes. Esse conflito em relação aos ideais de comportamentos masculinos e femininos também se expressa em terminologias que representam as lésbicas, mulheres que sentem atração pelo mesmo gênero. Os termos “fanchona” e “sapatão” remetem a características masculinas (Green, 2000; Trevisan, 2018).

Contudo, ao mesmo tempo em que as terminologias designadas à homossexuais foram usadas em contextos de exclusão e perseguição, parte delas foram adotadas pela comunidade em um processo de empoderamento que se

intensifica com o surgimento do MHB. A subseção a seguir trata dos processos de subversão desses termos e de terminologias usadas em contextos de empoderamento e resistência.

7.2 SUBVERSÃO, APROPRIAÇÃO E ENFRENTAMENTO: PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE REPRESENTADOS NOS TERMOS

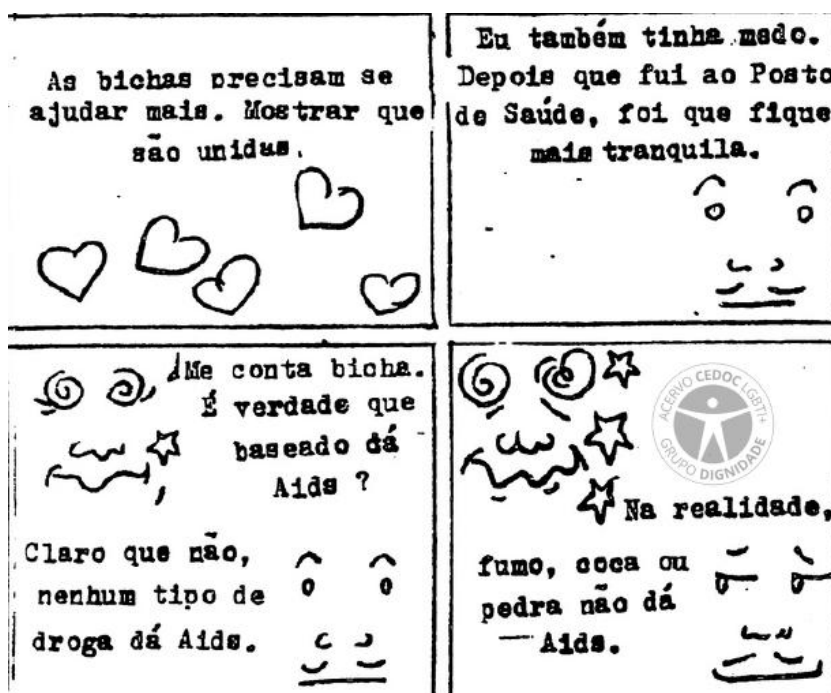
Mesmo antes dos marcos históricos de fundação do MHB, algumas terminologias usadas em contextos de perseguição e exclusão são apropriadas pela própria comunidade em um processo de subversão. Segundo o dicionário Michaelis (c2026), subversão entre outros significados, corresponde ao ato ou efeito de derrubar, destituir, também pode significar a insubordinação a um regime ou autoridade acatada pela maioria de um grupo, assim como a transformação de uma ordem estabelecida e o conjunto de ações que são empregadas na destituição dessa ordem, seja ela um conjunto de regras simples ou de um sistema econômico, político ou social. Ao pensar nas terminologias LGBTQIA+, pode-se entender que a subversão se dá na modificação do significado do termo, assim como na proposição de novas terminologias ou substituição de termos e/ou expressões inadequadas.

As primeiras constatações de subversão ao sistema excludente à comunidade LGBTQIA+ podem ser observadas na mudança de sentido do termo “viado” e na adoção dos termos “bicha” e “entendido”. O termo “viado”, anteriormente usado por policiais ao descreverem a forma como homens gays corriam da perseguição em parques e locais públicos frequentados para encontros casuais, tem a sua conotação vexatória anulada pela comunidade LGBTQIA+, “viado” passa a ser uma forma irreverente que homossexuais se referem uns aos outros, da mesma forma, a adoção do termo “bicha”, remetente à *biche* que em francês, significa corsa, nome dado à fêmea do animal veado e também usado para se referir à mulheres fortes e/ou prostitutas, conforme observado anteriormente em Green (2000).

O uso do termo “entendido” para se referir a pessoas homossexuais serve como um código da época, uma vez que os contextos para que uma pessoa assumisse publicamente sua orientação sexual eram discriminatórios e por vezes muito violentos. Observa-se que inicialmente o termo foi usado entre indivíduos pertencentes a classes sociais com maior capital cultural e econômico. Entretanto, com a articulação do movimento organizado, o termo “entendido”, assim como os

termos “viado” e “bicha” são usados em documentos para estabelecer vínculos de proximidade com o leitor que o acessa, um exemplo disso pode ser observado na figura 17:

Figura 17: Emprego do termo bicha em uma história em quadrinhos



Fonte: Lambda [198- ?, p. 3]

Na figura 17 o uso do termo bicha pode ser observado no contexto de uma história em quadrinhos, trazendo orientações sobre prevenção e tratamento da AIDS. Mesmo sem a data precisa evidenciada, pelos assuntos abordados, presume-se que essa história tenha sido publicada do meio para o final da década de 1980. Nesse momento, já há uma grande incidência de casos de AIDS no Brasil, desse modo termos relacionados à saúde como as siglas AIDS, HIV e DST, fazem parte do cotidiano de assuntos dessa população. As terminologias relacionadas a esses assuntos serão melhor elaboradas posteriormente.

Outra característica da década de 1980 observada anteriormente, está na difusão do uso termo “gay”. Como observado na abordagem histórica, a origem da palavra está no movimento *Gay Power* ocorrido nos Estados Unidos, na década de 1970 (Green, 2000). Ao se difundir no Brasil, no final da década de 1970 e no início da década de 1980, observa-se que existe uma tentativa de abrigar o termo a partir de uma escrita que manteve a sonoridade, mas que se caracteriza enquanto

uma palavra da língua portuguesa. Dessa forma, em muitos documentos foi observado o uso do termo “guei” como na figura a seguir:

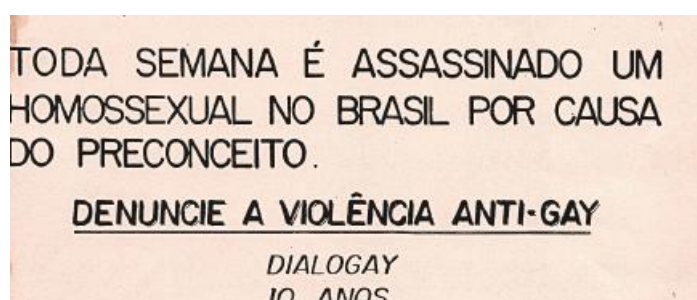
Figura 18: Uso do termo guei



Fonte: Lampião (1979, p. 3)

Na figura 18 pode se observar o uso do termo “guei” no título de uma notícia, apesar de possuir uma grafia diferente, constata-se que a palavra caracteriza o termo “jornal”, dando à ele a característica de pertencer à uma comunidade específica, no caso a população homossexual. O uso das terminologias “guei” e “gay” junto a outros termos traz consigo uma outra possível evidência: o do seu uso como um termo guarda-chuva, sendo atribuído para toda a comunidade, sem diferenciar a vivência homossexual masculina – a qual o termo de fato se refere – de todas as outras identidades sexuais:

Figura 19: Adição do termo gay a outros termos



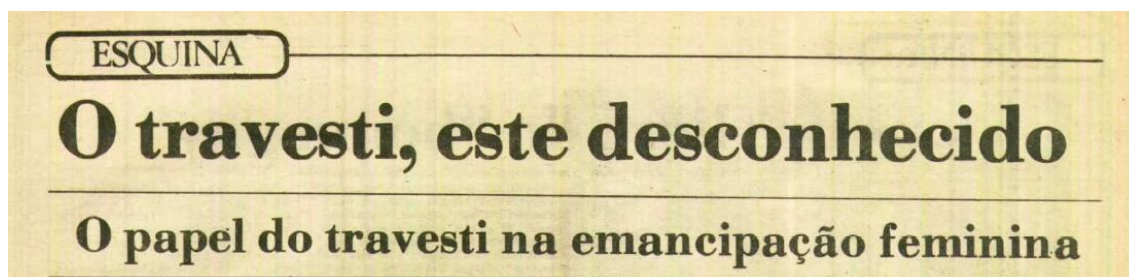
Fonte: Dialogay (1991, p. 1)

A adição do termo “gay” a outras palavras pode ser observada de duas formas na figura 19, o termo pode ser adicionado a outro termo separado por um hífen, ou em como um sufixo, somando-se ao radical da palavra “diálogo”. Em ambos os casos, a presença da terminologia “gay” seja em uma relação de complementação ou na

formação de uma nova expressão, indica o uso do termo para atribuição à toda uma comunidade diversa, o que com o passar das décadas de movimento organizado acabou por gerar disputas referentes à visibilidade de outras identidades sexuais. Tais disputas serão refletidas na próxima subseção. Entretanto, se faz necessário observar a transformação do termo “travesti”, que trouxe consigo um novo significado, modificando também a forma de se enxergar essas pessoas.

Conforme observado na abordagem histórica, o termo “travesti” possui origens no Brasil colônia e se referia ao ato de se vestir de mulher (Green. 2000). Seu uso se dava junto aos artigos e preposições masculinas, sugerindo se tratar do gênero correspondente:

Figura 20: Uso do termo travesti no gênero masculino



Fonte: Lampião (1980, p. 3)

O uso do termo no gênero masculino observado traz consigo a noção de que a transformação permanente dessas pessoas não significava sua validação enquanto mulheres para a sociedade. Ao analisar um exemplar Lampião (1981), constata-se presença do termo “transexualismo” dando a entender que uma mudança de gênero só ocorria mediante a cirurgia de redesignação sexual, ou “mudança de sexo” como era dito na época. A abordagem histórica verificou a adoção da expressão estadunidense “*drag queen*” a partir dos anos 1990, que era atribuído para homens que se caracterizavam de mulheres como uma forma de expressão artística, sem que esta fosse uma identidade permanente do seu cotidiano (Green, 2000; Trevisan, 2018).

Essa diferenciação acima relatada, junto com uma maior articulação de associações de travestis, que surgiram apenas na década de 1990 trouxe consigo um novo entendimento em relação ao termo se consolida na década de 2010: o termo passa a ser usado junto a artigos e proposições femininas, evidenciando que nesta perspectiva o termo não representa mais um ato, mas uma identidade sexual:

Figura 21: Uso do termo travesti no gênero feminino

Estamos todas e todos inseridas(os) em uma sociedade generificada e construída de forma a manter uma ordem bem separada entre feminino e masculino, os processos de transformação dos corpos e identidades trans assumem, em especial para as pessoas transexuais, em geral, a função da busca pelo “encaixe” no gênero identificado. É importante notar que essa busca se torna tão eficaz que se enreda na esfera da transexualidade, e também da heterossexualidade.

O gênero identificado consiste naquele pelo qual a travesti ou a(o) transexual se reconhece, diferente do gênero atribuído por toda a construção social e cultural

Fonte: Transgrupo (2010, p.6)

O trecho exposto na figura 21 com o termo “travesti” no gênero feminino ilustra algumas mudanças de entendimentos: a) o reconhecimento de travestis enquanto uma identidade transexual ligada ao gênero feminino; b) a afirmação da existência de homens e mulheres transexuais por meio do uso dos dois artigos acompanhando o termo “transexual” c) a compreensão que não se faz necessário cirurgias de redesignação sexual para a identificação de um gênero.

Como se pode observar, as transformações terminológicas dentro da comunidade LGBTQIA+ ocorrem de diversas formas: i) na substituição de um termo por outro como ocorreu com a mudança de “opção sexual” para “orientação sexual” e de “homossexualismo” para “homossexualidade” relatada na abordagem histórica (Green, 2000; Simões e Fachinni, 2009; Trevisan, 2018); ii) na junção de palavras completas ou na adição do sufixo “gay” conforme a figura X; iii) na mudança de entendimento do significado do termo como observado na figura X.

Percebe-se nessas mudanças a tentativa de humanizar esses indivíduos historicamente excluídos. Esses processos ocorreram por meio de disputas e articulação política com a sociedade em geral, mas também de forma interna, algo que pode ser evidenciado nas transformações das siglas que representaram o movimento.

7.3 AS MUDANÇAS NA SIGLA COMO REPRESENTAÇÃO DAS DISPUTAS POR VISIBILIDADE

Ao longo da abordagem histórica, foi constatado que o protagonismo do movimento organizado partiu de homens gays. O grupo Somos, como relatado por Green (2000) Simões e Fachinni (2009), Trevisan (2018) e Trindade (2018) tem seu início no ano de 1978. A presença feminina só se estabelece a partir do ano seguinte, com a criação da divisão Lésbico Feminista do grupo. Fernandes (2018) observou que as mulheres do movimento eram colocadas em tarefas menores, enquanto a bissexualidade – entendida como bissexualismo- era entendida como uma fachada para homens gays que não tinham coragem para se assumir e as travestis eram tratadas de forma dúbia, em certos momentos eram vistas como aliadas e parte do movimento, em outros eram vistas enquanto caricaturas e problemas ao então MHB (Simões e Fachinni, 2009; Veras, 2018; Vieira e Facarolli, 2018).

Nesse sentido, a MHB correspondente ao Movimento Homossexual Brasileiro, pode representar não apenas o início do movimento, mas também processos de invisibilidade sofridos por lésbicas, bissexuais e travestis, uma vez que o termo “homossexual” mesmo representando um significado que abarcasse as identidades gays e lésbicas, poderia ser diretamente associado à vivência masculina.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, observa-se o aumento da atuação de lésbicas e transexuais no movimento, assim como o interesse de fortalecer esses grupos vindo de organizações internacionais que passaram a colaborar com esses grupos de ativismo a partir de sua capacidade instalada, ou seja, de uma estrutura própria desses grupos que permitia a execução de ações mais complexas (Simões e Fachinni, 2009; Lionço, Carvalho e Coacci, 20018; Fachinni, 2018). Essa atuação de outras identidades sexuais e fica evidente na sigla “GLT”, representando Gays, Lésbicas e Transexuais (Camargos, 2018).

Entretanto, a sigla GLT aparenta ter sido restrita à atuação política e institucional dos grupos, enquanto na sociedade em geral a sigla GLS, correspondente a Gays, Lésbicas e Simpatizantes se consolida na linguagem popular para se referir à essa comunidade (Fachinni, 2018). Estabelecendo uma relação com as siglas GLT e GLS, somadas a consolidação do termo “gay” como uma representação guarda-chuva de todas as identidades sexuais dissidentes em diversos contextos, pode-se entender que mesmo com a reivindicação de espaços das outras identidades sexuais a hegemonia gay masculina é predominante.

Uma das evidências dessa hegemonia masculina é ilustrada por Rodrigues (2018) na atuação da imprensa voltada para esse público. As revistas que passam a circular desde a década de 1990 trazem questões políticas e sociais pertinentes, entretanto, ilustram e estereotipam um padrão de vida predominantemente masculino e pertencente a uma classe social economicamente bem-sucedida.

É importante ressaltar que essas disputas por visibilidade e protagonismo não se tratava de questões meramente retóricas. À medida que as ONGs de ativismo ganhavam espaço e visibilidade na sociedade, também aumentava o potencial de financiamento vindo de organizações nacionais e internacionais do qual essas ONGs poderiam se beneficiar e continuar expandindo seus trabalhos. Assim, foi constatado em Fachinni (2018) o auge dessa disputa interna por visibilidade e financiamento no início dos anos 2000 com o surgimento da sigla GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis e Transexuais.

A hegemonia masculina do movimento tem um novo contorno a partir do ano de 2008, quando ocorre a I Conferência Nacional LGBT (Fachinni, 2018). A proposição do nome da conferência indica a mudança de olhar para o protagonismo das identidades. A presença da letra “L” evidenciando a identidade lésbica antes da letra “G” que representa a identidade gay, assim como a presença das letras “B” representando bissexuais e a letra “T” enquanto uma representação dupla de travestis e transexuais, demonstra o esforço da comunidade em se fazer vista sob outras óticas e vivências, não pautadas pelo protagonismo do olhar masculino.

É importante observar que esse processo segue em curso, na década de 2010 se observa o uso da sigla LGBTI+, na qual, acrescenta-se a letra “I” de intersexuais, termo atribuído a pessoas que anteriormente eram chamadas de hermafroditas (Reis, 2018), além do sinal “+” representando a possível adição de outras identidades. Essa nova configuração da sigla ilustra as disputas por visibilidade relatadas por Bulgarelli (2018) no ambiente digital, no qual a distância física deixa de ser um impedimento para que semelhantes se encontrem, estimulando o surgimento de novas identidades sexuais.

Sendo assim, fica evidente que as siglas não constituem apenas uma nova forma de se referir a um movimento ou a uma comunidade, mas que também representam tensionamentos e disputas internas, assim como o entendimento da sexualidade enquanto uma construção sociocultural, ou seja, passível de transformações à medida em que a própria sociedade se transforma.

8.4 SÍNTESE DAS ABORDAGENS

A integração das abordagens histórica, documental e terminológica, por meio da AD, permite a compreensão de um processo de subversão e disputa da comunidade LGBTQIA+, que se reflete nas terminologias pertencentes à esse domínio. A partir das análises realizadas, foi possível observar a formação e a articulação de uma comunidade discursiva, que se organiza no enfrentamento de uma sociedade excludente, que por sua vez, se manifesta em discursos médicos, religiosos e criminalistas, no objetivo de desumanizar e marginalizar esses indivíduos.

A abordagem histórica permite compreender que esse discurso vigente e exclusivo até o surgimento do movimento LGBTQIA+ na história brasileira, se manifesta em terminologias de exclusão, os termos que representam essa perspectiva refletem características não humanas ou que fogem a um comportamento esperado de um homem ou de uma mulher em uma sociedade que, como pode ser observado anteriormente em Foucault (1999), entende a sexualidade enquanto um dispositivo de controle social, no qual, indivíduos que fogem a norma – masculina e heterossexual – são patologizados ou criminalizados, no objetivo de manter uma ordem social correspondente aos interesses daqueles que a controlam.

O que se observa é que a partir da organização do MHB, em 1978, um grupo social até então excluído e marginalizado, se integra na construção de um discurso para reivindicar a cidadania e a humanização desses sujeitos. Nesse sentido, a subversão de terminologias excludentes observada na abordagem terminológica, colocam os termos em disputa de significado, ou seja, o que antes era usado para representar criminalização e patologização, passa a ser aplicado em um novo contexto, de naturalização e inclusão. Isso quer dizer que a subversão dos significados dos termos também representa a subversão de um sistema social, exemplificando de forma concreta o reflexo entre os sentidos amplo e restrito da ORC.

A construção de um novo discurso por parte da comunidade LGBTQIA+ brasileira se materializa nos documentos. São eles que estabelecem as relações de pertencimento entre os membros da comunidade ao mesmo tempo em que estabelecem o diálogo necessário com a sociedade em geral para o enfrentamento à discriminação. Os diferentes formatos documentais trazem consigo assuntos que são de interesse dessa população nas mais diversas áreas. Ao mesmo tempo em que

informam e educam sob uma nova perspectiva da sexualidade, constroem referências culturais e sociais entre sujeitos por meio da educação por pares. Desse modo, a comunidade LGBTQIA+ por meio dos documentos toma para ela o poder de falar sobre si mesma e sobre suas necessidades.

O processo histórico e documental de construção de um novo discurso encontra na epidemia de HIV/AIDS na década de 1980 e 1990 um ponto de transformação. Com o avanço da epidemia de uma doença considerada por muitos até então exclusiva à homossexuais e travestis entre pessoas heterossexuais, pode-se entender a população brasileira percebe a ineficácia de uma abordagem moralista. Nesse sentido, as ONGs de ativismo exerceram um papel fundamental na construção de conhecimento científico e acessível para toda a população que reconhecesse a sexualidade como parte natural e inerente à vida humana.

Outro fator que pode ser considerado crucial para esse ponto de transformação é a articulação política. O contexto de redemocratização brasileira somado ao enfrentamento da epidemia possibilita aos ativistas o estabelecimento de diálogos com o poder público e com associações de financiamento internacional, a disposição de recursos permite a formulação de pesquisas e a difusão de informação, não apenas aos seus pares, mas a toda a sociedade, ao mesmo tempo em que a condiciona ao enfrentamento da discriminação por meio da proposição de termos que fogem da ótica patologizante e desumanizadora.

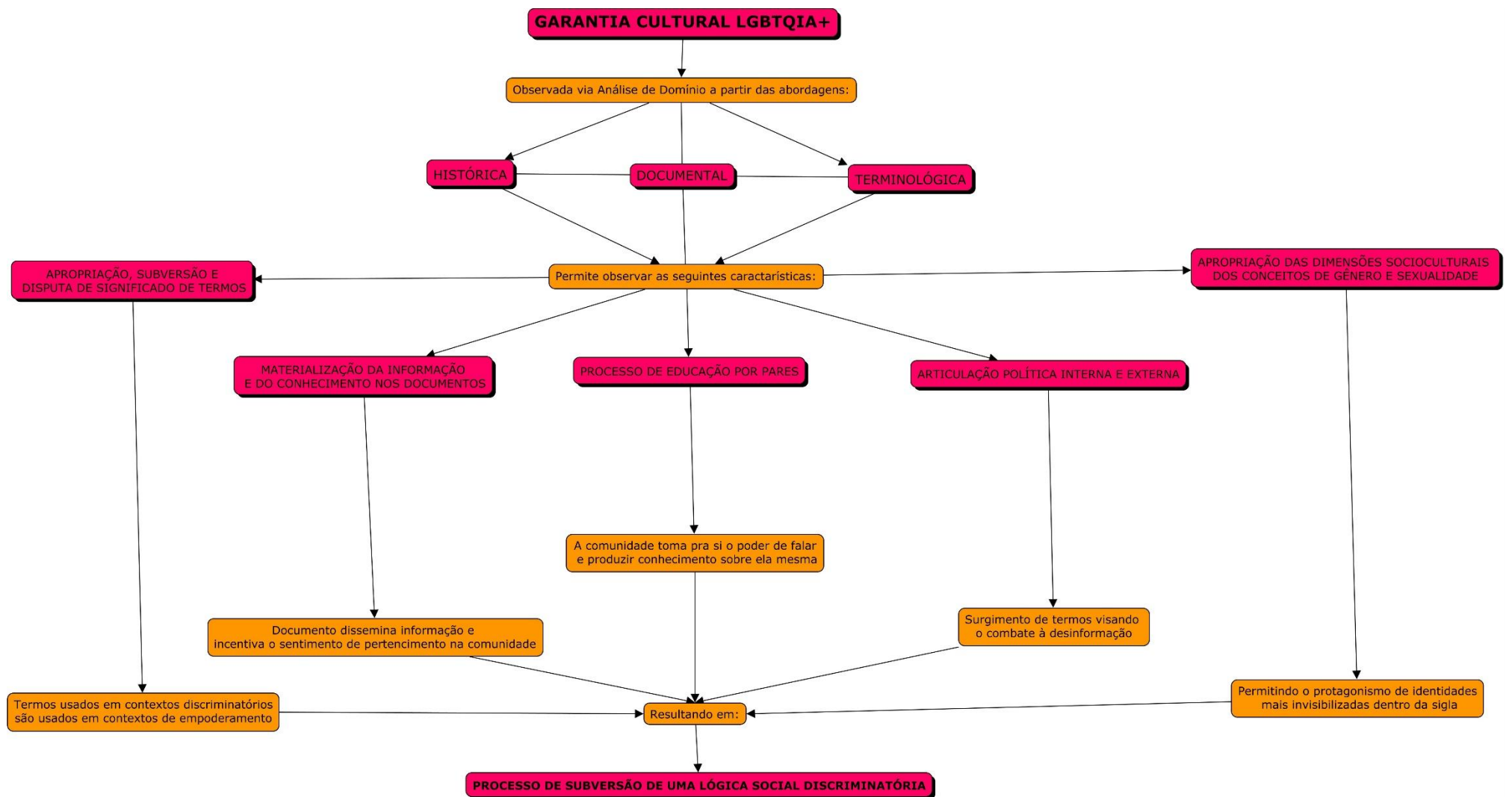
Entretanto, é importante ressaltar que a articulação do movimento também se condiciona à norma, que conforme observado em Olson (2002) é masculina e sexista. Tal fato fica evidente no protagonismo masculino predominante por décadas no movimento, se por um lado esse protagonismo é importante pelo seu significado de rompimento com uma lógica heteronormativa, por outro ele pode evidenciar processos de exclusão e silenciamento internos vividos por outras identidades sexuais.

Diante disso, medida que a comunidade LGBTQIA+ avança em sua organização e que se apropria dos conceitos de gênero e de sexualidade em dimensões socioculturais, emerge em seu ambiente interno a necessidade de novos protagonismos, vindos de outras identidades que não sejam fundamentalmente calcadas no olhar masculino. A articulação de lésbicas, travestis e transexuais na década de 1990, assim como a de bissexuais a partir dos anos 2000 e de outras identidades sexuais na década de 2010 indica uma comunidade com um olhar crítico sob si mesma possibilitando o protagonismo de outras identidades sexuais mais

vulneráveis à violência assim como historicamente mais silenciadas que a comunidade gay masculina

O método da AD visa, em seus objetivos a construção de um SOC. Apesar de não ser o objetivo central da pesquisa, os levantamentos histórico, documental e terminológico permitiram a construção de fichas terminológicas (ver apêndice) que contém definições das terminologias que representam as identidades sexuais componentes da sigla LGBTQIA+ e do termos “orientação sexual”, “identidade de gênero” “sexo biológico” “gênero” e “sexualidade” em seus contextos socioculturais no movimento, assim como, foi possível elaborar um mapa conceitual que ilustra os elementos que constituem a garantia cultural LGBTQIA+ , disponível na figura a seguir:

Figura 22: Mapa Mental da garantia cultural LGBTQIA+



Fonte: Elaborado pelo autor

O mapa mental esquematiza o processo de construção da garantia cultural LGBTQIA+ por meio da metodologia da AD. Desse modo, pode se inferir que a garantia cultural LGBTQIA+ se manifesta nos seguintes aspectos: a) elaboração, subversão e disputa de significados dos termos; b) materialização da informação a partir dos documentos; c) educação por pares; d) articulação política interna e externa; e) apropriação das dimensões socioculturais de gênero e sexualidade. Assim como, a AD permite observar a dimensão ontológica na elaboração de documentos informativos direcionados para a comunidade e para a sociedade em geral, a dimensão epistemológica na construção de conhecimento que se estabelecesse como um contraponto do discurso vigente e a dimensão sociológica na educação por pares e articulação política de seus membros.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento de que o acesso e a apropriação da informação e do conhecimento tem a capacidade de gerar impacto social, os SOC enquanto instrumentos utilizados no processo de mediação entre informação e usuário, podem refletir questões sociais e culturais assim como evidenciar avanços e exclusões presentes no tempo ao qual eles foram desenvolvidos. Nesse sentido, tanto a criação quanto a análise de um SOC implicam além do emprego de tecnologias o conhecimento histórico, cultural e social da comunidade para o qual ele foi criado para que possíveis exclusões presentes no cotidiano dessas comunidades não se reflitam na elaboração desses instrumentos.

Dessa forma, pode-se entender que o estudo de perspectivas culturais em ORC e o desenvolvimento de pesquisas em gênero e sexualidade na CI e ORC se mostram como fundamentais para o desenvolvimento dessas áreas, uma vez que os avanços tecnológicos que permitem melhores processos de organização, armazenamento, difusão, recuperação e apropriação da informação são mais bem aproveitados se trouxerem consigo a possibilidade de incluir sujeitos e comunidades historicamente marginalizados.

Diante disso, a garantia cultural se mostra como uma base importante para a elaboração de SOC, pois ela rompe com a ideia de neutralidade, assim como com barreiras linguísticas e culturais, levando em conta compreensão da necessidade do encontro entre informação e o usuário que dela necessita. Por sua vez, a hospitalidade cultural permite o exercício da ética em um SOC, pois, se um mesmo termo possui significados diferentes a depender do seu contexto, um SOC hospitaleiro pode estimular a interação e o respeito entre diferentes culturas. A garantia ética possibilita ao profissional da informação o rompimento com a neutralidade ingênua para a tomada de decisão que inclua o usuário em sua unidade de informação

No decorrer da pesquisa pode-se perceber que do Brasil colônia até a metade do século XX predominaram perspectivas discriminatórias, que ora patologizavam, ora criminalizavam esses indivíduos, também é possível perceber no uso desses termos o conflito de parte da sociedade diante de um comportamento que desobedece aos padrões de masculinidade vigentes e consequentemente o poder exercido pelo

homem na sociedade. Entretanto, também foi possível perceber que mesmo sem a existência de um movimento organizado, a comunidade LGBTQIA+ atuou ativamente na mudança de significado dos termos a partir de processos de subversão em termos que antes usados para a discriminação, foram apropriados por essa população e transformados em representações de enfrentamento à repressão existente na época, como é o caso do termo “viado” anteriormente usado para descrever a fuga de homossexuais da polícia em espaços públicos, transformado também em um signo de transgressão ao contexto repressor no qual viviam esses indivíduos.

O movimento LGBTQIA+ ao ser criado no final da década de 1970, contemporâneo aos últimos anos de ditadura militar, encontra um cenário de questionamento às autoridades vigentes e busca de novas respostas para os problemas sociais existentes naquele período. Dessa maneira, a atuação organizada do movimento além de fortalecer o uso de termos já anteriormente apropriados pela comunidade como símbolos de enfrentamento, promoveu uma agenda que trouxe novos termos a serem adotados no lugar daqueles que reforçavam as perspectivas discriminatórias dos períodos anteriores. Exemplos claros disso estão no surgimento de termos como “homossexualidade” e “orientação sexual” que possibilitaram, com o passar do tempo, a naturalização da existência dessas pessoas. O surgimento dos termos “homofobia”, “transfobia”, “lesbofobia” e “LGBTfobia” indicam a atuação da comunidade no enfrentamento de violências.

Ao mesmo tempo, percebe-se que desigualdades e os conflitos sociais entre os membros da comunidade LGBTQIA+ também se refletem nos termos usados. O uso da palavra “entendido” para designar homossexuais era mais recorrente em camadas ricas da sociedade. Por sua vez os termos “bicha” “homossexual” e posteriormente “gay” foram empregados para descrever toda essa comunidade, enquanto conceitos guarda-chuva, mas com o passar do tempo acabaram por invisibilizar outras expressões da diversidade sexual. Isso fez com que os conflitos por protagonismo e visibilidade emergissem e refletissem nas transformações da sigla que representavam essa comunidade. O que começou como MHB, hoje é LGBTQIA+, mais inclusivo e diverso, abraçando mais identidades sexuais.

É possível perceber que processos externos também influenciaram o emprego de termos e siglas relativas ao movimento, os anos da AIDS fizeram emergir

expressões difamatórias como “câncer gay” e “peste gay”, assim como foi a possibilidade de criação de um mercado promissor que estimulou o uso da sigla GLS. Nas últimas décadas analisadas também foi possível observar o uso das terminologias criadas pelo movimento por setores conservadores da sociedade no intuito de deslegitimar a agenda do movimento.

Outra questão evidenciada é a importância da produção documental na consolidação da atuação de grupos e ONGs de ativismo LGBTQIA+. Os documentos atuam como mediadores da população LGBTQIA+ entre si e com a sociedade em geral, permitindo a construção de conhecimento pelos pares e consequentemente o desenvolvimento de relações de pertencimento e fortalecimento de vínculos na comunidade.

Desse modo os aspectos que compõem a garantia cultural no domínio LGBTQIA+ podem ser observados de forma concreta ao longo da pesquisa. A subversão e disputa de significado dos termos se exemplifica na apropriação de terminologias de exclusão pela população marginalizada, neutralizando o potencial discriminatório desses termos. A materialidade da informação expressa nos documentos indica a organização institucional desse grupo enquanto movimento social e político, que permitiu a difusão de diversos suportes informacionais. A educação por pares fica evidente no conteúdo dos documentos, produzidos por pessoas da comunidade e construído em uma linguagem que acolha o usuário dessa mesma comunidade. O termo “orientação sexual” é o exemplo mais concreto de construção de informação e conhecimento a partir da articulação política. E a apropriação das dimensões socioculturais de gênero e sexualidade permite a visibilidade de outras identidades sexuais, assim como a transformação da compreensão acerca do termo “travesti” que passa a ocupar o seu devido protagonismo dentro do movimento.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, foi possível enxergar algumas limitações. O movimento LGBTQIA+ é apenas um aspecto de toda essa comunidade, levando em consideração que o Brasil possui de dimensões continentais, sendo diverso em sua essência, não foi possível contemplar regionalismos e suas diferenças manifestadas nas terminologias, assim como evidenciou-se que a história registrada em fontes bibliográficas dessa comunidade é predominantemente masculina, as

referências históricas de cada identidade sexual e seu protagonismo no movimento são escassas, algo que reflete na atuação do movimento, também encabeçada na maioria das vezes por homens gays, algo que pode refletir questões sexistas dentro desse grupo social. Entretanto, o aprofundamento dessas diferenças se constitui como um caminho de continuidade para este estudo.

Visando colaborar com a criação e aperfeiçoamento de SOC, a pesquisa produziu fichas terminológicas dos principais termos abordados ao longo do levantamento. Os termos escolhidos representam as atuais identidades sexuais representadas na sigla LGBTQIA+, assim como o conceito de “orientação sexual”. Dada a limitação de tempo, não foi possível elaborar mais fichas, contudo, além do material produzido, os significados dos termos observados na pesquisa são descritos ao longo das abordagens da AD. Tais terminologias podem compor SOC de representação verbal, assim como modelos relacionais, porém, recomenda-se o uso desses termos em modelos de SOC que recusem relações pré-estabelecidas, no intuito de promover uma representação do conhecimento acerca desse domínio de forma ética e democratizada.

Desse modo, entende-se que a pesquisa alcançou o objetivo geral ao identificar os cinco aspectos que compõem a garantia cultural, assim como a compreensão da história do movimento LGBTQIA+ e a identificação dos elementos que o legitimam enquanto uma comunidade discursiva, foram alcançados por meio da abordagem histórica. Por sua vez, a exploração das características culturais dos termos se deu por meio das abordagens histórica e documental, e os termos foram apresentados por intermédio de fichas terminológicas presentes no apêndice desta pesquisa.

Estudos sobre diversidade sexual e de gênero tem sido cada vez mais discutidos na CI e na ORC. Desse modo, pode-se perceber que a presente pesquisa se configura como um estudo relevante para essas áreas. O uso da AD enquanto método na pesquisa já permite o entendimento da comunidade LGBTQIA+ enquanto uma comunidade discursiva, uma vez que estão evidenciados processos de comunicação, atuação política e educação por pares, nos quais os ativistas organizados tomaram pra si o poder de produção de conhecimentos sobre a comunidade, permitindo avanços sociais relevantes na conquista de direitos e na

compreensão mais ampla e inclusiva da diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

ACONTECE, Arte e Política LGBTI+; ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais; ABLGT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis: Acontece; ANTRA; ABLGT. 2024

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis; ANTÔNIO, Deise Maria; BOCCATO, Vera Regina Casari; GONÇALVES, Maria Carolina; RAMALHO, Rogério Aparecido de Sá. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 6, n. 1, p.16-27, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343435216_Paradigmas_Contemporaneos_da_Ciencia_da_Informacao_a_recuperacao_da_informacao_como_ponto_focal. Acesso em: 09 jun. 2025.

ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Regis de; DIAS, Guilherme Ataíde. Estado da arte sobre análise de domínio no campo da Ciência da Informação brasileira. **Brazilian Journal of Information Studies: research trends**. Marília, v.13, n. 3, p. 16-45. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8610>. Acesso em 15 ago. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; RABELLO, Rodrigo. Usuário e recuperação da informação: hiato ou ditongo? **Logeion: Filosofia da informação**. Rio de Janeiro, v.9, p. 482-495, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/211092>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO de Travestis e Liberados. **Informe ASTRAL**. Rio de Janeiro, ano 1 n. 6. Nov. 1983- Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/astral/informes-astral-ano-1-no-6/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=6&source_list=collection&ref=%2Fastral%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dcards%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em 22 jan. 2026

BOCCATO, Vera Regina Casari; BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Medelin**. Colômbia, v.7, n.3, p. 237-250 set/dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/84309>. Acesso em: 24 jun. 2025

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, 2001. p.35-60.

BARITÉ Mário. Sistemas de organización del conocimiento: una tipología actualizada. **Informação & Informação**, Londrina: v. 16, n. 3 p.122-139, 2011a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45761> Acesso em: 12 dez. 2024

BARITÉ, Mario. **Dicionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. 6 ed. Montevideu: Csic, 2015.

BARITÉ, Mário. Em direção a uma conceição geral das garantias: primeiras anotações. **Estudos Avançados em Organização do Conhecimento**. Belém: v.5 p. 278-286, 2019a. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDICAO-BELEM.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BARITÉ, Mário. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, p. 2-11, out. 2011b. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCv1n1a02/1868>. Acesso em: 10 dez 2024

BARITÉ, Mário. Garantía cultural: avance de elementos teóricos y metodológicos para su aplicación. In CONGRESO ISKO IBÉRICO (ESPAÑA-PORTUGAL), 4, 2019, Barcelona. [...] **Anais** [...] Barcelona, 2019b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7393154>. Acesso em 14 dez. 2024.

BARITÉ, Mario; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MORAES, João Batista Ernesto de. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformação**, Campinas, 22(2):123-138, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/prtXbCcMkLD48hdnHR4tcfS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BARROS, Camila Monteiro de; SALES, Rodrigo de; ROSA, Renan Valdoir da. Folksonomias: estrutura e aplicações. **Informação & Informação**. Londrina, v. 27, n. 1, p. 429 – 456, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44218>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BEGHTOL, Claire. Semantic Validity: Concepts of Warrant in Bibliographic Classification Systems. **Library Resources and Technical Series**, v. 30, n. 2, abr./jun. 1986. Disponível em: <https://archive.org/details/varietyoflibrari00metc/page/107/mode/1up>. Acesso em 15 dez. 2024

BEGHTOL, Claire. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 5, p. 507-532, October. 2002. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410210441/full/html>. Acesso em 14 dez 2024.

BEGHTOL, Claire. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005. Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/6ff3860c-d197-4fbf-9cb4->

2b0d9e0be142/content. Acesso em: 12 dez. 2024

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2024**. Brasília: ANTRA, 2025.

BISCALCHIN, Ricardo; MOREIRA, Walter. Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**. [S. l.], v. 25, n. 4 p. 47-67, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/26929>. Acesso em 24 jun. 2025.

BOCCATO, Vera Regina Casari; BISCALCHIN, Ricardo As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecologia (Colombia)**, v. 37, n. 3, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/84309>. Acesso em 24 jun 2025.

BULLARD, Julia. Warrant as a means to study classification system design. **Journal of Documentation**, [s. l.] v. 73, n. 1, p. 75-90, 2017. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/jd-06-2016-0074/full/html>. Acesso em 15 dez. 2024.

BULGARELLI, Lucas. Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

BRASCHER, Marisa; CAFÈ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/176535>. Acesso em: 13 ago. 2025

CAETANO, Mário; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

CASONI, Clarice Luzia; SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Enfoques disciplinares

sobre sistemas de organização do conhecimento na pós-graduação em ciência da informação brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2024, Vitória. **Anais** [...] Vitória: 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2738>. Acesso em: 13 ago. 2025

CEDOC LGBTI+ **História**. Curitiba, c2026. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 jan. 2026

CHAGAS, Leonardo Borges Rodrigues; MOURA, Maria Aparecida. Modelagem de domínio aplicada à temática LGBTQIAPN+. *In* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2466/1632> Acesso em: 25 maio 2025.

COPELLI Alexandre Lauriano. Gays de direita e a nova onda conservadora: a negação de si mesmo e a contradição no conservadorismo dos costumes por parte de membros da comunidade LGBTI+. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. [S. l.] v. 6, n. 1, p. 102 – 124. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33044>. Acesso em: 9 set. 2025.

DALHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 101 -107. 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 05 jun. 2025.

DIALOGAY, **Homossexuais**. Aracaju: 1991. 1 Folheto. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/grupo-dialogay/assassinato-de-homossexuais/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fgrupo-dialogay%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D20803. Acesso em 22 jan. 2026

DIAS, Célia da Consolação. A Análise de domínio, as Comunidades Discursivas, a Garantia da Literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7>. Acesso em: 02 jan. 2025.

ESTRUTURAÇÃO, Grupo Homossexual de Brasília. **Só faça sexo a três: você, ele e a proteção**. Brasília: 1990-2000. 1 Cartaz. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/estruturacao-grupo-homossexual-de-brasilia/so-faca-sexo-a-tres-voce-ele-e-a-protecao/?perpage=48&order=ASC&orderby=date&pos=18&source_list=collection&ref=%2Festruturacao-grupo-homossexual-de-brasilia%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D32264. Acesso em 22 jan. 2026

bahia%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dmasonry%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 22 jan. 2026.

GRUPO Gay da Bahia. **Nossos filhos e filhas:** perguntas e respostas para pais de gays, lésbicas e bissexuais. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia. 1996. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/grupo-gay-da-bahia/cartilha-nossos-filhos-e-filhas/?perpage=48&order=ASC&orderby=date&pos=22&source_list=collection&ref=%2Fgrupo-gay-da-bahia%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dmasonry%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 22 jan. 2026.

GRUPO de Resistência Asa Branca. **Centro de referência GLTB Janaína Dutra.** Fortaleza: 2004- Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/grupo-de-resistencia-asa-branca-grab/centro-de-referencia-gltb-janaina-dutra/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=6&source_list=collection&ref=%2Fgrupo-de-resistencia-asa-branca-grab%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D39230. Acesso em: 22 jan. 2026

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 41, n. 1, p. 13-21, jan/abr, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/53674>. Acesso em: 15 ago. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Diálogos interdisciplinares da análise de domínio com as comunidades discursivas, as comunidades epistêmicas, a metateoria e os colégios invisíveis: perspectivas metodológicas no âmbito da organização do conhecimento. **Transinformação**. Campinas, v. 36, e2412229, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/12229>. Acesso em: 15 ago. 2025.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 25 jun. 2025.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, [S. l.] v. 35, n. 2/ 3, p. 86-101. 2008. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3/ko-knowledge-organization-jahrgang-35-2008-heft-2-3>. Acesso em: 10 dez. 2024.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New Jersey, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: [https://asistdl-onlinelibrary-wiley-com.ez78.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/\(SICI\)1097-](https://asistdl-onlinelibrary-wiley-com.ez78.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/(SICI)1097-)

4571(199507)46:6%3C400::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y. Acesso em 25 jun. 2025.

HJØRLAND, Birger; BARROS Thiago Henrique Bragato. Análise de domínio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-140568, jan./dez., 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/140568>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HJØRLAND, Birger; HARTEL, Jenna. Introduction to a Special Issue of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden- Baden, v. 30, n. 3-4, p. 239-245, 2003b. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2003-3-4-239.pdf>. Acesso em: 15 ago 2025

HJØRLAND, Birger; HARTEL, Jenna. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, Baden- Baden, v. 30, n. 3-4, p. 125-127, 2003a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297845253_Afterword_Ontological_epistemological_and_sociological_dimensions_of_domains. Acesso em: 25 jun. 2025.

IRINEU, Bruna Andrade. Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos de 2010 e 2014. *In* GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LAGE, Sandra Regina Coutinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**. Florianópolis, v. 28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93040> Acesso em: 12 set. 2024

LAMBDA Movimento Pela Livre Expressão Sexual. **Pra você que gosta de transar**. São Paulo: 1980- Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/lambda-movimento-pela-livre-orientacao-sexual/leia-e-me-telefone/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=2&source_list=collection&ref=%2Flambda-movimento-pela-livre-orientacao-sexual%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D33720. Acesso em: 21 jan. 2026

LAMPIÃO da esquina. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 11. Abr. 1979. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/11-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1979/?perpage=48&order=ASC&orderby=date&pos=11&source_list=collection&ref=%2Fjornal-lampiao-da-esquina-1978-1981%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dcards%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 21 jan. 2026.

LAMPIÃO da esquina. Rio de Janeiro. Ano 2, n. 23. Abr. 1980. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/23-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1980/?perpage=48&order=ASC&orderby=date&pos=23&source_list=collection&ref=%2Fjornal-lampiao-da-esquina-1978-1981%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dcards%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 21 jan. 2026

LAMPIÃO da esquina. Rio de Janeiro. Ano 3, n. 35. Abr. 1981. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/35-ed-jornal-lampiao-da-esquina-abril-1981/?perpage=48&order=ASC&orderby=date&pos=35&source_list=collection&ref=%2Fjornal-lampiao-da-esquina-1978-1981%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dcards%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 21 jan. 2026.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; MENDES, Luciana Corts. Referências socioculturais nos Sistemas de Organização do Conhecimento. **Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, n. especial, p. 26-44, 2014/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/236185>. Acesso em: 13 dez. 2024

LEE, Joel M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. *In* RAYWARD, W.Boyd (org.) **The variety of Librarianship: essays in honour of John Wallace Metcalfe**. Sydney: Library Association of Austrália 1976.

LINO, Tayane Rogéria. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **Revista Movimentação**. Dourados, v. 6, n. 10, p. 10-22, jan./jul. 2019 Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/10547>. Acesso em 09 set. 2025.

LIONÇO, Tatiana; CARVALHO, Mario Felipe de Lima; COACCI, Thiago. 40 anos da história do movimento LGBT no Brasil: memórias, desafios atuais e novas perspectivas - entrevista com Marco José de Oliveira Duarte. **REBEH -Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. Cuiabá, v. 1, n.4, p. 217-230, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9208>. Acesso em: 09 set. 2025

LODY, Raul. Para compreender a diferença. *In* ASSOCIAÇÃO de travestis e liberados. **Diálogo das Bonecas**. São Paulo: Associação de Travestis e Liberados 1995

LOPES, Marcos Vinícius. **Folksonomia para representação do conhecimento em fotografias do movimento LGBT em unidades de informação**. 2021 Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/3db3c119-9a9b-4a79-a90a-ba0c78855ac8>. Acesso em 09 jun. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003

MACRAE, Edward. Identidades sexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

META passa a permitir que usuários classifiquem gays e trans como ‘doentes mentais’. **O Globo**. São Paulo, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-passa-a-permitir-que-usuarios-classifiquem-gays-e-trans-como-doentes-mentais-veja-outros-exemplos.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MILANI, Suellen Oliveira. Estudos críticos e sistemas de organização do conhecimento: aspectos conceituais e éticos. In ALMEIDA, Carlos Cândido de; SEGUNDO, Rosa San; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2024

MOSSO, Erick Faria; GRACIOSO, Luciana de Souza. Reflexões preliminares sobre comunidade LGBTQIA+ e Teoria Queer nos estudos informacionais. **Revista EDICIC**, San José, v. 2, n. 4, p. 1-19. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18536?show=full> Acesso em 3 set. 2024.

MOTT, Luiz O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MOVIMENTO Espírito Lilás. **Gay vivo não dorme com o inimigo**: manual de sobrevivência. João Pessoa: 1990-. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/movimento-do-espírito-lilas-mel/manual-de-sobrevivencia-dicas-para-evitar-a-violencia-anti-gay/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=3&source_list=collection&ref=%2Fmovimento-do-espírito-lilas-mel%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D43755. Acesso em: 22 jan. 2026.

NASCIMENTO, Andrew Feitosa do. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo. **Albuquerque**. [S. l.], v. 7, n. 13 jan./jul. 2015b. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2962>. Acesso em 09 set. 2025.

NASCIMENTO, Denise Morado A abordagem sociocultural da informação **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/8014>. Acesso em: 30 out. 2025

NASCIMENTO, Felipe Mozart de Santana. **Sistema de Organização do Conhecimento**: um mapeamento de conceitos e processos para a Ciência da Informação no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45702>. Acesso em 10 dez. 2024.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **Memória da Militância**: a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri Cearense. 2015a. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015a. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15380>. Acesso em: 09 jun. 2025.

NASCIMENTO, Francisco Arrais; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Contribuição da Organização do Conhecimento na Representação da Informação em Contextos LGBT: Interpeleções acerca da Linguagem *in* ISKO BRASIL 1, 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife. UFPE. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

NASCIMENTO, Felipe Mozart de Santana; PINHO, Fabio Assis. Sistemas de organização do conhecimento: semelhanças e diferenças. **Convergências em Ciência da Informação**. São Cristóvão, v.3, n.3, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/140503>. Acesso em: 13 ago. 2025.

NUANCES Núcleo pela livre expressão sexual. **Rompa o silêncio**: os direitos sexuais são direitos humanos. Porto Alegre: 2001. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/nuances-2/rompa-o-silencio/?perpage=48&order=ASC&orderby=date&pos=17&source_list=collection&ref=%2Fnuances-2%2F%3Fperpage%3D48%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D27826. Acesso em 23 jan. 2026.

NÚCLEO de Bissexuais do Estruturação. **Jornal Bis**. Brasília: ano 2, n. 3. Jan. 2005. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-bis-2/jornal-bis-ano-2-numero-3/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=3&source_list=collection&ref=%2Fjornal-bis-2%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dtable%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%26fetch_only_meta%3D25157. Acesso em 22 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO 2024 de mortes violentas de LGBT no Brasil, Grupo Gay da Bahia. **Cedoc LGBTI+**. Curitiba, c2025. Disponível em <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2025/01/27/observatorio-2024-de-mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil-grupo-ggb/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

OLSON, Hope A. **The power to name**: localiting the limits of subject represetation in libraries. Springer Science; Bussines Media: Alberta, Canadá. 2002;

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PEREIRA, Jodair Moreno. **Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+**: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

PEREIRA, Jodair Moreno; LEPIANI, Matheus de Almeida; SANTOS, Juliana Cardoso dos. A ética profissional nos espaços informacionais: acesso da população LGBTQIA+. *In* Seminário de Ciência da Informação, 9, 2022, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2022/secin2022/paper/viewFile/796/60> 6 Acesso em 21 jan. 2025

PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão das linguagens em indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12. Brasília, 2012. **Anais** [...]. Brasília. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/175062>. Acesso em 2 jun. 2025.

PINHO, Fabio Assis; MILANI, Suellen Oliveira. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em gênero e sexualidade. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 84-103, mar./ago. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5121>. Acesso em 12 nov. 2024.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero- militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. *In* GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

REIS, Toni (org.). **Manual de comunicação LGBTI+**. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay no Brasil. *In* GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SALES, Rodrigo de; GARCEZ, Dirnèle Carneiro Contradispositivos rizomáticos para inquietar a organização do conhecimento: uma tentativa decolonial. *In* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SEGUNDO, Rosa San; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2024

SAMPAIO Denise Braga; LIMA, Izabel França de. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Juazeiro do Norte, v.4, n. Especial., p. 34-49, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/361>. Acesso em: 25 maio 2025.

SANTANA, Sérgio Rodrigues de; SANTOS, Raimunda Fernanda dos; MELO, Maytê Luanna Dias. Folksonomia no contexto lgbtqia+: descortinando o preconceito e a discriminação da informação gênero-sexualidade nos ambientes digitais. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro: v. 8, n. 2, p. 151-173, mar./ago. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/194118>. Acesso em: 13 ago 2025.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; CORRÊA, Renato Fernandes A folksonomia e a representação colaborativa da informação em ambientes digitais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. São Paulo: v.8, n.1, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/369>. Acesso em:

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Aplicabilidade de folksonomia na construção e atualização de sistemas híbridos de organização do conhecimento. **Ponto de Acesso: Revista do Instituto de Ciência de Informação da UFBA**. Salvador, v. 15, n. 3, p. 381-397, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/47473>. Acesso em: 04 jan. 2025.

SILVA JÚNIOR, Carlos Humberto Ferreira. Imprensa gay no Brasil: um olhar jornalístico e militante sobre a realidade homossexual nas décadas de 70 e 80. **Brazilian Journalism Research**. [S. l.], v. 19, n. 3 p. e1622, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1622>. Acesso em: 09 set. 2025.

SIMÕES, Júlio Assis; FACHINNI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Pereira Abramo, 2009

SMIRAGLIA, Richard P. Domain analysis of domain analysis for knowledge organization: observations on an emergent methodological cluster. **Knowledge Organization**. [s.l.], v.42, n. 8, p. 602-611, 2015. Disponível em: <https://www.imrpress.com/journal/ko/42/8/10.5771/0943-7444-2015-8-602>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma OK. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SOMOS, Grupo de Afirmação Homossexual. **Ato público contra a repressão policial**. São Paulo: 1980. 1 panfleto. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/somos/ato-publico-contr-a-repressao-policial/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=7&source_list=collection&ref=%2Fsomos%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dcards%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 23 jan. 2026

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SUBVERSÃO. In **Michaelis** dicionário brasileiro da língua portuguesa. [S.l.] c2026. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subvers%C3%A3o>. Acesso em: 05 fev. 2026.

TENNIS, Joseph.T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003. Disponível em: https://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2003KO30-3-4.pdf. Acesso em 25 jun. 2025.

TOTA, Martinho. A história de Joana, ou da (in)explicável invisibilidade do L do LGBTQIA+: refletindo a partir de Catolé do Rocha/PB. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana. Rio de Janeiro, n. 37, p. 2-32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/KjWBNXJgQY9rcpFXFZsnsGM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

TRANSGRUPO Marcela Prado. **Transnews**. Curitiba, ano 1, n. 3. 2011. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/transgrupo-marcela-prado/jornal-trans-news-ed-03-2011/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=7&source_list=collection&ref=%2Ftransgrupo-marcela-prado%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dcards%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 22 jan. 2026.

TRÊS milhões participaram da 28ª edição da Parada do Orgulho LGBT+, diz organização. **Terra**. São Paulo, 2 jun. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/paradasp/3-milhoes-participaram-da-28-edicao-da-parada-do-orgulho-lgbt-diz-organizacao,221943e788be40d79084ba25495fa472sh9aw5qu.html>. Acesso em: 2 dez. 2024

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

TRIQUES, Maria Lígia. **A perspectiva sociocultural na organização e representação da informação e do conhecimento (ORIC) na curadoria digital de patrimônios culturais**. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2025.

VERAS, Elias Ferreira, Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. In GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. *In* GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018

WALQUIL, Marina; CORTINA, Asafe; PARAGUASSU, Liana. **Terminologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. *In*. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador, ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/4113>. Acesso em: 13 dez 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A
FICHAS TERMINOLÓGICAS

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Lésbica		
CATEGORIA (TGM): Orientação Sexual		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Termo usado para se referir à mulheres (cisgêneros e transgêneros) homossexuais. Mulher que é atraída por pessoas do mesmo sexo/gênero sejam elas cis ou trans (Reis, 2018; Pereira, 2025).		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Mulher que sente atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo/gênero.		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Sapatão, fanchona, entendida.		
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora:			
PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.			
REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Gay		
CATEGORIA (TGM): Orientação Sexual		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Refere-se a homens (cisgêneros e transgêneros) homossexuais. Homens que sentem atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo/gênero. Sua origem é de língua inglesa, na qual significa “alegre, feliz”. O termo foi adotado pela comunidade homossexual masculina a partir da década de 1960 e introduzido no Brasil por ativistas do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) sendo consolidado na comunidade LGBTQIA+ brasileira na década de 1980 (Green, 2000; Pereira, 2025; Reis, 2018; Trevisan, 2018).		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Homem que sente atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo/gênero.		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Guei, bicha, viado, puto, fancho, bofe, fresco, entendido.		
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora:			
GREEN, James Naylor. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000			
PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.			
REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			
TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Bissexual		
CATEGORIA (TGM): Orientação Sexual		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Pessoa que sente atração afetiva e sexual por ambos os gêneros (Reis, 2018).Vale ressaltar que o entendimento de que gênero e sexo não se restringe a uma condição binária (Homem/mulher).		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Pessoa que se relaciona afetiva e/ou sexualmente de forma independente do sexo/gênero.		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Bi		
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora: REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Travesti	
CATEGORIA (TGM): Identidade de Gênero		Língua do termo: Português
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Identidade transgênero feminina, com uma construção física de caráter permanente. Possui o mesmo significado “Mulher Transexual”/ “Transgênero”, entretanto, o termo “Travesti” possui um teor político, dado seu histórico pejorativo na história LGBTQIA+ brasileira (Reis, 2018).	
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Identidade de gênero transexual feminina.	
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Transgênero, transexual, mulher trans	
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026
Referências do corpora: REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.		

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Transexual	
CATEGORIA (TGM): Identidade de gênero		Língua do termo: Português
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Pessoa que possui uma identidade de gênero não correspondente ao seu sexo biológico, podendo ser homem, mulher, ou outra identidade que não corresponda a binariedade de gênero (Reis, 2018).	
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Pessoa que possui uma identidade de gênero não correspondente ao seu sexo biológico.	
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Transgênero, travesti, mulher trans, homem trans, pessoa trans.	
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026
Referências do corpora: REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.		

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Transgênero	
CATEGORIA (TGM): Identidade de gênero		Língua do termo: Português
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Pessoa que transita entre os gêneros, pessoa cuja a identidade de gênero transcende as definições convencionais (Reis, 2018)	
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Pessoa que possui o gênero não correspondente ao sexo biológico.	
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Transexual, travesti, mulher trans, homem trans, pessoa trans, pessoa não-binária.	
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026
Referências do corpora:		
REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.		

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Queer		
CATEGORIA (TGM): Orientação sexual		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Pessoa cuja orientação sexual não é necessariamente heterossexual, mas que considera os termos gay, lésbica e bissexual limitantes para a descrição de sua sexualidade. Algumas pessoas descrevem o termo Queer como identidade de gênero (Reis, 2018).		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Pessoa cuja orientação sexual não é necessariamente heterossexual, mas que considera os termos gay, lésbica e bissexual limitantes para a descrição de sua sexualidade.		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)			
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora:			
REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Intersexual	
CATEGORIA (TGM): Sexo Biológico		Língua do termo: Português
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Termo guarda-chuva, que representa pessoas cuja anatomia sexual ou composição de cromossomos não é correspondente às classificações masculina/feminina (Reis, 2018; Pereira, 2025).	
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Intersexo, hemafródita (termo ultrapassado e inadequado).	
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026
Referências do corpora: PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.		

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Assexual		
CATEGORIA (TGM): Orientação Sexual		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Pessoa que não sente atração sexual e/ou afetiva por nenhum gênero (Reis, 2018; Pereira, 2025), pode desenvolver relações fraternas ou românticas, sem práticas sexuais.		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Pessoa que não sente atração sexual por nenhum sexo/gênero.		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)			
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora: PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Orientação sexual	
CATEGORIA (TGM): Gênero e Sexualidade		Língua do termo: Português
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Descreve a capacidade do indivíduo de se sentir atraído sexualmente por um determinado gênero, a orientação sexual pode ser direcionada a pessoas do mesmo gênero ou não, assim como, pode não se limitar a atração exclusiva por um único gênero (Reis, 2018; Pereira, 2025). Terminologia elaborada por meio de articulação política do então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no processo de redemocratização brasileira, com o objetivo de incluir a violência contra homossexuais como crime na constituição de 1988 (Simões e Facchini, 2009).	
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Capacidade do indivíduo de se sentir atraído sexualmente por um determinado gênero.	
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)	Opção sexual (termo ultrapassado)	
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026
Referências do corpora:		
PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.		
REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.		
SIMÕES, Júlio Assis; FACHINNI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Pereira Abramo, 2009		

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Identidade de gênero		
CATEGORIA (TGM): Gênero e Sexualidade		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Percepção que o sujeito tem de si como pertencente a um gênero, podendo ser masculino, feminino ou uma variação dos gêneros, independente das características sexuais identificadas no seu nascimento (Reis, 2018; Pereira, 2025)		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)			
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)			
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora: PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Sexo biológico		
CATEGORIA (TGM): Gênero e Sexualidade		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Características sexuais que a pessoa apresenta ao nascer. Inclui cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros (Reis, 2018; Pereira, 2025)		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)	Características sexuais que a pessoa apresenta ao nascer.		
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)			
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/06/2026	
Referências do corpora: PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Gênero		
CATEGORIA (TGM): Diversidade sexual e de gênero		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Conceito formulado na década de 1970 com influências do movimento feminista que separa a dimensão biológica da dimensão social da sexualidade. Traz consigo a ideia de ser homem ou ser mulher, é um fruto do constructo cultural de uma determinada realidade social (Reis, 2018; Pereira, 2025).		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)			
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)			
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta:	
Referências do corpora: PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

FICHA TERMINOLÓGICA

#	TERMO: Sexualidade		
CATEGORIA (TGM): Diversidade Sexual e de Gênero		Língua do termo: Português	
DEFINIÇÕES/CONTEXTO (Citação)	Refere-se às construções socioculturais, compostas por erotismo, desejo, afeto, noções sobre reprodução, saúde e o exercício de tecnologias de poder dentro da sociedade (Reis, 2018; Pereira, 2025)		
DEFINIÇÃO SÍNTESE (Caso houver)			
TERMOS EQUIVALENTES (Não Descritores) (UP)			
Autor da ficha: Jodair Moreno Pereira		Data de coleta: 09/02/2026	
Referências do corpora: PEREIRA, Jodair Moreno. Sistemas de organização do conhecimento para pessoas LGBTQIA+: características e terminologias. 2025. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025. REIS, Toni (org.). Manual de comunicação LGBTI+. 2 ed. Curitiba: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Universidade Federal do Paraná, 2018.			

APENDICE B
Coleta de dados documentais

Tabela 1: Levantamento de coleções do CEDOC LGBTI+

Título da Coleção	Descrição	Quantidade de Itens
Lampião da Esquina	Jornais e revistas	41
Adé Dudu: grupo de negros homossexuais (1981)		2
Grupo Atobá: Movimento de Emancipação Homossexual (1985)	Associações de ativismo LGBTQIA+	3
Facção Homossexual da Convergência Socialista (1979)	Associações de ativismo LGBTQIA+	2
Gilda	Pessoas representativas	4
1º Parada Gay Paranaense - 28/06/1997	Acervo de Parada	10
2º Parada Gay Paranaense 28/06/1998	Acervo de Parada	7
3º Parada - Gay Pride 99 26/06/1999	Acervo de Parada	3
Gay Games 2001 - IV Parada	Acervo de Parada	3
V Parada Gay de Curitiba - "Pelo respeito à diversidade..."	Acervo de Parada	1
III Parada da Diversidade	Acervo de Parada	2

Parada da Diversidade 2004	Acervo de Parada	1
Parada da Diversidade 2005 "Direitos Iguais: nem mais, nem menos"	Acervo de Parada	11
Parada da Diversidade 2006	Acervo de Parada	2
Parada da Diversidade GLBT 2007 - "Unidos pela igualdade: pela criminalização d	Acervo de Parada	11
Parada da Diversidade LGBT 2009 - "Seus direitos, nossos direitos, direitos huma	Acervo de Parada	2
Parada da Diversidade 2010	Acervo de Parada	4
Parada da Diversidade LGBT 2011	Acervo de Parada	2
Parada da Diversidade LGBT 2012	Acervo de Parada	2
Enciclopédia LGBTI+	Fontes bibliográficas	5
IBDSEX - Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual	Fontes bibliográficas	4
Cartões - postais Travestis e Transexuais	Cartões postais	15
Cartões - postais Prevenção	Cartões postais	24

Cartões - postais Pessoas vivendo com HIV/Aids	Cartões postais	22
Cartões - postais Mulheres Homoafetivas	Cartões postais	31
I EBGL/ Aids - VIII EBGL (1995)	Encontros de ativistas	1
Lu Marins	Pessoas representativas	1
Grupo Gay da Bahia (GGB)	Associações de ativismo LGBTQIA+	25
Materiais para docentes	Fontes bibliográficas	12
Materiais para estudantes	Fontes bibliográficas	5
RPG LGBTI+	Jogos	2
Luiz Mott	Pessoas representativas	1
TransGrupo Marcela Prado	Associações de ativismo LGBTQIA+	17
PLEIGUEI: o jornal do Homo	Jornais e revistas	1
Grupo Somos de Afirmação Homossexual	Associações de ativismo LGBTQIA+	13
Glauco Mattoso	Pessoas representativas	12
ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados	Associações de ativismo LGBTQIA+	23

Super Babado Forte	Associações de ativismo LGBTQIA+	15
I Marcha Nacional Contra a Homofobia	Encontros de ativistas	18
ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuai	Associações de ativismo LGBTQIA+	20
I EBHO- Encontro Brasileiro de Homossexuais - abril de 1980	Encontros de ativistas	11
Grupo Dialogay	Associações de ativismo LGBTQIA+	41
II EBHO- Encontro Brasileiro de Homossexuais - 13 a 15 de janeiro de 1984	Encontros de ativistas	7
III EBHO- Encontro Brasileiro de Homossexuais - RJ - 06 a 08 de janeiro de 1989	Encontros de ativistas	10
Cartazes GGB	Associações de ativismo LGBTQIA+	101
Movimento D'Ellas	Associações de ativismo LGBTQIA+	2
Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus	Associações de ativismo LGBTQIA+	1

Coletivo de Feministas Lésbicas	Associações de ativismo LGBTQIA+	3
Jornal Bis	Associações de ativismo LGBTQIA+	4
PLAYGAY - Grafipar	Jornais e revistas	1
Rose - Grafipar	Jornais e revistas	1
Grupo de Afirmação Lésbico-Feminista (GALF)	Associações de ativismo LGBTQIA+	5
Confissões Íntimas - Grafipar	Jornais e revistas	1
Journal Gay Internacional	Jornais e revistas	4
Grupo Lésbico da Bahia	Associações de ativismo LGBTQIA+	28
Nuances - Grupo pela livre expressão sexual	Associações de ativismo LGBTQIA+	24
Grupo Habeas Corpus Potiguar (GHAP)	Associações de ativismo LGBTQIA+	14
Estruturação - Grupo Homossexual de Brasília	Associações de ativismo LGBTQIA+	28
Lambda - Movimento pela livre orientação sexual	Associações de ativismo LGBTQIA+	4
Centro Baiano Anti-AIDS	Associações de combate ao HIV	58
BEMFAM - Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil	Coleções transversais	20

Coleção José Augusto Berbert (Homófobo) X Luiz Mott	Pessoas representativas	15
Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB	Associações de ativismo LGBTQIA+	38
GAPA - SP (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids)	Associações de combate ao HIV	8
GAPA- BA "Grupo de Apoio à Prevenção da Aids da Bahia)	Associações de combate ao HIV	25
Grupo Gay de Alagoas - GGAL	Material de associação	12
HOMO SAPIENS- Jornal do Grupo Gay da Bahia	Jornais e revistas	35
Movimento Gay de Minas Gerais (MGM)	Associações de ativismo LGBTQIA+	13
Xica Manicongo	Pessoas representativas	1
Folha de Parreira	Jornais e revistas	35
Movimento do Espírito Lilás - MEL	Associações de ativismo LGBTQIA+	13
GAPA- BS (Baixada Santista)	Associações de combate ao HIV	4
BOLETIM PRINCESA- Associação de Travestis de Salvador - ATRAS	Associações de ativismo LGBTQIA+	7
Grupo Homossexual Nós Também	Associações de ativismo LGBTQIA+	5

GAPA- SC- Florianópolis	Associações de combate ao HIV	7
Jornal Frisson	Jornais e revistas	16
Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social de Mato Grosso do Sul (IBISS)	Coleções transversais	6
Boletim do Quimbanda- Dudu (Grupo Gay Negro da Bahia)	Associações de ativismo LGBTQIA+	6
Jornal Conexão G	Jornais e revistas	3
Grupo Pela Vidda (SP)	Associações de combate ao HIV	16
GAPA- RS- Grupo de Apoio à prevenção da AIDS - Porto Alegre/RS	Associações de combate ao HIV	14
Grupo Pela Vidda (RJ)	Associações de combate ao HIV	18
Grupo de Apoio à Prevenção à Vida- GAPA- Ceará	Associações de combate ao HIV	9
Grupo Pela Vidda Niterói	Associações de combate ao HIV	16
Associação de Travestis Unidas na Luta Pela Cidadania - UNIDAS	Associações de ativismo LGBTQIA+	11
Grupo de Ação e Integração Homossexual (GAIH)	Associações de ativismo LGBTQIA+	4

Grupo de Apoio a Prevenção e aos Portadores de AIDS (GRAPPA)	Associações de combate ao HIV	5
Grupo de Apoio e Prevenção à Aids- GAPA- MG	Associações de combate ao HIV	7
Associação Ipê Rosa GLSTB	Associações de ativismo LGBTQIA+	11
ALÁFIA - Jornal do Povo do Axé	Jornais e revistas	1
Movimento Gay da Região das Vertentes	Associações de ativismo LGBTQIA+	3
Rede de Informação Um Outro Olhar	Associações de ativismo LGBTQIA+	5
GADA- Grupo de Amparo ao Doente de Aids- SJRP/SP	Associações de combate ao HIV	14
Cats Club	Casas noturnas	16
New E.poca	Casas noturnas	38
Fundação Oswaldo Cruz	Coleções transversais	9
Projeto Cartas da dignidade: temática "em busca de amizades"	Ações de integração	14
Projeto Cartas da dignidade: temática confissões	Ações de integração	14

Projeto Cartas da dignidade: rompendo silêncios - Cartões - postais	Ações de integração	14
Acervo pessoal Brigitte Beaulieu (Cena Drag Curitibana)	Pessoas representativas	62
Projeto Cartas da dignidade: rompendo silêncios - Pedidos de Informações	Ações de integração	8
Projeto Cartas da dignidade: rompendo silêncios - cunho político	Ações de integração	5
Studio 1001	Casas noturnas	14
Box lounge dance	Casas noturnas	10
Cats e baladas eletrônicas: Memórias da arte Drag e da cultura clubbe	Casas noturnas	4
The Club Mix	Casas noturnas	4
C. DEX	Casas noturnas	2
Nick Bar	Casas noturnas	3
D Cage	Casas noturnas	2
100% Bar	Casas noturnas	2
Wonka Bar	Casas noturnas	1
Manhattan	Casas noturnas	1
Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA)	Associações de ativismo LGBTQIA+	9

Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (AGLT)	Associações de ativismo LGBTQIA+	9
Associação de Travestis e Transexuais do Ceará (ATRAC)	Associações de ativismo LGBTQIA+	9
Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT)	Associações de ativismo LGBTQIA+	4
Acervos vazios		25

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 2: Tipologias documentais das associações de ativismo.

Título da Coleção	Total de Itens	Boletim informativo	Dicionários, cartilhas, guias manuais e livretos	Folhetos, panfletos e cartazes	Cartas e depoimentos	Relatórios de Pesquisa	Registros burocráticos	Reportagens/entrevistas externas	Outros
Adé Dudu: grupo de negros homossexuais (1981)	2				1	1			
Grupo Atobá: Movimento de Emancipação Homossexual (1985)	3	3							
Facção Homossexual da Convergência Socialista (1979)	2	2							
Grupo Gay da Bahia (GGB)	25	5	7	12			1		
TransGrupo Marcela Prado	17	4	2	11					
Grupo Somos de Afirmação Homossexual	13	6		4	1			1	1

ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados	23	6	2	13					2
Super Babado Forte	15			3				12	
ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuai	20	3		9					8
Grupo Dialogay	41	6		26	2	1	1	1	4
Cartazes GGB	101			101					
Movimento D’ Ellas	2	1							1
Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus	1	1							
Coletivo de Feministas Lésbicas	3			3					
Jornal Bis	4	4							

Grupo de Afirmação Lésbico- Feminista (GALF)	5	1		1				3	
Grupo Lésbico da Bahia	28	8	1	17			1		1
Nuances – Grupo pela livre expressão sexual	24	2	4	15	1				2
Grupo Habeas Corpus Potiguar (GHAP)	14	4	1	8					1
Estruturação – Grupo Homossexual de Brasília	28	8		16					4
Lambda – Movimento pela livre orientação sexual	4	2		1	1				
Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB	38	1	1	15	1		3	15	2
Grupo Gay de Alagoas – GGAL	12	1	1	8	1			1	

Movimento Gay de Minas Gerais (MGM)	13	2	3	7					1
Movimento do Espírito Lilás – MEL	13	1	1	10			1		
BOLETIM PRINCESA- Associação de Travestis de Salvador – ATRAS	7	7							
Grupo Homossexual Nós Também	5	2		2	1				
Boletim do Quimbanda-Dudu (Grupo Gay Negro da Bahia)	6	6							
Associação de Travestis Unidas na Luta Pela Cidadania – UNIDAS	11	8		3					
Grupo de Ação e Integração Homossexual (GAIH)	4		2	2					
Associação Ipê Rosa GLSTB	11	1	1	8			1		

Movimento Gay da Região das Vertentes	3	1	1	1					
Rede de Informação Um Outro Olhar	5		3	2					
Associação Sergipana de Transgêneros (ASTRA)	9	3	1	4			1		
Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (AGLT)	9	1	1	7					
Associação de Travestis e Transexuais do Ceará (ATRAC)	8		2	5					1
Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT)	4		1	3					

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 3: Incidência de termos nos documentos analisados:

Termo	Incidência em documentos
Gay	39
Travesti	37
Lésbica	35
Homossexual	31
AIDS	26
Homossexualidade	17
Bissexual	17
Homossexualismo	14
Bicha	13
HIV	12
DST	11
Guei	9
Orientação sexual	9
Viado	6
Transexual	6
Entendido	5
Homofobia	5
Bofe	3
GLBT	3
Homens que fazem sexo com homens	3
Fresco	2
Movimento Homossexual	2
LGBT	2
Identidade de gênero	2
Heterossexual	2

Fanchona	1
Lesbianismo	1
Transexualismo	1
Sapata	1
SIDA	1
Aidético	1
Comportamento sexual	1
Sodomitas	1
Travestismo	1
Transformista	1
Transgênero	1
Maldita (referindo-se à AIDS)	1
Transexualidade	1
Homoerótico	1
Homem trans	1
Mulher trans	1
cis	1
Travestilidade	1
LGBTI+	1
Bissexualidade	1
Heterossexualidade	1

Fonte: Elaborado pelo autor